

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NOS ESTADOS BRASILEIROS

Relatório Final de Pesquisa

■ AUTORES

Coordenação da pesquisa: Ursula Peres

Equipe de pesquisa: Bruna Mattos, Isabela Menon, Rogerio Limonti e
Marcel Felices

Realização:

consed
Conselho Nacional de Secretários de Educação



Agradecimentos

Agradecimento as/aos técnicas/os que fizeram parte da elaboração dessa pesquisa:

UF	NOME DO TÉCNICO
AC	Ruy Moreno de Araujo
AL	Eden de Oliveira Santana
AP	Neurizete de Oliveira Nascimento
BA	Angela Meira César
CE	José Iran da Silva
DF	Cássia Luíza de Oliveira
ES	Eduardo Borchardt
MA	Luiza Thiana Fonseca Silva
MG	Wieland Silberschneider
MG	Raquel Pereira Alvares
MS	Cicero Rosa Vilela
MT	Janê Sifuentes Machado
PA	Silvestre Ferreira Guimarães
PA	Cláudia Sobrinho Lima
PB	Ismênia Alexandre Nascimento
PB	Marcelo Virgulino Leite
PE	Mauro Ataíde da Silva Júnior
PI	Iolanda Mendes da Silva Almeida
PR	Marilei dos Santos Moreira
RJ	Marcos Tadeu Cavalcante da Silva
RN	Marino Azevedo
RO	Etel Souza Junior
RR	Geanni Pereira Monteiro
SC	Pedrinho Luiz Pfeifer
SE	Joseane Santana Santos
SP	Marcos Herbst
TO	Domingos Ferreira Curcino

SUMÁRIO

Apresentação	4
A. Análise global das despesas liquidadas pelas Secretarias Estaduais de Educação: Cruzamentos analíticos elaborados a partir dos Quadros de Detalhamento de Despesas (QDD):	7
1. Metodologia de pesquisa	8
2. Cruzamentos analíticos elaborados para as despesas globais liquidadas pelas Secretarias Estaduais de Educação	10
2.1. Análise da função educação das Secretarias Estaduais de Educação com comparativos do total da função educação e dos orçamentos estaduais	10
2.2. Análise por subfunções orçamentárias	11
2.3. Análise das despesas por categoria econômica, grupo e elementos de despesa	17
2.4. Análise das despesas por fontes	22
2.5. Análise das despesas por subfunções considerando categoria econômica, grupo e elementos de despesa	25
2.6. Análise de despesas por fontes considerando grupo de despesa	43
2.7. Análise de despesas por subfunção considerando fontes de recurso	48
B. Análise específica das despesas liquidadas em educação a partir dos Quadros de Detalhamento de Despesas (QDD): Cruzamentos analíticos elaborados para o grupo de estados	52
1. Metodologia de estruturação dos dados	53
1.1. Base de dados consultada	53
1.2. Metodologia da Análise por Áreas Temáticas	53
1.2.1. Aspectos gerais	53
1.2.2. Composição dos valores de despesas liquidadas a partir dos itens de subelemento	53
2. Dados incorporados para a construção de cruzamentos analíticos: Receita, matrículas e unidades escolares	55
2.1. Indicadores estaduais: Receitas, unidades educacionais e matrículas	55
2.1.1. Receitas correntes	55
2.1.2. Receitas efetivas com despesas educacionais	56
2.1.3. Matrículas da Educação Básica	57
2.1.4. Estabelecimentos educacionais	58
2.1.5. Estudantes que utilizam transporte escolar	59
3. Motivações para a análise das despesas liquidadas por áreas temáticas na Educação Básica	61
4. Análises das despesas das áreas temáticas	65
4.1. Análises sobre as despesas setoriais	65
4.1.1. Alimentação escolar	65
4.1.2. Limpeza escolar	67
4.1.3. Segurança/Vigilância	69
4.1.4. Transporte escolar	71
4.2. Resultados das áreas temáticas	72
4.2.1. Despesas liquidadas	72
4.2.2. Unidades escolares e público das políticas educacionais (em unidades)	74
4.2.3. Índices elaborados a partir dos dados de unidades escolares, público e despesa liquidada	75
5. Reflexões sobre as despesas setoriais mapeadas	77
6. Oportunidades de aprimoramento da gestão financeira estadual	80
Considerações finais	82
Anexo	83

Apresentação

A pesquisa “Financiamento da Educação nos Estados Brasileiros” é uma iniciativa do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e do Instituto Unibanco (IU). Referida pesquisa tem como objetivo geral produzir informações sobre o gasto com educação no Brasil a fim de fomentar o debate sobre financiamento da educação e subsidiar a formulação de políticas públicas, sobretudo considerando a atuação do Grupo de Trabalho sobre Financiamento criado e gerido pelo Consed.

Tendo em vista que no período recente diversas normativas foram implementadas, representando potencial impacto ao financiamento, como o Plano Nacional de Educação (PNE), ao passo que outras se encontram em tramitação, como a PEC 15/2015, que visa à instituição de um novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o estudo tem relevância para a produção de subsídios que apoiem a tomada de decisão informada por gestoras/es públicos e pela sociedade civil, considerando as informações sobre execução de despesa nos estados brasileiros.

O processo de estruturação da pesquisa, com a definição de objetivos, escopo e equipe, teve início em julho de 2017, e foi desenvolvido com a participação de membros do Consed, da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo e do IU, em reuniões presenciais realizadas na Cidade de São Paulo.

Uma vez pactuados os acordos para a estruturação da pesquisa, em 22 de setembro de 2017 foi iniciado o contato com as/os representantes dos estados, tendo sido apresentados os objetivos e finalidades da pesquisa, assim como o primeiro pedido para envio dos Quadros de Detalhamento de

Despesa (QDD)¹, que representam a fonte primordial de informações da presente pesquisa e constituem a base de informações sobre a execução da despesa orçamentária para os anos de 2015 e 2016.

Tendo em vista o cronograma de pesquisa, foi definida a data de 30 de setembro de 2017 para o envio dos QDD pelos estados². Ao final deste prazo, a equipe de pesquisa recebeu o total de 20 QDD dos estados, que foram analisados com vistas a identificar sua adequação aos critérios solicitados. Como resultado deste processo, para todos os QDD recebidos pela equipe foi necessário o envio de pedidos de complementações, especialmente em virtude de três aspectos principais, quais sejam: (i) a não apresentação de todos os itens solicitados e de todas as fases da despesa; (ii) o formato inadequado à análise de informações; assim como (iii) o não envio de informações acerca de todos os gastos realizados na função educação.³

Considerando a incompletude das informações recebidas, assim como o não envio de informações por parte de alguns entes, foi realizado, nos dias 9 e 10 de outubro de 2017, novo contato eletrônico com as/os representantes estaduais solicitando o aprimoramento da base de dados. Uma vez mais, considerando o encadeamento lógico do cronograma da pesquisa, foi estipulada data limite 16 de outubro de 2017 para o envio das complementações. Ao todo, no segundo pedido de complementação de dados, até o dia 28 de novembro de 2017, foram recebidos 11 QDD. Dentre os principais desafios apontados pelos representantes estaduais para o não envio das informações solicitadas estavam: a dificuldade no acesso de dados intra e intersecretarias estaduais, o apontamento de que alguns itens da despesa não seriam controlados em sua execução, a não existência de informações no modelo de banco de dados, assim como dificuldades para encaminhamento da demanda de informações realizada.

¹ O contato junto aos estados foi realizado por meio eletrônico, pelo Consed, tendo sido apresentado ofício sobre a realização da pesquisa. Esta comunicação encontra-se presente no anexo do relatório.

² Aos estados foi solicitado o envio dos QDD em formato aberto (excel ou csv) e em base de dados. O modelo orientador enviado aos estados encontra-se no anexo do relatório.

³ Cabe registrar que as despesas da função educação podem ser realizadas por outras secretarias estaduais, e não somente pela Secretaria Estadual de Educação.

Figura 1. Estruturação inicial da pesquisa: envio de QDD pelos estados.



Elaboração: Equipe Pesquisa “Financiamento da educação nos estados brasileiros”.

A Figura 1 apresenta o processo de estruturação da pesquisa aqui descrito.

O estudo objetiva a investigação dos gastos em educação dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, visando possibilitar a realização de análises comparativas da composição de todas as despesas realizadas durante a execução orçamentária dos anos de 2015 e 2016 até o nível mais desagregado de classificação. Há a possibilidade de que os resultados desta pesquisa possam vir a ser utilizados, futuramente, para análises comparadas considerando outros indicadores educacionais já sistematizados no Brasil.

Este documento representa a versão final do relatório de pesquisa, que se encontra dividido em duas partes principais. Na primeira são analisadas as *despesas liquidadas globais* de todos os estados da federação que enviaram os QDD considerando como horizonte temporal o biênio 2015-2016. Com vistas a possibilitar a análise regional e comparada, e ainda assim preservar a identidade dos estados participantes, as análises da parte A do presente relatório apresentam os dados agrupados por região do país, ao passo que na B os estados são indicados por meio de letras. Assim, não serão apresentadas e/ou discutidas informações específicas ou que possibilitem a identificação individualizada de cada estado, seguindo o compromisso assumido com o Consed de preservação das informações compartilhadas.

Foram realizados sete tipos de cruzamentos nesta primeira parte do relatório para o estudo das despesas estaduais, por região, que se relacionam às análises de:

- (i) Despesas liquidadas pelas Secretarias Estaduais de Educação, na função educação, com comparativos do total da função educação e dos orçamentos estaduais.
- (ii) Despesas liquidadas pelas Secretarias Estaduais de Educação por subfunção.
- (iii) Despesas liquidadas pelas Secretarias Estaduais de Educação, por categoria econômica, grupos e elementos de despesa.
- (iv) Despesas liquidadas pelas Secretarias Estaduais de Educação por fontes de despesa.
- (v) Despesas liquidadas pelas Secretarias Estaduais de Educação por subfunção, considerando categoria econômica, grupos e elementos de despesa.
- (vi) Despesas liquidadas pelas Secretarias Estaduais de Educação por fontes, considerando categoria econômica, grupos e elementos de despesa.
- (vii) Despesas liquidadas pelas Secretarias Estaduais de Educação por subfunção, considerando fontes de despesas.

Na segunda parte do relatório serão apresentados indicadores analíticos sobre as despesas liquidadas em quatro categorias temáticas das políticas educacionais; a saber: (i) alimentação escolar; (ii) limpeza escolar; (iii) segurança e vigilância; e finalmente (iv) transporte. Tais análises tiveram como base uma amostra de 12 estados do país que enviaram os QDD; unidades da federação para as quais havia a disponibilidade de informações necessárias para a elaboração dos indicadores.

O presente documento está, portanto, dividido em mais três seções, para além desta apresentação.

SEÇÃO A – *Análise global da despesa liquidada pelas Secretarias Estaduais de Educação:* Cruzamentos analíticos elaborados a partir dos QDD. Nesta seção são apresentados os cruzamentos analíticos sobre as despesas globais liquidadas pelas Secretarias Estaduais de Educação.

SEÇÃO B – *Análise específica das despesas liquidadas em educação referentes a contratos de serviços de terceiros,* que foi possível a partir do detalhamento dos elementos de despesa apresentados nos QDD para 12 estados que apresentaram esta especificação. Os cruzamentos e reflexões sobre as despesas com principais contratos de serviços de terceiros de 12 estados da federação são apresentados na Seção B. Nesta também são indicadas as principais reflexões sobre o conjunto de dados de execução orçamentária analisados pela pesquisa, assim como o levantamento preliminar sobre possibilidades de aprimoramento para a transparência de informações no âmbito estadual.

SEÇÃO C – *Considerações finais:* Esta seção final apresenta uma breve revisão dos principais achados da pesquisa bem como possibilidades de encaminhamentos para próximos estudos.

**A. Análise global das
despesas liquidadas pelas
Secretarias Estaduais de
Educação: Cruzamentos
analíticos elaborados
a partir dos Quadros
de Detalhamento de
Despesas (QDD)**

1. Metodologia de pesquisa

Nesta seção será discutida a estratégia metodológica adotada para a análise das despesas globais liquidadas pelas Secretarias Estaduais de Educação.

Os dados que compõem a pesquisa descrevem a execução financeira das despesas orçamentárias dos estados no período de 2015 e 2016, presente nos chamados QDD. O envio das informações foi realizado por representantes das Secretarias Estaduais de Educação a pedido da equipe de pesquisa e do IU, por intermédio do Consed, entre setembro e novembro de 2017.

Em virtude dos objetivos da pesquisa, não foi possível a utilização de bases de dados já sistematizadas nacionalmente, como o Siconfi⁴ e o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope).⁵ No primeiro caso, ainda que o primeiro disponha de análises históricas de longo período, a integração de informações dos grupos de despesa não é possível, visto que o Siconfi não disponibiliza o banco de dados dos estados, apenas as despesas por categoria econômica ou por funções, comprometendo assim os cruzamentos analíticos pretendidos. No caso do Siope, as limitações relacionam-se ao seu caráter essencialmente declaratório e à impossibilidade de conduzir análises até o nível mais desagregado de despesas, tal como se pretende a partir da proposta deste estudo.

Com base nas informações dos QDD, a *primeira etapa* que precedeu a análise compreendeu a padronização das informações, processo considerado prioritário para dar início aos cruzamentos e análises de informações pretendidos, já que havia uma grande variação na nomenclatura e classificação das informações. Foram utilizados softwares de análise estatística para este trabalho, como o Microsoft Excel.

A *segunda etapa* compreendeu a análise sobre as informações disponíveis. Neste momento foi identificado o conteúdo dos QDD enviados por cada um dos estados, buscando mapear a adequação dos dados aos critérios inicialmente solicitados,⁶ tais como o período contemplado, assim como a formatação das informações, tendo em vista a necessidade de que estivessem dispostas no modelo de banco de dados.

Como *terceira etapa*, o grupo de pesquisa trabalhou na construção de categorias de análise de dados considerando os cruzamentos analíticos possíveis: (i) função; (ii) subfunção; (iii) função educação das Secretarias de Educação⁷ versus função educação no estado e o orçamento total; (iv) categoria econômica, grupo e elementos de despesa; e (v) fonte.

Na *quarta etapa*, o grupo de pesquisa levantou informações da base Siconfi/Finbra buscando identificar os valores do orçamento total e do orçamento da função educação (função 12) de cada um dos estados, de modo a possibilitar a comparação entre os entes federativos, considerando dois cruzamentos: (i) a participação da função educação no total do

⁴ Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

⁵ Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

⁶ Cabe registrar que não foram realizadas análises para os estados da Região Sul do país neste relatório, uma vez que os dados enviados não estavam estruturados em uma forma que possibilitasse o manuseio e cruzamentos necessários, assim como não foram enviadas informações de um estado da referida região. Na primeira parte do relatório (A) há também quatro estados da Região Norte e dois da Região Nordeste que não foram analisados, também em virtude do não envio ou da impossibilidade de uso das informações. Por fim, um estado da região Centro-Oeste e outro da Região Nordeste realizaram envio de dados somente para os anos de 2015 e 2016, respectivamente.

⁷ As informações sobre despesas da função educação enviadas pelas Secretarias Estaduais de Educação foram retiradas dos QDD recebidos pela equipe de pesquisa. Cabe registrar que o envio de informações por meio dos QDD foi bastante díspar, uma vez que parte dos estados enviou informações sobre toda a função educação; outros somente da função educação executada pelas Secretarias Estaduais; e, finalmente, alguns enviaram informações sobre todo o orçamento estadual.

orçamento estadual e (ii) a participação da função educação executada pelas Secretarias Estaduais de Educação no total da referida função orçamentária.

Por fim, a *quinta e última etapa* compreendeu o processamento da base de dados que se relaciona à geração de informações a partir das variáveis existentes. A partir do processamento da base foi possível a construção de tabelas e

gráficos com dados para as regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste), assim como para cada um dos estados participantes da pesquisa.

Na seção a seguir serão apresentados os cruzamentos analíticos elaborados para os dados de despesas liquidadas pelas Secretarias de Educação Estaduais por região do país.

2. Cruzamentos analíticos elaborados para as despesas globais liquidadas pelas Secretarias Estaduais de Educação

2.1. Análise da função educação das Secretarias Estaduais de Educação com comparativos do total da função educação e dos orçamentos estaduais

A partir de análises da base de dados do Siconfi/Finbra (STN – Secretaria do Tesouro Nacional), assim como dos dados dos QDD enviados pelos estados, é possível indicar que, para a grande maioria dos estados brasileiros, a execução orçamentária das Secretarias

Estaduais de Educação corresponde a mais de 50% das despesas realizadas na função educação.

Em alguns estados, as despesas na função educação são quase completamente exercidas pelas Secretarias de Educação estaduais, haja vista a participação de quase 90% das despesas no total. A participação da função educação no total do orçamento varia de 11%, na região Centro-Oeste até 16,2% na região Norte em 2015. Os mesmos padrões se repetem no ano de 2016, com o percentual de 11,4% na região Centro-Oeste e 16,6% na região Norte.

Cabe registrar que os dados utilizados no âmbito desta pesquisa não se referem à **totalidade** da despesa na função educação dos estados brasileiros (total da função educação), visto que os relatórios enviados referem-se, em sua maioria, às despesas liquidadas na função educação realizada somente pelas Secretarias Estaduais de Educação.

Tabela 1. Valores liquidados na função educação das Secretarias Estaduais de Educação (SEE) da função educação e orçamento total dos estados. Estados selecionados, 2015.

Em milhões R\$

Região	Orçamento Total	Função Educação	Função Educação na SEE	% F. Edu SEE na F. Edu	% F. Edu. no Orçamento Total
	(I)	(II)	(III)	(IV) = (III)/(II)	(V) = (III)/(I)
Centro-Oeste	70.139,83	13.497,76	7.719,72	57,2%	11,0%
Norte	29.001,52	4.764,13	5.741,20	120,5%	19,8%
Nordeste	92.166,65	12.230,10	11.762,80	96,2%	12,8%
Sudeste	335.569,17	46.526,39	43.922,66	94,4%	13,1%

Tabela 2. Valores liquidados na função educação das Secretarias Estaduais de Educação (SEE) da função educação e orçamento total dos estados. Estados selecionados, 2016.

Em milhões R\$

Região	Orçamento Total	Função Educação	Função Educação na SEE	% F. Edu SEE na F. Edu	% F. Edu. no Orçamento Total
	(I)	(II)	(III)	(IV) = (III)/(II)	(V) = (III)/(I)
Centro-Oeste	50.358,04	9.667,99	5.739,40	59,4%	11,4%
Norte	30.218,20	5.033,79	6.202,45	123,2%	20,5%
Nordeste	107.368,44	13.392,16	11.927,53	89,1%	11,1%
Sudeste	326.885,80	47.082,55	43.419,04	92,2%	13,3%

2.2. Análise por subfunções orçamentárias

A análise dos dados de subfunção das Secretarias Estaduais de Educação permite apontar a grande participação de despesas no grupo de Educação Básica, representando, considerando-se o total geral, 36,3% em 2015, e 35,4% em 2016.

A existência de despesas classificadas na subfunção de Educação Básica implica uma dificuldade analítica, uma vez que impossibilita a identificação do percentual aplicado nas etapas e modalidades de educação, como Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Além disso, nos estados analisados, a subfunção administração geral tem grande relevância, e, em alguns casos, ocupa 29% das despesas realizadas, como observado na Região Centro-Oeste, em 2016. Dada a relevância numérica desta subfunção administração geral, levanta-se a hipótese de que grande parte das despesas de pessoal tenha sido contabilizada neste item, e, dada a agregação de valores e, em alguns casos, a indisponibilidade de informações até o nível de subelemento de despesa, torna-se impossível a identificação precisa dos itens que compõem esta subfunção em cada estado.

Chama atenção o não uso da subfunção Alimentação e Nutrição pelos estados do

Centro-Oeste, assim como por alguns estados das demais regiões, o que dificulta análises sobre este tipo de gasto.

No que tange às despesas em etapas e modalidades de ensino, os dados também apontam uma alta participação de despesas na subfunção Ensino Fundamental em grande parte dos estados, e a presença da subfunção Ensino Superior em dois estados do Nordeste.⁸

Apenas um estado (na região Norte) em 2015, e outro (na região Sudeste) em 2016 utilizam a subfunção previdência do regime estatutário para o registro de despesas. A inexistência de classificações dos demais estados nesta subfunção tende a dificultar a comparação padronizada de despesas previdenciárias da função educação em todos os estados.

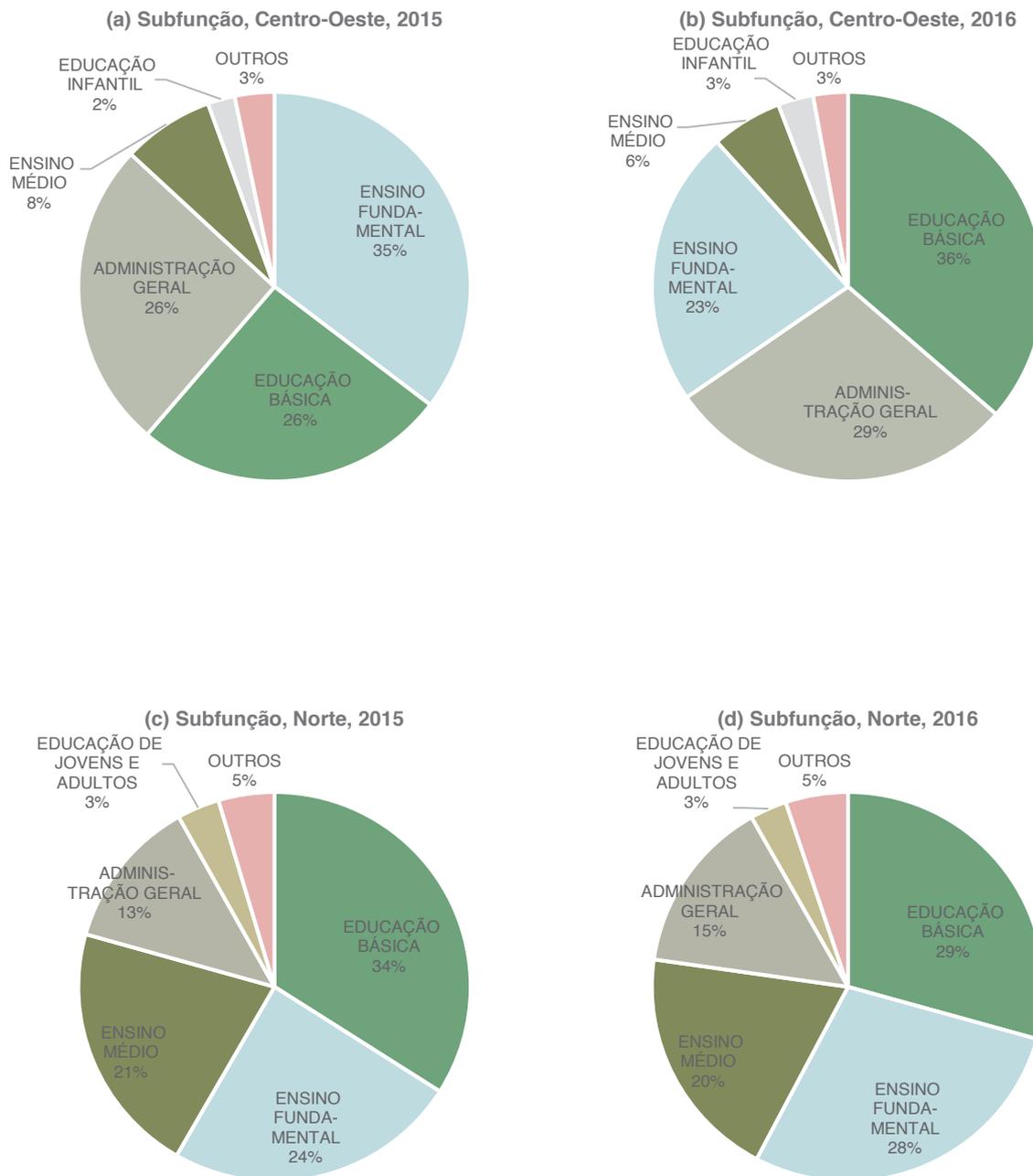
Por fim, a análise dos dados permite apontar a existência de outras subfunções pouco usuais nos orçamentos de educação; por exemplo, assistência hospitalar e ambulatorial, assistência aos povos indígenas, assistência ao idoso, patrimônio histórico e desporto.⁹

O Gráfico 1 apresenta a distribuição de despesas por subfunção para cada uma das regiões analisadas.

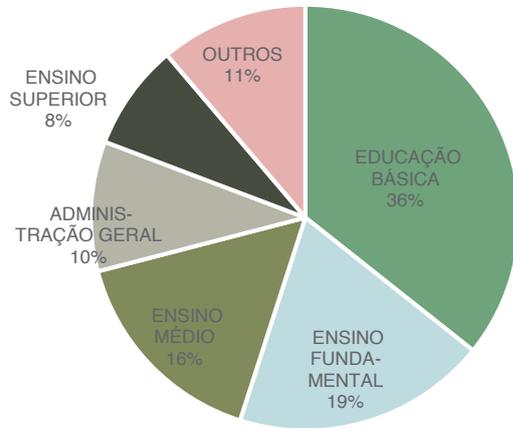
⁸ É importante notar que a utilização das funções ensino fundamental e ensino médio em maior ou menor volume de recursos não nos permite afirmar que determinado estado gasta mais em determinado nível de ensino, pois há a utilização das subfunções educação básica e administração que congregam despesas desses níveis sem que seja possível claramente identificá-los. A utilização de cada uma das subfunções pelos diferentes estados é uma escolha de cada um que ainda estamos investigando.

⁹ Essas informações constam dos dados brutos enviados, mas não estão aparentes nas tabelas aqui apresentadas, pois as despesas foram agregadas de modo a possibilitar a análise regional.

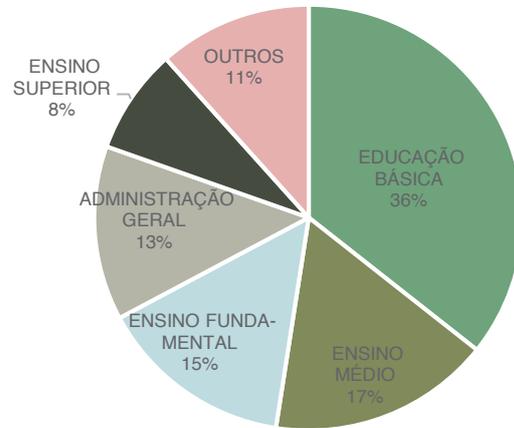
Gráfico 1 (a) a (h). Despesas por subfunção e região, 2015 e 2016.



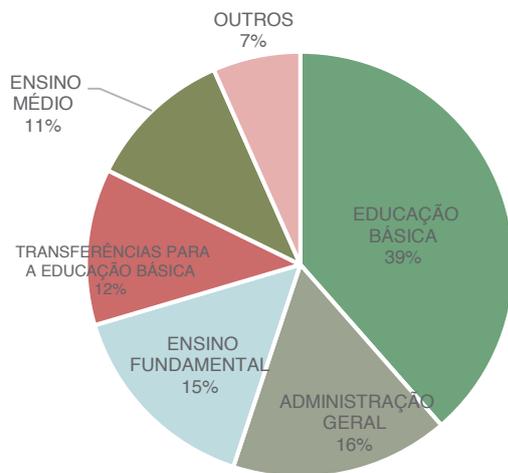
(e) Subfunção, Nordeste, 2015



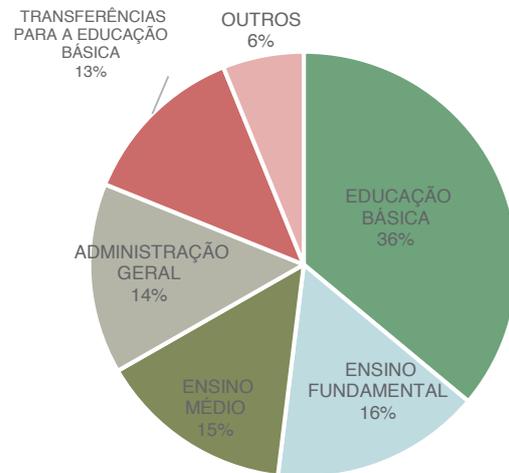
(f) Subfunção, Nordeste, 2016



(g) Subfunção, Sudeste, 2015



(h) Subfunção, Sudeste, 2016



Elaboração: Equipe de Pesquisa Financiamento da Educação nos Estados Brasileiros. **Fonte:** QDD enviados pelos estados.

A seguir são apresentadas as tabelas elaboradas a partir dos QDD recebidos de cada um dos estados.

Tabela 3. Valores liquidados nas subfunções das Secretarias Estaduais de Educação por região. Estados selecionados, 2015.

Subfunção	Em milhões R\$									
	Total CO	% CO	Total N	% N	Total NE	% NE	Total SE	% SE	Total Geral	% Total Geral
EDUCAÇÃO BÁSICA	1.998,01	25,9%	1.953,74	34,0%	4.201,93	35,7%	16.951,34	38,6%	25.105,02	36,3%
ENSINO FUNDAMENTAL	2.731,22	35,4%	1.394,38	24,3%	2.259,04	19,2%	6.740,24	15,3%	13.124,89	19,0%
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.980,50	25,7%	718,80	12,5%	1.159,03	9,9%	7.232,98	16,5%	11.091,31	16,0%
ENSINO MÉDIO	584,70	7,6%	1.208,01	21,0%	1.883,43	16,0%	4.874,88	11,1%	8.551,02	12,4%
TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	5.220,79	11,9%	5.220,79	7,6%
ENSINO SUPERIOR	-	0,0%	-	0,0%	946,09	8,0%	-	0,0%	946,09	1,4%
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	-	0,0%	37,81	0,7%	71,82	0,6%	706,35	1,6%	815,97	1,2%
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20,23	0,3%	13,99	0,2%	98,89	0,8%	587,62	1,3%	720,72	1,0%
EDUCAÇÃO ESPECIAL	148,78	1,9%	1,34	0,0%	9,09	0,1%	528,13	1,2%	687,33	1,0%
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	58,85	0,8%	201,16	3,5%	69,20	0,6%	325,97	0,7%	655,18	0,9%
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	-	0,0%	-	0,0%	399,35	3,4%	-	0,0%	399,35	0,6%
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	-	0,0%	-	0,0%	34,22	0,3%	265,23	0,6%	299,45	0,4%
NÃO IDENTIFICADO	-	0,0%	-	0,0%	277,81	2,4%	-	0,0%	277,81	0,4%
PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	-	0,0%	146,79	2,6%	84,70	0,7%	11,47	0,0%	242,97	0,4%
ENSINO PROFISSIONAL	22,10	0,3%	8,48	0,1%	93,52	0,8%	75,67	0,2%	199,77	0,3%
EDUCAÇÃO INFANTIL	173,28	2,2%	0,00	0,0%	0,07	0,0%	12,20	0,0%	185,55	0,3%
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	169,27	0,4%	169,27	0,2%
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	-	0,0%	-	0,0%	113,20	1,0%	-	0,0%	113,20	0,2%
ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	-	0,0%	0,01	0,0%	-	0,0%	101,42	0,2%	101,44	0,1%
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2,05	0,0%	0,35	0,0%	17,77	0,2%	43,94	0,1%	64,11	0,1%
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	45,13	0,1%	45,13	0,1%
TRANSPORTES ESPECIAIS	-	0,0%	39,45	0,7%	-	0,0%	-	0,0%	39,45	0,1%
COMUNICAÇÃO SOCIAL	-	0,0%	0,02	0,0%	2,01	0,0%	24,61	0,1%	26,63	0,0%
ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	-	0,0%	-	0,0%	22,21	0,2%	-	0,0%	22,21	0,0%
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	-	0,0%	9,10	0,2%	-	0,0%	-	0,0%	9,10	0,0%
DIFUSÃO CULTURAL	-	0,0%	0,05	0,0%	8,51	0,1%	-	0,0%	8,56	0,0%
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	5,42	0,0%	5,42	0,0%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	-	0,0%	-	0,0%	4,70	0,0%	-	0,0%	4,70	0,0%
DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	-	0,0%	-	0,0%	4,04	0,0%	-	0,0%	4,04	0,0%
CONTROLE EXTERNO	-	0,0%	3,57	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	3,57	0,0%

Continua ▼

▼ Continuação

Em milhões R\$

Subfunção	Total CO	% CO	Total N	% N	Total NE	% NE	Total SE	% SE	Total Geral	% Total Geral
DESPORTO COMUNITÁRIO	-	0,0%	2,57	0,0%	0,41	0,0%	-	0,0%	2,98	0,0%
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	-	0,0%	1,35	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1,35	0,0%
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	-	0,0%	-	0,0%	0,98	0,0%	-	0,0%	0,98	0,0%
DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	-	0,0%	0,25	0,0%	0,36	0,0%	-	0,0%	0,61	0,0%
PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	-	0,0%	-	0,0%	0,14	0,0%	-	0,0%	0,14	0,0%
ASSISTÊNCIA AO IDOSO	-	0,0%	-	0,0%	0,12	0,0%	-	0,0%	0,12	0,0%
ADMINISTRATIVO	-	0,0%	-	0,0%	0,11	0,0%	-	0,0%	0,11	0,0%
TELECOMUNICAÇÕES	-	0,0%	-	0,0%	0,04	0,0%	-	0,0%	0,04	0,0%
POLICIAMENTO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total Geral	7.719,72	100,0%	5.741,20	100,0%	11.762,80	100,0%	43.922,66	100,0%	69.146,38	100,0%

Tabela 4. Valores liquidados nas subfunções das Secretarias Estaduais de Educação por região. Estados selecionados, 2016.

Em milhões R\$

Subfunção	Total CO	% CO	Total N	% N	Total NE	% NE	Total SE	% SE	Total Geral	% Total Geral
EDUCAÇÃO BÁSICA	2.087,69	36,4%	1.818,22	29,3%	4.254,37	35,7%	15.669,77	36,1%	23.830,05	35,4%
ENSINO FUNDAMENTAL	1.318,39	23,0%	1.761,83	28,4%	1.757,56	14,7%	6.877,07	15,8%	11.714,85	17,4%
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.664,65	29,0%	903,27	14,6%	1.578,84	13,2%	6.280,17	14,5%	10.426,93	15,5%
ENSINO MÉDIO	337,09	5,9%	1.211,43	19,5%	2.001,85	16,8%	6.409,89	14,8%	9.960,26	14,8%
TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	5.527,86	12,7%	5.527,86	8,2%
ENSINO SUPERIOR	-	0,0%	-	0,0%	952,03	8,0%	-	0,0%	952,03	1,4%
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	-	0,0%	39,94	0,6%	105,81	0,9%	540,40	1,2%	686,14	1,0%
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	76,77	1,3%	188,48	3,0%	80,30	0,7%	289,35	0,7%	634,90	0,9%
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	614,76	1,4%	614,76	0,9%
EDUCAÇÃO ESPECIAL	49,47	0,9%	0,05	0,0%	8,84	0,1%	506,49	1,2%	564,85	0,8%
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	17,88	0,3%	12,83	0,2%	67,70	0,6%	371,92	0,9%	470,33	0,7%
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	-	0,0%	-	0,0%	464,30	3,9%	-	0,0%	464,30	0,7%
PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	-	0,0%	175,00	2,8%	101,39	0,9%	-	0,0%	276,39	0,4%
NÃO IDENTIFICADO	-	0,0%	-	0,0%	219,94	1,8%	-	0,0%	219,94	0,3%
ENSINO PROFISSIONAL	20,04	0,3%	11,79	0,2%	117,72	1,0%	53,50	0,1%	203,05	0,3%
EDUCAÇÃO INFANTIL	167,41	2,9%	0,50	0,0%	0,05	0,0%	8,70	0,0%	176,67	0,3%
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	-	0,0%	-	0,0%	49,58	0,4%	101,77	0,2%	151,35	0,2%
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	-	0,0%	-	0,0%	123,02	1,0%	-	0,0%	123,02	0,2%
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	85,53	0,2%	85,53	0,1%
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	-	0,0%	5,65	0,1%	14,05	0,1%	44,84	0,1%	64,53	0,1%
TRANSPORTES ESPECIAIS	-	0,0%	61,28	1,0%	-	0,0%	-	0,0%	61,28	0,1%
COMUNICAÇÃO SOCIAL	-	0,0%	0,05	0,0%	1,95	0,0%	23,23	0,1%	25,23	0,0%
ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	-	0,0%	-	0,0%	21,42	0,2%	-	0,0%	21,42	0,0%
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	13,77	0,0%	13,77	0,0%
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	-	0,0%	6,76	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	6,76	0,0%
DIFUSÃO CULTURAL	-	0,0%	2,45	0,0%	3,07	0,0%	-	0,0%	5,52	0,0%
DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	-	0,0%	-	0,0%	2,98	0,0%	-	0,0%	2,98	0,0%
DESPORTO COMUNITÁRIO	-	0,0%	1,80	0,0%	0,05	0,0%	-	0,0%	1,85	0,0%
DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	-	0,0%	1,14	0,0%	0,12	0,0%	-	0,0%	1,26	0,0%
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	-	0,0%	-	0,0%	0,40	0,0%	-	0,0%	0,40	0,0%
ASSISTÊNCIA AO IDOSO	-	0,0%	-	0,0%	0,11	0,0%	-	0,0%	0,11	0,0%
PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	-	0,0%	-	0,0%	0,05	0,0%	-	0,0%	0,05	0,0%
TELECOMUNICAÇÕES	-	0,0%	-	0,0%	0,02	0,0%	-	0,0%	0,02	0,0%
LAZER	-	0,0%	-	0,0%	0,01	0,0%	-	0,0%	0,01	0,0%
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total Geral	5.739,40	100,0%	6.202,45	100,0%	11.927,53	100,0%	43.419,04	100,0%	67.288,41	100,0%

2.3. Análise das despesas por categoria econômica, grupo e elementos de despesa

Analisando os dados enviados pelas Secretarias Estaduais de Educação é possível indicar que, considerando a análise de despesas por categoria econômica, grupo e elementos de despesas, a despesa de pessoal (apenas ativos, pelo que se pôde deprender dos dados enviados) destaca-se como o principal grupo de despesa. Em algumas regiões, como a Centro-Oeste, este é superior a 80% das despesas correntes nos dois anos analisados, 2015 e 2016. As demais regiões, apesar de não apresentarem um percentual tão elevado, têm um gasto acima de 60% das despesas correntes no que diz respeito às despesas de pessoal.

Além deste gasto, também têm destaque as despesas com contratos celebrados com terceiros (pessoas física e jurídica), que, nos estados da região Nordeste, por exemplo, alcançaram 13,9% em 2015 e 12,2% em 2016 das despesas correntes. Na região Sudeste, convênios e transferências às entidades sem fins lucrativos e a municípios têm um percentual destacado, alcançando 13,9% em 2015 e 14,1% em 2016. Chama também atenção o espaço praticamente inexistente das despesas de capital dentro do orçamento total, com percentuais que variam de 0,8% a 4,2% entre as

regiões do país considerando ambos os anos, 2015 e 2016. A redução desta despesa é coerente com o cenário de retração econômica pelo qual passou o Brasil desde 2012, e mais acentuadamente em 2014, quando considerados os impostos estaduais. Com menor volume de recursos os estados têm priorizado o custeio para manutenção e operação do ensino. A manutenção prolongada desta situação coloca em risco planos de expansão para novos atendimentos conforme previsto no PNE.

Outros destaques relacionam-se ao alto percentual da classificação “demais elementos de despesa”, inserido no grupo de pessoal e encargos sociais na região Centro-Oeste, que alcançou em 2015 28,3%, o maior percentual dentre os grupos/elementos de despesa da região. Este mesmo fenômeno acontece na região Nordeste, ainda que com menor destaque, evidenciando que a classificação “demais elementos de despesa” alcançou 6,6% do total do grupo pessoal e encargos sociais. No ano de 2016, entretanto, este padrão se altera para a região Centro-Oeste, que alcançou 1,9% nesta classificação.

Os quadros das despesas por categoria econômica, grupo e elementos de despesa são apresentados a seguir.

Tabela 5. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por categoria econômica, grupo e elemento de despesa, região, 2015.

Despesas por categoria econômica, grupo e elemento de despesa	Região												Total	
	CO		N		NE		SE							
	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%		
DESPESAS CORRENTES	7.586,91	98%	5.648,67	98%	11.264,91	96%	42.974,43	98%	67.474,92	98%				
Pessoal e Encargos Sociais	6.631,27	86%	4.592,72	80%	8.088,28	69%	29.672,31	68%	48.984,58	71%				
Aplicações Diretas	141,32	2%		0%		0%		0%	141,32	0%				
Aposentadorias, Pensões, Benefícios e Aportes ao Regime de Previdência	7,58	0%	0,01	0%	0,65	0%	2,69	0%	10,93	0%				
Benefícios aos Servidores e Funcionários		0%	0,07	0%	815,23	7%	220,34	1%	1.035,64	1%				
Contratação por Tempo Determinado	363,61	5%	493,72	9%	626,04	5%	441,47	1%	1.924,85	3%				
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	58,08	1%		0%	26,25	0%	1,21	0%	85,55	0%				
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	1.074,19	14%		0%		0%	0,56	0%	1.074,75	2%				
Demais Elementos de Despesa	2.182,79	28%	6,67	0%	772,60	7%	4,45	0%	2.966,51	4%				
Despesas de Exercícios Anteriores	52,80	1%	114,10	2%	137,96	1%	58,43	0%	363,30	1%				
Indenizações e Restituições	0,16	0%	9,08	0%	3,40	0%	0,51	0%	13,15	0%				
Obras e Instalações	0,00	0%		0%		0%		0%	0,00	0%				
Obrigações Patronais	612,07	8%	421,97	7%	1.086,71	9%	8.908,99	20%	11.029,75	16%				
Obrigações Tributárias e Contributivas		0%		0%	6,81	0%		0%	6,81	0%				
Outras Despesas Variáveis – Pessoal	26,86	0%	217,72	4%	101,75	1%	240,37	1%	586,70	1%				
Vencimentos e Vantagens Fixas	2.111,80	27%	3.329,39	58%	4.510,86	38%	19.793,28	45%	29.745,34	43%				
Outras Despesas Correntes	955,64	12%	1.054,37	18%	2.917,59	25%	13.302,12	30%	18.229,72	26%				
Aplicações Diretas	313,96	4%		0%		0%		0%	313,96	0%				
Aposentadorias, Pensões, Benefícios e Aportes ao Regime de Previdência	0,01	0%	9,17	0%		0%		0%	9,18	0%				
Benefícios aos Servidores e Funcionários	1,57	0%	173,71	3%	143,60	1%	234,57	1%	553,45	1%				
Contratação por Tempo Determinado	0,02	0%		0%		0%		0%	0,02	0%				
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	261,86	3%	287,06	5%	1.629,37	14%	3.940,57	9%	6.118,84	9%				
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	56,67	1%	328,37	6%	355,89	3%	6.125,14	14%	6.866,07	10%				
Demais Elementos de Despesa	226,90	3%	49,98	1%	219,92	2%	381,11	1%	877,91	1%				
Despesas de Exercícios Anteriores	6,08	0%	63,32	1%	169,10	1%	23,34	0%	261,84	0%				
Diárias	3,35	0%	5,00	0%	60,21	1%	20,89	0%	89,45	0%				
Equipamento e Material Permanente	1,30	0%		0%		0%		0%	1,30	0%				
Indenizações e Restituições	3,87	0%	65,45	1%	22,56	0%	10,74	0%	102,62	0%				
Material de Consumo	36,00	0%	38,96	1%	197,22	2%	907,04	2%	1.179,22	2%				
Obras e Instalações	0,81	0%		0%		0%		0%	0,81	0%				
Obrigações Patronais	7,55	0%		0%		0%	0,21	0%	7,76	0%				
Obrigações Tributárias e Contributivas	0,32	0%	0,65	0%	67,54	1%	325,88	1%	394,38	1%				
Outras Despesas Variáveis – Pessoal	0,09	0%		0%		0%		0%	0,09	0%				
Passagens e Despesas com Locomoção	7,00	0%	32,69	1%	52,20	0%	1.332,65	3%	1.424,54	2%				
Vencimentos e Vantagens Fixas	28,28	0%		0%		0%		0%	28,28	0%				
Juros e Encargos da Dívida		0%	1,58	0%	259,04	2%		0%	260,62	0%				

Continua ▼

Tabela 5. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por categoria econômica, grupo e elemento de despesa por região, 2015.

Continuação ▼

Despesas por categoria econômica, grupo e elemento de despesa	Região												Total	
	CO		N		NE		SE						Nom.	%
	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%		
DESPESAS DE CAPITAL	132,81	2%	92,53	2%	497,89	4%	948,23	2%	1.671,46	2%				
Outras Despesas Correntes		0%		0%	240,98	2%		0%	240,98	0%			240,98	0%
Aquisição de Imóveis		0%		0%	3,97	0%		0%	3,97	0%			3,97	0%
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica		0%		0%	23,84	0%		0%	23,84	0%			23,84	0%
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios		0%		0%	10,23	0%		0%	10,23	0%			10,23	0%
Demais Elementos de Despesa		0%		0%	0,83	0%		0%	0,83	0%			0,83	0%
Equipamento e Material Permanente		0%		0%	103,87	1%		0%	103,87	0%			103,87	0%
Indenizações e Restituições		0%		0%	0,46	0%		0%	0,46	0%			0,46	0%
Material de Consumo		0%		0%	1,88	0%		0%	1,88	0%			1,88	0%
Obras e Instalações		0%		0%	95,81	1%		0%	95,81	0%			95,81	0%
Passagens e Despesas com Locomoção		0%		0%	0,10	0%		0%	0,10	0%			0,10	0%
Obras e Instalações	0,00	0%		0%		0%		0%	0,00	0%			0,00	0%
Obrigações Patronais	612,07	8%	421,97	7%	1.086,71	9%	8.908,99	20%	11.029,75	16%				
Obrigações Tributárias e Contributivas		0%		0%	6,81	0%		0%	6,81	0%			6,81	0%
Outras Despesas Variáveis – Pessoal	26,86	0%	217,72	4%	101,75	1%	240,37	1%	586,70	1%				
Vencimentos e Vantagens Fixas	2.111,80	27%	3.329,39	58%	4.510,86	38%	19.793,28	45%	29.745,34	43%				
Investimentos	132,81	2%	85,00	1%	256,59	2%	912,99	2%	1.387,39	2%			1.387,39	2%
Aplicações Diretas	26,27	0%		0%		0%		0%	26,27	0%				
Aquisição de Imóveis		0%		0%	0,00	0%		0%	0,00	0%			0,00	0%
Benefícios aos Servidores e Funcionários	0,00	0%		0%		0%		0%	0,00	0%			0,00	0%
Contratação por Tempo Determinado	0,00	0%		0%		0%		0%	0,00	0%			0,00	0%
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	4,91	0%	0,00	0%	1,50	0%	27,43	0%	33,84	0%				
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	13,14	0%	6,37	0%	2,22	0%	201,22	0%	222,95	0%				
Demais Elementos de Despesa	49,36	1%	0,05	0%	41,42	0%		0%	90,83	0%				
Despesas de Exercícios Anteriores	2,00	0%	14,93	0%	20,34	0%	1,63	0%	38,89	0%				
Diárias	2,77	0%	0,00	0%		0%		0%	2,77	0%				
Equipamento e Material Permanente	7,21	0%	15,16	0%	86,64	1%	183,45	0%	292,46	0%				
Indenizações e Restituições	1,57	0%	7,94	0%	4,50	0%	0,12	0%	14,14	0%				
Material de Consumo	0,03	0%		0%		0%		0%	0,03	0%				
Obras e Instalações	7,54	0%	40,56	1%	99,98	1%	499,14	1%	647,22	1%				
Obrigações Patronais	0,00	0%		0%		0%		0%	0,00	0%				
Obrigações Tributárias e Contributivas	16,25	0%		0%		0%		0%	16,25	0%				
Outras Despesas Variáveis – Pessoal	0,00	0%		0%		0%		0%	0,00	0%				
Passagens e Despesas com Locomoção	1,75	0%		0%		0%		0%	1,75	0%				
Vencimentos e Vantagens Fixas	0,00	0%		0%		0%		0%	0,00	0%				
Inversões Financeiras		0%	0,00	0%		0%	35,25	0%	35,25	0%			35,25	0%
Amortização da Dívida		0%	7,53	0%	0,32	0%		0%	7,84	0%			7,84	0%
Total	7.719,72	100%	5.741,20	100%	11.762,80	100%	43.922,66	100%	69.146,38	100%			69.146,38	100%

Tabela 6. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por categoria econômica, grupo e elemento de despesa, por região, 2016.

Despesas por categoria econômica, grupo e elemento de despesa	Região												Total	
	CO		N		NE		SE							
	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%
Outras Despesas Correntes	45,78	1%	95,94	2%	391,23	3%	546,43	1%	1.079,38	2%				
DESPESAS CORRENTES														
Equipamento e Material Permanente		0%		0%	73,71	1%							73,71	0%
Obras e Instalações		0%		0%	55,02	0%							55,02	0%
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica		0%		0%	48,40	0%							48,40	0%
Demais Elementos de Despesa		0%		0%	3,03	0%							3,03	0%
Passagens e Despesas com Locomoção		0%		0%	1,72	0%							1,72	0%
Indenizações e Restituições		0%		0%	1,54	0%							1,54	0%
Aquisição de Imóveis		0%		0%	1,00	0%							1,00	0%
Diárias		0%		0%	0,80	0%							0,80	0%
Material de Consumo		0%		0%	0,35	0%							0,35	0%
Obrigações Tributárias e Contributivas		0%		0%	0,30	0%							0,30	0%
Despesas de Exercícios Anteriores		0%		0%	0,10	0%							0,10	0%
Investimentos	45,78	1%	90,29	1%	204,94	2%	543,22	1%	884,23	1%				
Obras e Instalações	14,87	0%	38,97	1%	106,87	1%	314,13	1%	474,84	1%				
Equipamento e Material Permanente	14,90	0%	29,24	0%	45,31	0%	139,07	0%	228,52	0%				
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	4,37	0%	7,11	0%	2,35	0%	82,41	0%	96,25	0%				
Demais Elementos de Despesa	8,15	0%	0,56	0%	37,80	0%			46,50	0%				
Despesas de Exercícios Anteriores	3,46	0%	11,01	0%	11,06	0%	1,21	0%	26,75	0%				
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	0,00	0%	0,00	0%	0,57	0%	6,39	0%	6,96	0%				
Indenizações e Restituições	0,03	0%	3,37	0%	0,99	0%			4,38	0%				
Diárias		0%	0,02	0%		0%			0,02	0%				
Aplicações Diretas	0,00	0%		0%		0%			0,00	0%				
Inversões Financeiras		0%	0,00	0%		0%	3,21	0%	3,21	0%				
Amortização da Dívida		0%	5,65	0%	0,32	0%			5,97	0%				
Total	5.739,40	100%	6.202,45	100%	11.927,53	100%	43.419,04	100%	67.288,41	100%				

Continuação ▼

2.4. Análise das despesas por fontes

O primeiro destaque a ser apresentado a partir da análise da despesa por fontes¹⁰ consiste na existência de uma grande multiplicidade de nomenclaturas de fontes adotadas pelos estados, muitas vezes com nomes similares (por exemplo, quotas do salário-educação), mas de forma recorrente nas bases de dados analisadas, o que implicou a necessária agregação de fontes existentes observando-se critérios definidos pela equipe de pesquisa.

A partir da agregação das nomenclaturas de fontes de recursos, destaca-se que o financiamento da função educação pelas Secretarias Estaduais é majoritariamente executado a partir de recursos do Tesouro Estadual, que dão suporte a mais da metade das despesas, representando 50,7% e 51,3% do total dos recursos, em 2015 e 2016, respectivamente.

Em seguida, destaca-se a fonte do Fundeb, que corresponde a cerca de 1/3 das despesas das Secretarias Estaduais de Educação na função educação. Destaca-se que os recursos do Fundeb são mais significativos para os

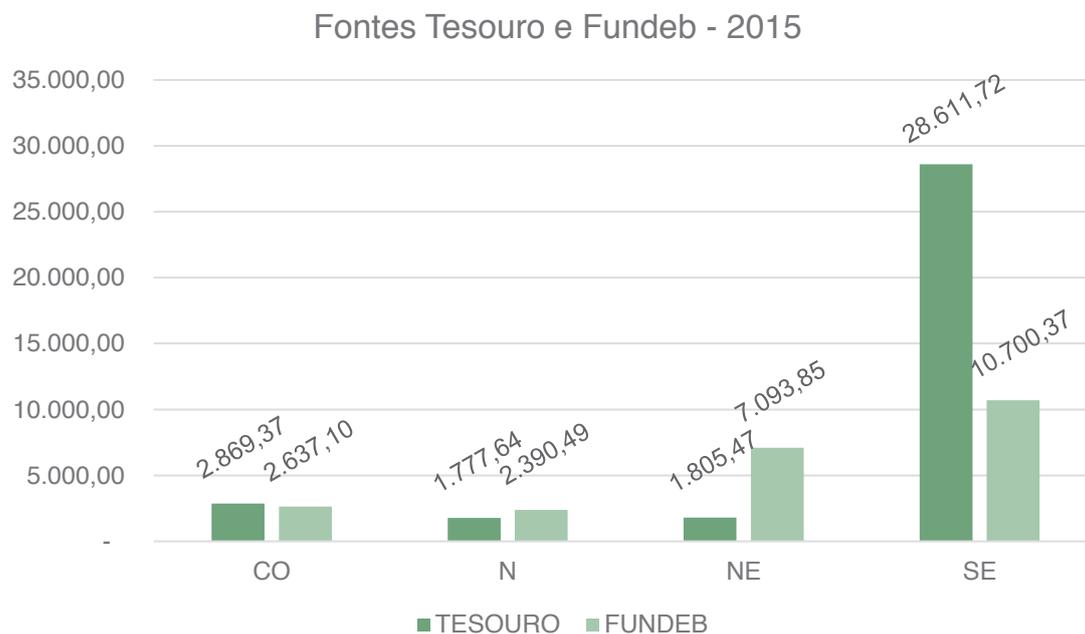
estados da região Nordeste (60,3% do total no ano de 2015, por exemplo) se comparados aos da região Sudeste (24,4% do total no ano de 2015).

É importante ressaltar que as duas fontes citadas, Tesouro Estadual e Fundeb, quando somadas, representam 83,7% do total das despesas por fonte de recursos em 2015 e 82,7%, em 2016. As demais fontes possuem impacto menos significativo, pois, somadas, representam apenas pouco mais de 15% do total, tanto em 2015 quanto em 2016. Por fim, ressalta-se a baixa participação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), alcançando 0,1% em ambos os anos, e das quotas-partes municipais, estaduais, federais e sem especificação de esfera do salário-educação, que somam 1,9% em 2015 e 1,7% em 2016.

Os gráficos 2 e 3 apresentam os dados de despesa por fontes para as quatro regiões analisadas considerando os principais grupos de despesa presentes, a saber: Tesouro Estadual e Fundeb. Em seguida, são apresentadas também as tabelas com análises sobre as fontes de despesa.

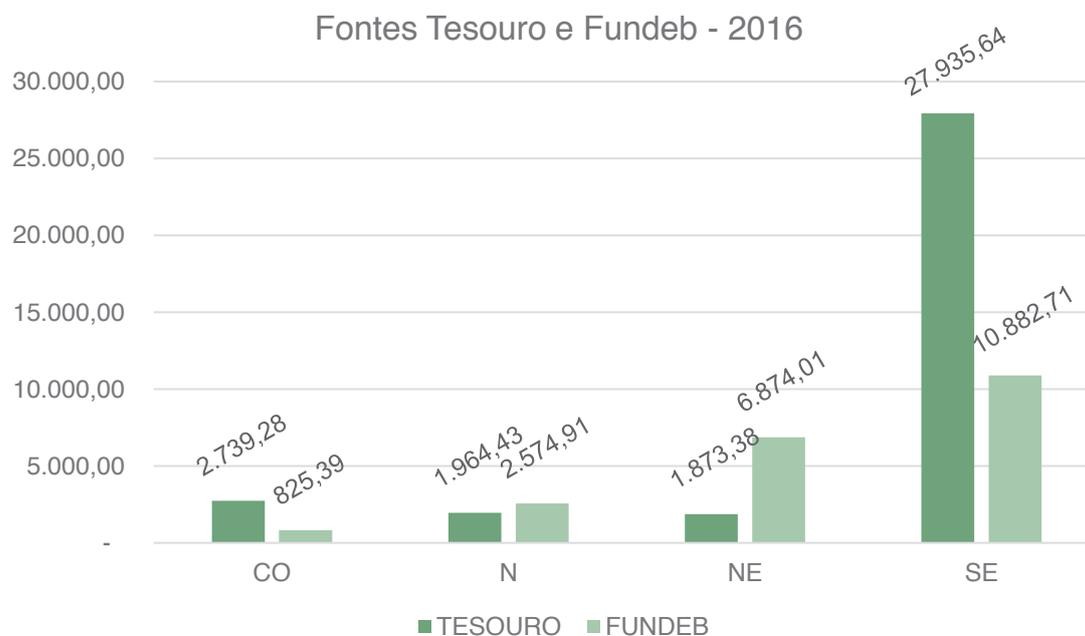
¹⁰ Esta classificação foi desenvolvida pela STN. Permite acompanhar que tipo de recursos pagou cada despesa. Isto é, se foram recursos da arrecadação estadual de impostos, do Fundeb, do FNDE, entre outros. Para mais detalhes acesse: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/informacoes-orkamentarias/arquivos/MTOs/mto_atual.pdf/view>. Acesso em 11.dez.2018.

Gráfico 2. Despesas por fontes de recurso (Tesouro e Fundeb). Estados selecionados por região em 2015.



Elaboração: Equipe de Pesquisa Financiamento da Educação nos Estados Brasileiros.
Fonte: QDD enviados pelos estados.

Gráfico 3. Despesas por fontes de recurso (Tesouro e Fundeb). Estados selecionados por região em 2016.



Elaboração: Equipe de Pesquisa Financiamento da Educação nos Estados Brasileiros.
Fonte: QDD enviados pelos estados.

Tabela 7. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por fonte de recursos, 2015.

Em milhões R\$

Subfunção	Total CO	% CO	Total N	% N	Total NE	% NE	Total SE	% SE	Total Geral	% Total Geral
TESOURO	2.869,37	37,2%	1.777,64	31,0%	1.805,47	15,3%	28.611,72	65,1%	35.064,20	50,7%
FUNDEB	2.637,10	34,2%	2.390,49	41,6%	7.093,85	60,3%	10.700,37	24,4%	22.821,82	33,0%
OUTROS	10,26	0,1%	0,01	0,0%	62,38	0,5%	3.615,44	8,2%	3.688,08	5,3%
SEM CLASSIFICAÇÃO	1.767,80	22,9%	1.037,85	18,1%	-	0,0%	-	0,0%	2.805,65	4,1%
RECURSOS DA EDUCAÇÃO A CLASSIFICAR	-	0,0%	-	0,0%	1.979,05	16,8%	172,67	0,4%	2.151,72	3,1%
QUOTA-PARTE DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO (SEM ESPECIFICAÇÃO DE ESFERA)	-	0,0%	39,73	0,7%	322,05	2,7%	470,18	1,1%	831,97	1,2%
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTARIAS	40,63	0,5%	343,11	6,0%	291,50	2,5%	3,81	0,0%	679,05	1,0%
QUOTAS ESTADUAIS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO (QESE)	295,73	3,8%	63,08	1,1%	10,37	0,1%	24,33	0,1%	393,52	0,6%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5,46	0,1%	46,14	0,8%	131,79	1,1%	165,95	0,4%	349,33	0,5%
RECURSOS DE OUTRAS ÁREAS A CLASSIFICAR	1,26	0,0%	-	0,0%	63,41	0,5%	158,19	0,4%	222,86	0,3%
FNDE	26,96	0,3%	42,86	0,7%	-	0,0%	-	0,0%	69,82	0,1%
QUOTA FEDERAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	37,36	0,5%	0,29	0,0%	2,92	0,0%	-	0,0%	40,57	0,1%
QUOTAS MUNICIPAIS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	27,80	0,4%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	27,80	0,0%
Total Geral	7.719,72	100,0%	5.741,20	100,0%	11.762,80	100,0%	43.922,66	100,0%	69.146,38	100,0%

Tabela 8. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por fonte de recursos, 2016.

Em milhões R\$

Subfunção	Total CO	% CO	Total N	% N	Total NE	% NE	Total SE	% SE	Total Geral	% Total Geral
TESOURO	2.739,28	47,7%	1.964,43	31,7%	1.873,38	15,7%	27.935,64	64,3%	34.512,73	51,3%
FUNDEB	825,39	14,4%	2.574,91	41,5%	6.874,01	57,6%	10.882,71	25,1%	21.157,02	31,4%
OUTROS	3,26	0,1%	0,01	0,0%	104,21	0,9%	3.618,31	8,3%	3.725,79	5,5%
SEM CLASSIFICAÇÃO	1.930,38	33,6%	1.172,12	18,9%	-	0,0%	-	0,0%	3.102,50	4,6%
RECURSOS DA EDUCAÇÃO A CLASSIFICAR	-	0,0%	-	0,0%	1.978,23	16,6%	167,83	0,4%	2.146,06	3,2%
QUOTA-PARTE DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO (SEM ESPECIFICAÇÃO DE ESFERA)	-	0,0%	37,60	0,6%	320,68	2,7%	399,53	0,9%	757,81	1,1%
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTARIAS	18,56	0,3%	325,43	5,2%	304,61	2,6%	0,70	0,0%	649,30	1,0%
RECURSOS DE OUTRAS ÁREAS A CLASSIFICAR	1,66	0,0%	-	0,0%	379,56	3,2%	82,22	0,2%	463,44	0,7%
QUOTAS ESTADUAIS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO (QESE)	166,22	2,9%	57,60	0,9%	18,31	0,2%	175,61	0,4%	417,74	0,6%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3,30	0,1%	40,13	0,6%	70,02	0,6%	156,48	0,4%	269,92	0,4%
FNDE	21,58	0,4%	30,01	0,5%	-	0,0%	-	0,0%	51,58	0,1%
QUOTAS MUNICIPAIS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	29,78	0,5%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	29,78	0,0%
QUOTA FEDERAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	-	0,0%	0,21	0,0%	4,52	0,0%	-	0,0%	4,73	0,0%
Total Geral	5.739,40	100,0%	6.202,45	100,0%	11.977,53	100,0%	43.419,04	100,0%	67.288,41	100,0%

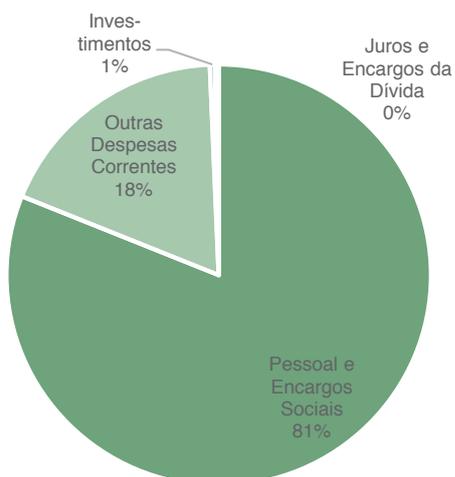
2.5. Análise das despesas por subfunções considerando categoria econômica, grupo e elementos de despesa

As análises a seguir apresentam as despesas por subfunções da função educação a partir do cruzamento analítico com a categoria econômica, o grupo e os elementos de despesa.

Foram selecionadas quatro principais subfunções para esta análise; a saber: (i) administração geral, (ii) Educação Básica, (iii) Ensino Fundamental, e (iv) Ensino Médio. Os gráficos 4 a 7 apresentam quais são as principais composições de gastos de cada uma destas subfunções para os anos de 2015 e 2016.

Gráfico 4. Despesa por subfunção, Administração Geral. Estados selecionados. Todas as regiões analisadas em 2015 e 2016.

Subfunção "administração geral", todas as regiões, 2015



Subfunção "administração geral", todas as regiões, 2016

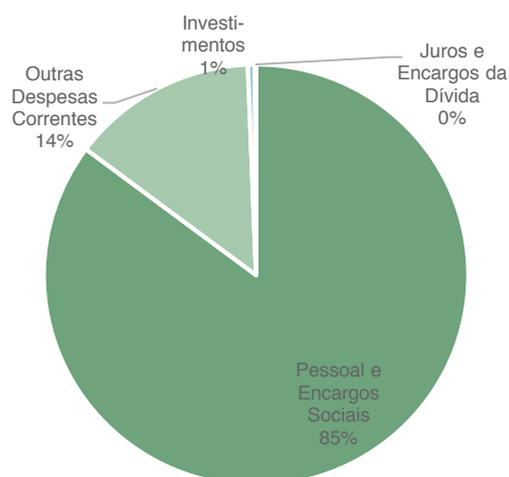
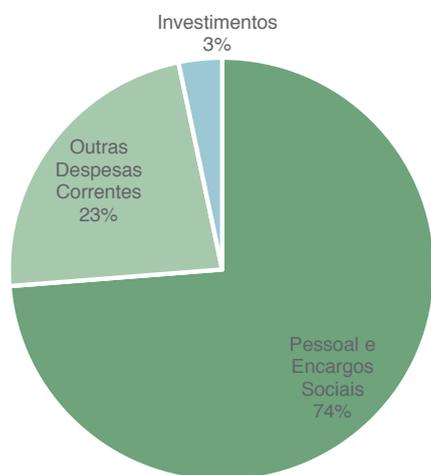


Gráfico 5. Despesa por subfunção, Educação Básica. Estados selecionados. Todas as regiões analisadas em 2015 e 2016.

Subfunção "educação básica", todas as regiões, 2015



Subfunção "educação básica", todas as regiões, 2016

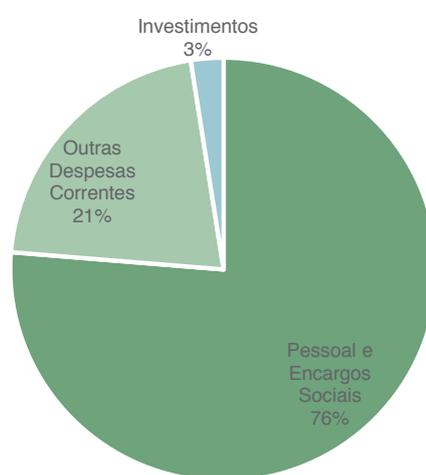
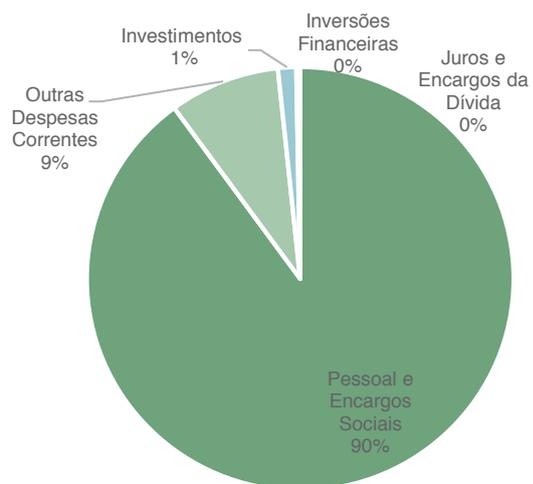


Gráfico 6. Despesa por Subfunção, Ensino Fundamental. Estados selecionados, todas as regiões analisadas em 2015 e 2016.

Subfunção "Ensino Fundamental", todas as regiões, 2015



Subfunção "Ensino Fundamental", todas as regiões, 2016

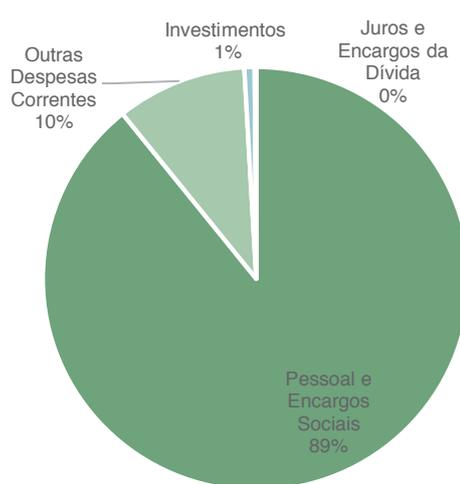
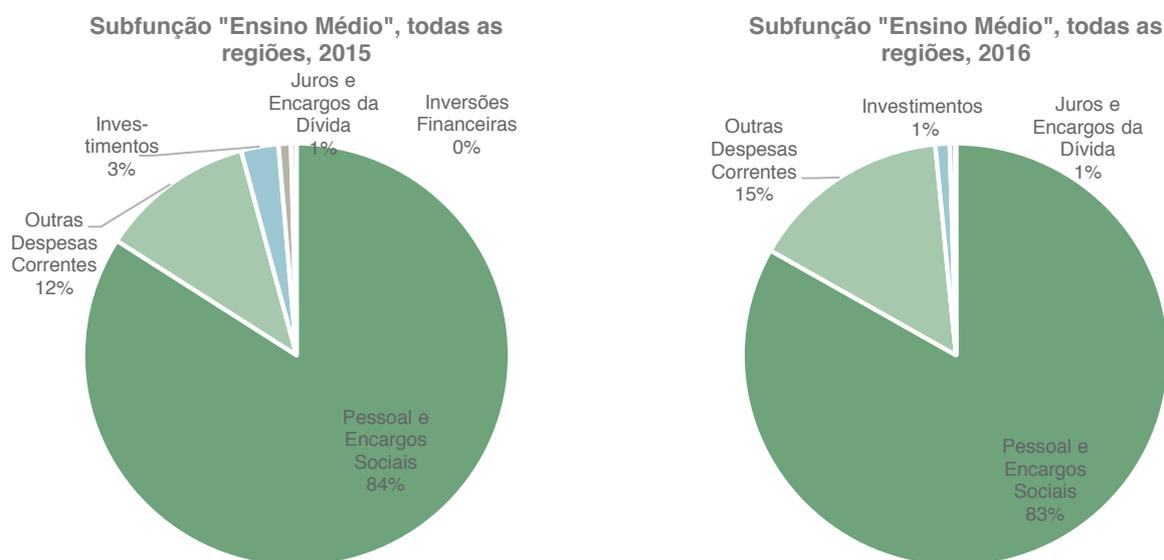


Gráfico 7. Despesa por subfunção, Ensino Médio. Estados selecionados, todas as regiões analisadas em 2015 e 2016.



Assim como observado na Seção 2.3., a maior parte dos gastos é composta por despesas correntes. Para todas as quatro subfunções, dentre as despesas correntes, a despesa de pessoal e encargos sociais representa o maior grupo nos dois anos analisados, sobretudo considerando-se o elemento de despesa “vencimentos e vantagens fixas” que, na subfunção Administração Geral, em todas as regiões, exceção para Centro-Oeste, no ano de 2015, representa 29% do total de gastos de cada região.

A análise do cruzamento de subfunções com elementos de despesa mostra que os estados utilizam classificações distintas na alocação de recursos para as subfunções. Nas quatro subfunções selecionadas (Administração Geral, Educação Básica, Ensino Fundamental e Ensino Médio) o percentual gasto com “pessoal e encargos sociais” aparece sempre acima de 60%, superando 90% em alguns casos.

Como já apontado, a falta do subelemento e/ou item de despesa não nos permite identificar o que, de fato, foi alocado dentro de cada categoria agregada, o que acaba por prejudicar a análise comparativa entre estados e regiões.

Assim como observado em análises anteriores, as despesas de capital não parecem ser um grupo preponderante entre os gastos liquidados pelas Secretarias Estaduais de Educação qualquer que seja a subfunção analisada.

As regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste apresentam o maior nível de gastos nesta classificação de despesa, mas, ainda assim, não ultrapassam 4% do total em todos os anos analisados, com concentrações nas subfunções Administração Geral e Educação Básica. Os quadros são apresentados a seguir.

Tabela 9. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados, por subfunção “administração geral”, categoria econômica, grupo e elemento de despesa, por região, 2015

Em milhões R\$

Despesas por categoria econômica, grupo e elemento de despesa	Região												Total	
	CO			N			NE			SE			Nom.	%
	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%		
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.980,50	100,0%	718,80	100,0%	1.159,03	100,0%	7.232,98	100,0%	11.091,31	100,0%	11.091,31	100,0%		
DESPESAS CORRENTES	1.980,29	100,0%	708,66	98,6%	1.134,55	97,9%	7.203,34	99,6%	11.026,84	99,4%	11.026,84	99,4%		
Pessoal e Encargos Sociais	1.539,94	77,8%	619,42	86,2%	715,01	61,7%	6.121,21	84,6%	8.995,58	81,1%	8.995,58	81,1%		
Aplicações Diretas	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Aposentadorias, Pensões, Benefícios e Aportes ao Regime de Previdência	-	0,0%	-	0,0%	0,06	0,0%	0,29	0,0%	0,35	0,0%	0,35	0,0%	0,35	0,0%
Benefícios aos Servidores e Funcionários	-	0,0%	-	0,0%	58,25	5,0%	0,89	0,0%	59,14	0,5%	59,14	0,5%	59,14	0,5%
Contratação por Tempo Determinado	271,27	13,7%	37,67	5,2%	17,03	1,5%	5,82	0,1%	331,79	3,0%	331,79	3,0%	331,79	3,0%
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	-	0,0%	-	0,0%	1,80	0,2%	1,21	0,0%	3,01	0,0%	3,01	0,0%	3,01	0,0%
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,01	0,0%	0,01	0,0%	0,01	0,0%	0,01	0,0%
Demais Elementos de Despesa	330,42	16,7%	6,54	0,9%	1,03	0,1%	4,33	0,1%	342,32	3,1%	342,32	3,1%	342,32	3,1%
Despesas de Exercícios Anteriores	36,86	1,9%	43,19	6,0%	6,35	0,5%	16,66	0,2%	103,05	0,9%	103,05	0,9%	103,05	0,9%
Indenizações e Restituições	0,16	0,0%	0,17	0,0%	3,40	0,3%	0,15	0,0%	3,88	0,0%	3,88	0,0%	3,88	0,0%
Obrigações Patronais	304,73	15,4%	9,77	1,4%	70,75	6,1%	5.593,28	77,3%	5.978,53	53,9%	5.978,53	53,9%	5.978,53	53,9%
Obrigações Tributárias e Contributivas	-	0,0%	-	0,0%	6,81	0,6%	-	0,0%	6,81	0,1%	6,81	0,1%	6,81	0,1%
Outras Despesas Variáveis – Pessoal	21,59	1,1%	36,69	5,1%	64,89	5,6%	47,56	0,7%	170,73	1,5%	170,73	1,5%	170,73	1,5%
Vencimentos e Vantagens Fixas	574,92	29,0%	485,40	67,5%	484,64	41,8%	451,00	6,2%	1.995,96	18,0%	1.995,96	18,0%	1.995,96	18,0%
Outras Despesas Correntes	440,34	22,2%	89,24	12,4%	389,12	33,6%	1.082,13	15,0%	2.000,83	18,0%	2.000,83	18,0%		
Aplicações Diretas	285,84	14,4%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	285,84	2,6%	285,84	2,6%	285,84	2,6%
Aposentadorias, Pensões, Benefícios e Aportes ao Regime de Previdência	-	0,0%	4,63	0,6%	-	0,0%	-	0,0%	4,63	0,0%	4,63	0,0%	4,63	0,0%
Benefícios aos Servidores e Funcionários	1,53	0,1%	0,37	0,1%	1,86	0,2%	30,01	0,4%	33,77	0,3%	33,77	0,3%	33,77	0,3%
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	68,46	3,5%	31,00	4,3%	237,31	20,5%	646,58	8,9%	983,35	8,9%	983,35	8,9%	983,35	8,9%
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	-	0,0%	2,53	0,4%	22,24	1,9%	21,24	0,3%	46,01	0,4%	46,01	0,4%	46,01	0,4%
Demais Elementos de Despesa	80,49	4,1%	13,72	1,9%	0,64	0,1%	21,28	0,3%	116,12	1,0%	116,12	1,0%	116,12	1,0%
Despesas de Exercícios Anteriores	1,98	0,1%	15,03	2,1%	41,24	3,6%	2,74	0,0%	60,99	0,5%	60,99	0,5%	60,99	0,5%
Diárias	0,04	0,0%	1,19	0,2%	4,71	0,4%	8,84	0,1%	14,79	0,1%	14,79	0,1%	14,79	0,1%
Equipamento e Material Permanente	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Indenizações e Restituições	0,02	0,0%	14,96	2,1%	1,80	0,2%	1,23	0,0%	18,00	0,2%	18,00	0,2%	18,00	0,2%
Material de Consumo	1,87	0,1%	3,66	0,5%	11,45	1,0%	13,57	0,2%	30,54	0,3%	30,54	0,3%	30,54	0,3%
Obrigações Patronais	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Obrigações Tributárias e Contributivas	0,11	0,0%	0,38	0,1%	58,01	5,0%	324,59	4,5%	383,09	3,5%	383,09	3,5%	383,09	3,5%
Passagens e Despesas com Locomoção	0,01	0,0%	1,79	0,2%	9,85	0,9%	12,05	0,2%	23,70	0,2%	23,70	0,2%	23,70	0,2%
Juros e Encargos da Dívida	-	0,0%	-	0,0%	30,43	2,6%	-	0,0%	30,43	0,3%	30,43	0,3%		

Continua ▼

Tabela 9. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por subfunção "administração geral", categoria econômica, grupo e elemento de despesa por região, 2015 (continuação)

Despesas por categoria econômica, grupo e elemento de despesa	Região												Total	
	CO			N			NE			SE			Nom.	%
	Nom.	%		Nom.	%		Nom.	%		Nom.	%			
DESPESAS DE CAPITAL	0,21	0,0%	10,14	1,4%	24,48	2,1%	29,64	0,4%	64,47	0,6%				
Investimentos	0,21	0,0%	10,14	1,4%	3,57	0,3%	29,64	0,4%	43,56	0,4%				
Aplicações Diretas	0,01	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,01	0,0%				
Contratos com Terceiros – Pessoas Físicas e Jurídicas	-	0,0%	-	0,0%	0,87	0,1%	5,14	0,1%	6,01	0,1%				
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	-	0,0%	1,13	0,2%	1,00	0,1%	-	0,0%	2,13	0,0%				
Demais Elementos de Despesa	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%				
Despesas de Exercícios Anteriores	-	0,0%	1,66	0,2%	0,22	0,0%	-	0,0%	1,88	0,0%				
Diárias	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%				
Equipamento e Material Permanente	0,21	0,0%	0,29	0,0%	1,48	0,1%	23,92	0,3%	25,89	0,2%				
Indenizações e Restituições	-	0,0%	0,24	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,24	0,0%				
Obras e Instalações	-	0,0%	6,83	1,0%	-	0,0%	0,59	0,0%	7,42	0,1%				
Outras Despesas Correntes	-	0,0%	-	0,0%	20,91	1,8%	-	0,0%	20,91	0,2%				
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	-	0,0%	-	0,0%	0,62	0,1%	-	0,0%	0,62	0,0%				
Equipamento e Material Permanente	-	0,0%	-	0,0%	11,28	1,0%	-	0,0%	11,28	0,1%				
Obras e Instalações	-	0,0%	-	0,0%	9,01	0,8%	-	0,0%	9,01	0,1%				
Inversões Financeiras	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%				
Total Geral	1.980,50	100,0%	718,80	100,0%	1.159,03	100,0%	7.232,98	100,0%	11.091,31	100,0%				

Continuação ▼

Tabela 1.1. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por subfunção “educação básica”, categoria econômica, grupo e elemento de despesa por região, 2015.

Em milhões R\$

Despesas por categoria econômica, grupo e elemento de despesa	Região												Total	
	CO			N			NE			SE			Nom.	%
	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%		
EDUCAÇÃO BÁSICA	1.998,01	100,0%	1.953,74	100,0%	4.201,93	100,0%	16.951,34	100,0%	25.105,02	100,0%	100,0%	100,0%	25.105,02	100,0%
DESPESAS CORRENTES	1.876,41	93,9%	1.925,71	98,6%	4.112,17	97,9%	16.365,38	96,5%	24.279,67	96,7%	96,7%	96,7%	24.279,67	96,7%
Pessoal e Encargos Sociais	1.520,92	76,1%	1.538,96	78,8%	2.731,66	65,0%	12.722,95	75,1%	18.514,50	73,7%			18.514,50	73,7%
Aplicações Diretas	141,32	7,1%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	141,32	0,6%			141,32	0,6%
Aposentadorias, Pensões, Benefícios e Aportes ao Regime de Previdência	7,58	0,4%	0,01	0,0%	0,10	0,0%	0,70	0,0%	8,39	0,0%			8,39	0,0%
Benefícios aos Servidores e Funcionários	-	0,0%	0,07	0,0%	-	0,0%	191,58	1,1%	191,65	0,8%			191,65	0,8%
Contratação por Tempo Determinado	-	0,0%	164,63	8,4%	139,39	3,3%	-	0,0%	304,02	1,2%			304,02	1,2%
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	58,08	2,9%	-	0,0%	16,30	0,4%	-	0,0%	74,38	0,3%			74,38	0,3%
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	1.074,19	53,8%	-	0,0%	-	0,0%	0,54	0,0%	1.074,72	4,3%			1.074,72	4,3%
Demais Elementos de Despesa	15,74	0,8%	0,13	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	15,87	0,1%			15,87	0,1%
Despesas de Exercícios Anteriores	15,94	0,8%	62,95	3,2%	97,63	2,3%	-	0,0%	176,52	0,7%			176,52	0,7%
Indenizações e Restituições	-	0,0%	8,91	0,5%	-	0,0%	0,32	0,0%	9,23	0,0%			9,23	0,0%
Obras e Instalações	0,00	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,00	0,0%			0,00	0,0%
Obrigações Patronais	206,52	10,3%	188,31	9,6%	455,66	10,8%	2.074,95	12,2%	2.925,43	11,7%			2.925,43	11,7%
Outras Despesas Variáveis – Pessoal	-	0,0%	10,57	0,5%	13,45	0,3%	-	0,0%	24,02	0,1%			24,02	0,1%
Vencimentos e Vantagens Fixas	1,56	0,1%	1.103,38	56,5%	2.009,14	47,8%	10.454,85	61,7%	13.568,93	54,0%			13.568,93	54,0%
Outras Despesas Correntes	355,49	17,8%	386,75	19,8%	1.380,51	32,9%	3.642,43	21,5%	5.765,18	23,0%			5.765,18	23,0%
Aplicações Diretas	8,67	0,4%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	8,67	0,0%			8,67	0,0%
Aposentadorias, Pensões, Benefícios e Aportes ao Regime de Previdência	0,01	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,01	0,0%			0,01	0,0%
Benefícios aos Servidores e Funcionários	0,04	0,0%	24,69	1,3%	-	0,0%	-	0,0%	24,73	0,1%			24,73	0,1%
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	92,54	4,6%	60,90	3,1%	1.027,11	24,4%	1.252,95	7,4%	2.433,50	9,7%			2.433,50	9,7%
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	51,02	2,6%	197,62	10,1%	102,30	2,4%	0,93	0,0%	351,87	1,4%			351,87	1,4%
Demais Elementos de Despesa	120,98	6,1%	31,66	1,6%	2,36	0,1%	318,91	1,9%	473,90	1,9%			473,90	1,9%
Despesas de Exercícios Anteriores	4,02	0,2%	11,39	0,6%	105,89	2,5%	0,10	0,0%	121,41	0,5%			121,41	0,5%
Diárias	3,04	0,2%	2,38	0,1%	2,79	0,1%	0,68	0,0%	8,89	0,0%			8,89	0,0%
Equipamento e Material Permanente	1,29	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1,29	0,0%			1,29	0,0%
Indenizações e Restituições	3,02	0,2%	25,07	1,3%	7,35	0,2%	0,78	0,0%	36,22	0,1%			36,22	0,1%
Material de Consumo	29,64	1,5%	7,59	0,4%	111,97	2,7%	840,21	5,0%	989,41	3,9%			989,41	3,9%
Obras e Instalações	0,81	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,81	0,0%			0,81	0,0%
Obrigações Patronais	6,09	0,3%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	6,09	0,0%			6,09	0,0%
Obrigações Tributárias e Contributivas	0,16	0,0%	0,00	0,0%	6,34	0,2%	0,85	0,0%	7,35	0,0%			7,35	0,0%
Outras Despesas Variáveis – Pessoal	0,09	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,09	0,0%			0,09	0,0%
Passagens e Despesas com Locomoção	6,12	0,3%	25,44	1,3%	14,40	0,3%	1.227,02	7,2%	1.272,98	5,1%			1.272,98	5,1%
Vencimentos e Vantagens Fixas	27,96	1,4%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	27,96	0,1%			27,96	0,1%

Continua ▼

Tabela 11. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por subfunção “educação básica”, categoria econômica, grupo e elemento de despesa por região, 2015.

Continuação ▼

Despesas por categoria econômica, grupo e elemento de despesa	Região												Total	
	CO			N			NE			SE			Nom.	%
	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%				
DESPESAS DE CAPITAL	121,60	6,1%	28,03	1,4%	89,76	2,1%	585,96	3,5%	825,35	3,3%	825,35	3,3%		
Investimentos	121,60	6,1%	28,03	1,4%	89,76	2,1%	585,96	3,5%	825,35	3,3%	825,35	3,3%		
Aplicações Diretas	22,19	1,1%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	22,19	0,1%	-	-		
Benefícios aos Servidores e Funcionários	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	-		
Contratação por Tempo Determinado	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	-		
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	4,90	0,2%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	4,90	0,0%	-	-		
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	10,10	0,5%	1,39	0,1%	0,70	0,0%	-	0,0%	12,19	0,0%	-	-		
Demais Elementos de Despesa	49,36	2,5%	0,05	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	49,41	0,2%	-	-		
Despesas de Exercícios Anteriores	1,84	0,1%	5,46	0,3%	7,74	0,2%	0,00	0,0%	15,04	0,1%	-	-		
Diárias	2,77	0,1%	0,00	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	2,77	0,0%	-	-		
Equipamento e Material Permanente	5,49	0,3%	4,05	0,2%	39,66	0,9%	153,58	0,9%	202,78	0,8%	-	-		
Indenizações e Restituições	1,26	0,1%	6,02	0,3%	-	0,0%	-	0,0%	7,27	0,0%	-	-		
Material de Consumo	0,03	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,03	0,0%	-	-		
Obras e Instalações	5,67	0,3%	11,05	0,6%	41,66	1,0%	432,38	2,6%	490,76	2,0%	-	-		
Obrigações Patronais	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	-		
Obrigações Tributárias e Contributivas	16,25	0,8%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	16,25	0,1%	-	-		
Passagens e Despesas com Locomoção	1,75	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1,75	0,0%	-	-		
Vencimentos e Vantagens Fixas	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	-		
Total Geral	1.998,01	100,0%	1.953,74	100,0%	4.201,93	100,0%	16.951,34	100,0%	25.105,02	100,0%	25.105,02	100,0%		

Tabela 12. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por subfunção “educação básica”, categoria econômica, grupo e elemento de despesa por região, 2016.

Em milhões R\$

Despesas por categoria econômica, grupo e elemento de despesa	Região												Total	
	CO			N			NE			SE			Nom.	%
	Nom.	%		Nom.	%		Nom.	%		Nom.	%			
EDUCAÇÃO BÁSICA	2.087,69	100,0%	1.818,22	100,0%	4.254,37	100,0%	15.669,77	100,0%	23.830,05	100,0%	23.830,05	100,0%	23.830,05	100,0%
DESPESAS CORRENTES	2.045,19	98,0%	1.777,97	97,8%	4.150,01	97,5%	15.268,02	97,4%	23.241,19	97,5%	23.241,19	97,5%	23.241,19	97,5%
Pessoal e Encargos Sociais	1.752,85	84,0%	1.483,46	81,6%	2.973,86	69,9%	11.973,00	76,4%	18.183,16	76,3%	18.183,16	76,3%	18.183,16	76,3%
Aplicações Diretas	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Aposentadorias, Pensões, Benefícios e Aportes ao Regime de Previdência	0,13	0,0%	0,01	0,0%	0,08	0,0%	0,68	0,0%	0,89	0,0%	0,89	0,0%	0,89	0,0%
Benefícios aos Servidores e Funcionários	4,54	0,2%	0,01	0,0%	-	0,0%	213,01	1,4%	217,56	0,9%	217,56	0,9%	217,56	0,9%
Contratação por Tempo Determinado	451,33	21,6%	195,28	10,7%	260,26	6,1%	-	0,0%	906,86	3,8%	906,86	3,8%	906,86	3,8%
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,56	0,0%	0,56	0,0%	0,56	0,0%	0,56	0,0%
Demais Elementos de Despesa	6,51	0,3%	0,31	0,0%	0,33	0,0%	-	0,0%	7,15	0,0%	7,15	0,0%	7,15	0,0%
Despesas de Exercícios Anteriores	25,83	1,2%	72,51	4,0%	53,29	1,3%	-	0,0%	151,64	0,6%	151,64	0,6%	151,64	0,6%
Indenizações e Restituições	102,01	4,9%	14,31	0,8%	-	0,0%	1,32	0,0%	117,64	0,5%	117,64	0,5%	117,64	0,5%
Obrigações Patronais	285,68	13,7%	181,43	10,0%	522,62	12,3%	1.943,76	12,4%	2.933,49	12,3%	2.933,49	12,3%	2.933,49	12,3%
Outras Despesas Variáveis – Pessoal	7,58	0,4%	6,69	0,4%	12,61	0,3%	0,04	0,0%	26,91	0,1%	26,91	0,1%	26,91	0,1%
Vencimentos e Vantagens Fixas	869,23	41,6%	1.012,92	55,7%	2.124,67	49,9%	9.813,63	62,6%	13.820,45	58,0%	13.820,45	58,0%	13.820,45	58,0%
Outras Despesas Correntes	292,34	14,0%	294,51	16,2%	1.176,15	27,6%	3.295,03	21,0%	5.058,03	21,2%	5.058,03	21,2%	5.058,03	21,2%
Aplicações Diretas	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Benefícios aos Servidores e Funcionários	0,03	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,03	0,0%	0,03	0,0%	0,03	0,0%
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	60,73	2,9%	55,71	3,1%	822,81	19,3%	1.281,81	8,2%	2.221,05	9,3%	2.221,05	9,3%	2.221,05	9,3%
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	171,54	8,2%	196,56	10,8%	100,61	2,4%	0,52	0,0%	469,23	2,0%	469,23	2,0%	469,23	2,0%
Demais Elementos de Despesa	47,86	2,3%	0,30	0,0%	5,64	0,1%	353,73	2,3%	407,52	1,7%	407,52	1,7%	407,52	1,7%
Despesas de Exercícios Anteriores	0,96	0,0%	0,99	0,1%	103,94	2,4%	0,88	0,0%	106,77	0,4%	106,77	0,4%	106,77	0,4%
Diárias	0,35	0,0%	1,85	0,1%	0,82	0,0%	0,46	0,0%	3,48	0,0%	3,48	0,0%	3,48	0,0%
Indenizações e Restituições	2,88	0,1%	0,04	0,0%	3,54	0,1%	0,32	0,0%	6,78	0,0%	6,78	0,0%	6,78	0,0%
Material de Consumo	1,19	0,1%	10,28	0,6%	109,72	2,6%	596,67	3,8%	717,85	3,0%	717,85	3,0%	717,85	3,0%
Obrigações Tributárias e Contributivas	0,01	0,0%	0,09	0,0%	9,23	0,2%	0,95	0,0%	10,28	0,0%	10,28	0,0%	10,28	0,0%
Passagens e Despesas com Locomoção	6,80	0,3%	28,71	1,6%	19,84	0,5%	1.059,69	6,8%	1.115,04	4,7%	1.115,04	4,7%	1.115,04	4,7%
DESPESAS DE CAPITAL	42,50	2,0%	40,24	2,2%	104,36	2,5%	401,75	2,6%	588,85	2,5%	588,85	2,5%	588,85	2,5%
Investimentos	42,50	2,0%	40,24	2,2%	104,36	2,5%	401,75	2,6%	588,85	2,5%	588,85	2,5%	588,85	2,5%
Aplicações Diretas	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	-	0,0%	0,00	0,0%	0,01	0,0%	-	0,0%	0,01	0,0%	0,01	0,0%	0,01	0,0%
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	2,18	0,1%	3,71	0,2%	0,01	0,0%	-	0,0%	5,91	0,0%	5,91	0,0%	5,91	0,0%
Demais Elementos de Despesa	7,85	0,4%	0,56	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	8,41	0,0%	8,41	0,0%	8,41	0,0%
Despesas de Exercícios Anteriores	3,41	0,2%	2,87	0,2%	6,75	0,2%	-	0,0%	13,03	0,1%	13,03	0,1%	13,03	0,1%
Diárias	-	0,0%	0,02	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,02	0,0%	0,02	0,0%	0,02	0,0%
Equipamento e Material Permanente	14,41	0,7%	19,41	1,1%	22,95	0,5%	120,64	0,8%	177,40	0,7%	177,40	0,7%	177,40	0,7%
Indenizações e Restituições	0,03	0,0%	0,87	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,89	0,0%	0,89	0,0%	0,89	0,0%
Obras e Instalações	14,63	0,7%	12,80	0,7%	74,64	1,8%	281,12	1,8%	383,19	1,6%	383,19	1,6%	383,19	1,6%
Total Geral	2.087,69	100,0%	1.818,22	100,0%	4.254,37	100,0%	15.669,77	100,0%	23.830,05	100,0%	23.830,05	100,0%	23.830,05	100,0%

Tabela 13. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por subfunção “ensino fundamental”, categoria econômica, grupo e elemento de despesa por região, 2015.

Em milhões R\$

Despesas por categoria econômica, grupo e elemento de despesa	Região												Total	
	CO			N			NE			SE			Nom.	%
	Nom.	%		Nom.	%		Nom.	%		Nom.	%			
ENSINO FUNDAMENTAL	2.731,22	100,0%	1.394,38	100,0%	2.259,04	100,0%	6.740,24	100,0%	13.124,89	100,0%				
DESPESAS CORRENTES	2.729,33	99,9%	1.391,96	99,8%	2.238,09	99,1%	6.572,84	97,5%	12.932,22	98,5%				
Pessoal e Encargos Sociais	2.647,68	96,9%	1.163,47	83,4%	2.041,45	90,4%	5.952,46	88,3%	11.805,07	89,9%				
Aposentadorias, Pensões, Benefícios e Aportes ao Regime de Previdência	-	0,0%	-	0,0%	0,34	0,0%	1,39	0,0%	1,72	0,0%				
Benefícios aos Servidores e Funcionários	-	0,0%	-	0,0%	637,62	28,2%	-	0,0%	637,62	4,9%				
Contratação por Tempo Determinado	60,36	2,2%	135,58	9,7%	19,45	0,9%	195,61	2,9%	410,99	3,1%				
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	-	0,0%	-	0,0%	3,00	0,1%	-	0,0%	3,00	0,0%				
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,01	0,0%	0,01	0,0%				
Demais Elementos de Despesa	1.527,68	55,9%	-	0,0%	280,20	12,4%	0,09	0,0%	1.807,97	13,8%				
Despesas de Exercícios Anteriores	-	0,0%	7,97	0,6%	0,10	0,0%	29,79	0,4%	37,85	0,3%				
Indenizações e Restituições	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,01	0,0%	0,01	0,0%				
Obrigações Patronais	65,68	2,4%	104,47	7,5%	31,79	1,4%	753,87	11,2%	955,81	7,3%				
Outras Despesas Variáveis – Pessoal	3,27	0,1%	55,65	4,0%	0,06	0,0%	98,42	1,5%	157,40	1,2%				
Vencimentos e Vantagens Fixas	990,70	36,3%	859,81	61,7%	1.068,90	47,3%	4.873,27	72,3%	7.792,68	59,4%				
Outras Despesas Correntes	81,65	3,0%	228,49	16,4%	158,34	7,0%	620,38	9,2%	1.088,86	8,3%				
Aplicações Diretas	0,00	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,00	0,0%				
Aposentadorias, Pensões, Benefícios e Aportes ao Regime de Previdência	-	0,0%	2,57	0,2%	-	0,0%	-	0,0%	2,57	0,0%				
Benefícios aos Servidores e Funcionários	-	0,0%	0,37	0,0%	0,00	0,0%	121,88	1,8%	122,26	0,9%				
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	70,39	2,6%	125,39	9,0%	11,71	0,5%	242,48	3,6%	449,96	3,4%				
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	0,44	0,0%	65,42	4,7%	37,90	1,7%	201,91	3,0%	305,68	2,3%				
Demais Elementos de Despesa	6,34	0,2%	4,21	0,3%	76,54	3,4%	5,65	0,1%	92,73	0,7%				
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,0%	17,39	1,2%	0,14	0,0%	1,05	0,0%	18,58	0,1%				
Diárias	0,27	0,0%	0,45	0,0%	2,22	0,1%	4,69	0,1%	7,63	0,1%				
Indenizações e Restituições	0,82	0,0%	10,16	0,7%	1,04	0,0%	1,16	0,0%	13,19	0,1%				
Material de Consumo	2,57	0,1%	2,13	0,2%	28,46	1,3%	0,27	0,0%	33,42	0,3%				
Obrigações Patronais	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%				
Obrigações Tributárias e Contributivas	-	0,0%	0,02	0,0%	0,05	0,0%	0,32	0,0%	0,39	0,0%				
Passagens e Despesas com Locomoção	0,81	0,0%	0,39	0,0%	0,29	0,0%	40,97	0,6%	42,46	0,3%				
Juros e Encargos da Dívida	-	0,0%	-	0,0%	38,30	1,7%	-	0,0%	38,30	0,3%				

Continua ▼

▼ Continuação

Tabela 13. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por subfunção “ensino fundamental”, categoria econômica, grupo e elemento de despesa por região, 2015.

Em milhões R\$

Despesas por categoria econômica, grupo e elemento de despesa	Região												Total	
	CO			N			NE			SE			Nom.	%
	Nom.	%		Nom.	%		Nom.	%		Nom.	%			
DESPESAS DE CAPITAL	1,89	0,1%	2,42	0,2%	20,94	0,9%	167,40	2,5%	192,66	1,5%				
Investimentos	1,89	0,1%	2,42	0,2%	9,68	0,4%	167,00	2,5%	181,00	1,4%				
Aplicações Diretas	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	-	0,0%	0,02	0,0%	0,32	0,0%	139,42	2,1%	139,76	1,1%				
Demais Elementos de Despesa	-	0,0%	-	0,0%	8,32	0,4%	-	0,0%	8,32	0,1%				
Despesas de Exercícios Anteriores	0,02	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,36	0,0%	0,38	0,0%				
Equipamento e Material Permanente	0,13	0,0%	1,84	0,1%	-	0,0%	1,54	0,0%	3,51	0,0%				
Indenizações e Restituições	-	0,0%	0,56	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,56	0,0%				
Obras e Instalações	1,74	0,1%	-	0,0%	1,04	0,0%	25,67	0,4%	28,46	0,2%				
Outras Despesas Correntes	-	0,0%	-	0,0%	11,26	0,5%	-	0,0%	11,26	0,1%				
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	-	0,0%	-	0,0%	1,30	0,1%	-	0,0%	1,30	0,0%				
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	-	0,0%	-	0,0%	0,37	0,0%	-	0,0%	0,37	0,0%				
Demais Elementos de Despesa	-	0,0%	-	0,0%	0,05	0,0%	-	0,0%	0,05	0,0%				
Equipamento e Material Permanente	-	0,0%	-	0,0%	6,19	0,3%	-	0,0%	6,19	0,0%				
Material de Consumo	-	0,0%	-	0,0%	0,10	0,0%	-	0,0%	0,10	0,0%				
Obras e Instalações	-	0,0%	-	0,0%	3,15	0,1%	-	0,0%	3,15	0,0%				
Passagens e Despesas com Locomoção	-	0,0%	-	0,0%	0,10	0,0%	-	0,0%	0,10	0,0%				
Inversões Financeiras	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,40	0,0%	0,40	0,0%				
Total Geral	2.731,22	100,0%	1.394,38	100,0%	2.259,04	100,0%	6.740,24	100,0%	13.124,89	100,0%				

Tabela 14. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por subfunção “ensino fundamental” categoria econômica, grupo e elemento de despesa, por região, 2016.

Em milhões R\$

Despesas por categoria econômica, grupo e elemento de despesa	Região												Total	
	CO			N			NE			SE			Nom.	%
	Nom.	%		Nom.	%		Nom.	%		Nom.	%			
ENSINO FUNDAMENTAL	1.318,39	100,0%	1.761,83	100,0%	1.757,56	100,0%	6.877,07	100,0%	11.714,85	100,0%	11.714,85	100,0%		
DESPESAS CORRENTES	1.318,39	100,0%	1.757,75	99,8%	1.751,32	99,6%	6.795,45	98,8%	11.622,90	99,2%	11.622,90	99,2%		
Pessoal e Encargos Sociais	1.231,15	93,4%	1.490,25	84,6%	1.527,86	86,9%	6.202,46	90,2%	10.451,72	89,2%	10.451,72	89,2%		
Aposentadorias, Pensões, Benefícios e Aportes ao Regime de Previdência	-	0,0%	-	0,0%	0,34	0,0%	3,25	0,0%	3,59	0,0%	3,59	0,0%		
Benefícios aos Servidores e Funcionários	-	0,0%	-	0,0%	489,18	27,8%	-	0,0%	489,18	4,2%	489,18	4,2%		
Contratação por Tempo Determinado	95,28	7,2%	100,99	5,7%	27,51	1,6%	181,70	2,6%	405,48	3,5%	405,48	3,5%		
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,03	0,0%	0,03	0,0%	0,03	0,0%		
Demais Elementos de Despesa	-	0,0%	-	0,0%	295,57	16,8%	-	0,0%	295,57	2,5%	295,57	2,5%		
Despesas de Exercícios Anteriores	-	0,0%	0,70	0,0%	-	0,0%	19,49	0,3%	20,19	0,2%	20,19	0,2%		
Indenizações e Restituições	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	4,24	0,1%	4,24	0,0%	4,24	0,0%		
Obrigações Patronais	96,75	7,3%	169,72	9,6%	-	0,0%	897,44	13,0%	1.163,91	9,9%	1.163,91	9,9%		
Outras Despesas Variáveis – Pessoal	5,42	0,4%	52,89	3,0%	-	0,0%	31,95	0,5%	90,25	0,8%	90,25	0,8%		
Vencimentos e Vantagens Fixas	1.033,70	78,4%	1.165,95	66,2%	715,26	40,7%	5.064,36	73,6%	7.979,27	68,1%	7.979,27	68,1%		
Outras Despesas Correntes	87,24	6,6%	267,50	15,2%	209,17	11,9%	592,99	8,6%	1.156,90	9,9%	1.156,90	9,9%		
Aposentadorias, Pensões, Benefícios e Aportes ao Regime de Previdência	-	0,0%	2,75	0,2%	-	0,0%	-	0,0%	2,75	0,0%	2,75	0,0%		
Benefícios aos Servidores e Funcionários	-	0,0%	0,31	0,0%	-	0,0%	167,25	2,4%	167,57	1,4%	167,57	1,4%		
Contratação por Tempo Determinado	-	0,0%	36,05	2,0%	-	0,0%	-	0,0%	36,05	0,3%	36,05	0,3%		
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	71,50	5,4%	109,21	6,2%	11,02	0,6%	224,52	3,3%	416,25	3,6%	416,25	3,6%		
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	0,41	0,0%	47,03	2,7%	77,15	4,4%	156,02	2,3%	280,61	2,4%	280,61	2,4%		
Demais Elementos de Despesa	9,71	0,7%	3,94	0,2%	93,69	5,3%	0,00	0,0%	107,33	0,9%	107,33	0,9%		
Despesas de Exercícios Anteriores	0,12	0,0%	22,17	1,3%	0,42	0,0%	1,33	0,0%	24,05	0,2%	24,05	0,2%		
Diárias	0,01	0,0%	0,39	0,0%	2,16	0,1%	1,51	0,0%	4,06	0,0%	4,06	0,0%		
Indenizações e Restituições	2,65	0,2%	44,11	2,5%	-	0,0%	0,90	0,0%	47,66	0,4%	47,66	0,4%		
Material de Consumo	2,83	0,2%	1,36	0,1%	22,50	1,3%	0,36	0,0%	27,05	0,2%	27,05	0,2%		
Obrigações Patronais	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%		
Obrigações Tributárias e Contributivas	-	0,0%	0,02	0,0%	0,03	0,0%	0,47	0,0%	0,52	0,0%	0,52	0,0%		
Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	0,0%	0,16	0,0%	2,20	0,1%	40,63	0,6%	43,00	0,4%	43,00	0,4%		
Juros e Encargos da Dívida	-	0,0%	-	0,0%	14,28	0,8%	-	0,0%	14,28	0,1%	14,28	0,1%		

Continua ▼

▼ Continuação

Tabela 14. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por subfunção "ensino fundamental" categoria econômica, grupo e elemento de despesa, por região, 2016.

Em milhões R\$

Despesas por categoria econômica, grupo e elemento de despesa	Região												Total	
	CO		N		NE		SE				Total			
	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%		
ENSINO FUNDAMENTAL	1.318,39	100,0%	1.761,83	100,0%	1.757,56	100,0%	6.877,07	100,0%	11.714,85	100,0%	11.714,85	100,0%		
DESPESAS CORRENTES	1.318,39	100,0%	1.757,75	99,8%	1.751,32	99,6%	6.795,45	98,8%	11.622,90	99,2%	11.622,90	99,2%		
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,0%	4,07	0,2%	6,25	0,4%	81,62	1,2%	91,95	0,8%	91,95	0,8%		
Investimentos	0,00	0,0%	4,07	0,2%	5,25	0,3%	81,62	1,2%	90,95	0,8%	90,95	0,8%		
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	3,22	0,0%	3,22	0,0%	3,22	0,0%		
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	-	0,0%	0,07	0,0%	0,20	0,0%	55,08	0,8%	55,35	0,5%	55,35	0,5%		
Demais Elementos de Despesa	-	0,0%	-	0,0%	4,67	0,3%	-	0,0%	4,67	0,0%	4,67	0,0%		
Despesas de Exercícios Anteriores	-	0,0%	0,49	0,0%	-	0,0%	0,65	0,0%	1,15	0,0%	1,15	0,0%		
Equipamento e Material Permanente	0,00	0,0%	1,62	0,1%	0,22	0,0%	4,52	0,1%	6,36	0,1%	6,36	0,1%		
Indenizações e Restituições	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
Obras e Instalações	-	0,0%	1,89	0,1%	0,16	0,0%	18,15	0,3%	20,20	0,2%	20,20	0,2%		
Outras Despesas Correntes	-	0,0%	-	0,0%	1,00	0,1%	-	0,0%	1,00	0,0%	1,00	0,0%		
Equipamento e Material Permanente	-	0,0%	-	0,0%	0,50	0,0%	-	0,0%	0,50	0,0%	0,50	0,0%		
Obras e Instalações	-	0,0%	-	0,0%	0,50	0,0%	-	0,0%	0,50	0,0%	0,50	0,0%		
Total Geral	1.318,39	100,0%	1.761,83	100,0%	1.757,56	100,0%	6.877,07	100,0%	11.714,85	100,0%	11.714,85	100,0%		

Tabela 15. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por subfunção “ensino médio” categoria econômica, grupo e elemento de despesa por região, 2015.

Em milhões R\$

	Região												Total	
	CO			N			NE			SE			Nom.	%
	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%				
ENSINO MÉDIO	584,70	100,0%	1.208,01	100,0%	1.883,43	100,0%	4.874,88	100,0%	8.551,02	100,0%	100,0%	100,0%		
DESPESAS CORRENTES	579,98	99,2%	1.168,77	96,8%	1.759,81	93,4%	4.712,23	96,7%	8.220,79	96,1%	96,1%	96,1%		
Pessoal e Encargos Sociais	551,22	94,3%	1.073,95	88,9%	1.336,92	71,0%	4.228,05	86,7%	7.190,14	84,1%	84,1%	84,1%		
Aposentadorias, Pensões, Benefícios e Aportes ao Regime de Previdência	-	0,0%	-	0,0%	0,16	0,0%	0,26	0,0%	0,41	0,0%	0,0%	0,0%		
Benefícios aos Servidores e Funcionários	-	0,0%	-	0,0%	119,36	6,3%	27,87	0,6%	147,23	1,7%	1,7%	1,7%		
Contratação por Tempo Determinado	12,29	2,1%	133,01	11,0%	373,85	19,8%	136,97	2,8%	656,12	7,7%	7,7%	7,7%		
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	-	0,0%	-	0,0%	2,28	0,1%	-	0,0%	2,28	0,0%	0,0%	0,0%		
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,01	0,0%	0,01	0,0%	0,0%	0,0%		
Demais Elementos de Despesa	243,44	41,6%	-	0,0%	489,18	26,0%	0,03	0,0%	732,65	8,6%	8,6%	8,6%		
Despesas de Exercícios Anteriores	-	0,0%	-	0,0%	1,88	0,1%	9,23	0,2%	11,11	0,1%	0,1%	0,1%		
Indenizações e Restituições	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,02	0,0%	0,02	0,0%	0,0%	0,0%		
Obrigações Patronais	14,29	2,4%	99,79	8,3%	61,21	3,2%	399,87	8,2%	575,16	6,7%	6,7%	6,7%		
Outras Despesas Variáveis – Pessoal	0,91	0,2%	102,31	8,5%	0,22	0,0%	94,20	1,9%	197,63	2,3%	2,3%	2,3%		
Vencimentos e Vantagens Fixas	280,29	47,9%	738,84	61,2%	288,79	15,3%	3.559,60	73,0%	4.867,51	56,9%	56,9%	56,9%		
Outras Despesas Correntes	28,77	4,9%	94,82	7,8%	342,47	18,2%	484,18	9,9%	950,23	11,1%	11,1%	11,1%		
Aplicações Diretas	0,06	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,06	0,0%	0,0%	0,0%		
Aposentadorias, Pensões, Benefícios e Aportes ao Regime de Previdência	-	0,0%	1,85	0,2%	-	0,0%	-	0,0%	1,85	0,0%	0,0%	0,0%		
Benefícios aos Servidores e Funcionários	-	0,0%	0,40	0,0%	-	0,0%	82,44	1,7%	82,83	1,0%	1,0%	1,0%		
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	22,12	3,8%	55,50	4,6%	109,68	5,8%	216,13	4,4%	403,43	4,7%	4,7%	4,7%		
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	0,05	0,0%	3,91	0,3%	44,88	2,4%	132,62	2,7%	181,46	2,1%	2,1%	2,1%		
Demais Elementos de Despesa	4,52	0,8%	0,02	0,0%	117,70	6,2%	4,72	0,1%	126,96	1,5%	1,5%	1,5%		
Despesas de Exercícios Anteriores	-	0,0%	12,64	1,0%	6,18	0,3%	1,04	0,0%	19,86	0,2%	0,2%	0,2%		
Diárias	-	0,0%	0,36	0,0%	44,90	2,4%	1,81	0,0%	47,07	0,6%	0,6%	0,6%		
Equipamento e Material Permanente	0,00	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,00	0,0%	0,0%	0,0%		
Indenizações e Restituições	-	0,0%	7,20	0,6%	0,83	0,0%	0,19	0,0%	8,22	0,1%	0,1%	0,1%		
Material de Consumo	1,86	0,3%	12,53	1,0%	18,00	1,0%	0,09	0,0%	32,48	0,4%	0,4%	0,4%		
Obrigações Patronais	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,21	0,0%	0,21	0,0%	0,0%	0,0%		
Obrigações Tributárias e Contributivas	-	0,0%	0,00	0,0%	0,01	0,0%	0,12	0,0%	0,13	0,0%	0,0%	0,0%		
Passagens e Despesas com Locomoção	-	0,0%	0,41	0,0%	0,30	0,0%	44,82	0,9%	45,53	0,5%	0,5%	0,5%		
Vencimentos e Vantagens Fixas	0,15	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,15	0,0%	0,0%	0,0%		
Juros e Encargos da Dívida	-	0,0%	-	0,0%	80,41	4,3%	-	0,0%	80,41	0,9%	0,9%	0,9%		

Continua ▼

▼ **Continuação**

Tabela 15. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por subfunção “ensino médio” categoria econômica, grupo e elemento de despesa por região, 2015.

Em milhões R\$

Despesas por categoria econômica, grupo e elemento de despesa	Região												Total	
	CO		N		NE		SE							
	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%
DESPESAS DE CAPITAL	4,72	0,8%	39,24	3,2%	123,63	6,6%	162,65	3,3%	330,23	3,9%				
Investimentos	4,72	0,8%	39,24	3,2%	69,91	3,7%	127,80	2,6%	241,66	2,8%				
Aplicações Diretas	4,08	0,7%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	4,08	0,0%				
Aquisição de Imóveis	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%				
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	0,02	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	22,29	0,5%	22,30	0,3%				
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	-	0,0%	3,83	0,3%	-	0,0%	61,37	1,3%	65,20	0,8%				
Demais Elementos de Despesa	-	0,0%	-	0,0%	33,08	1,8%	-	0,0%	33,08	0,4%				
Despesas de Exercícios Anteriores	0,14	0,0%	7,68	0,6%	-	0,0%	1,26	0,0%	9,08	0,1%				
Diárias	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%				
Equipamento e Material Permanente	0,15	0,0%	8,75	0,7%	13,98	0,7%	2,40	0,0%	25,28	0,3%				
Indenizações e Restituições	0,32	0,1%	0,57	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,88	0,0%				
Material de Consumo	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%				
Obras e Instalações	0,02	0,0%	18,41	1,5%	22,85	1,2%	40,48	0,8%	81,76	1,0%				
Obrigações Patronais	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%				
Obrigações Tributárias e Contributivas	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%				
Outras Despesas Variáveis – Pessoal	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%				
Outras Despesas Correntes	-	0,0%	-	0,0%	53,40	2,8%	-	0,0%	53,40	0,6%				
Aquisição de Imóveis	-	0,0%	-	0,0%	1,80	0,1%	-	0,0%	1,80	0,0%				
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	-	0,0%	-	0,0%	3,55	0,2%	-	0,0%	3,55	0,0%				
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	-	0,0%	-	0,0%	3,74	0,2%	-	0,0%	3,74	0,0%				
Demais Elementos de Despesa	-	0,0%	-	0,0%	0,58	0,0%	-	0,0%	0,58	0,0%				
Equipamento e Material Permanente	-	0,0%	-	0,0%	26,10	1,4%	-	0,0%	26,10	0,3%				
Material de Consumo	-	0,0%	-	0,0%	1,28	0,1%	-	0,0%	1,28	0,0%				
Obras e Instalações	-	0,0%	-	0,0%	16,36	0,9%	-	0,0%	16,36	0,2%				
Amortização da Dívida	-	0,0%	-	0,0%	0,32	0,0%	-	0,0%	0,32	0,0%				
Inversões Financeiras	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	34,85	0,7%	34,85	0,4%				
Total Geral	584,70	100,0%	1.208,01	100,0%	1.883,43	100,0%	4.874,88	100,0%	8.551,02	100,0%				

Tabela 16. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por subfunção “ensino médio”, categoria econômica, grupo e elemento de despesa por região, 2016.

Em milhões R\$

Despesas por categoria econômica, grupo e elemento de despesa	Região												Total	
	CO			N			NE			SE			Nom.	%
	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%				
ENSINO MÉDIO	337,09	100,0%	1.211,43	100,0%	2.001,85	100,0%	6.409,89	100,0%	9.960,26	100,0%	100,0%			
DESPESAS CORRENTES	337,08	100,0%	1.209,32	99,8%	1.941,39	97,0%	6.353,48	99,1%	9.841,27	98,8%				
Pessoal e Encargos Sociais	298,83	88,7%	1.118,06	92,3%	1.529,28	76,4%	5.343,38	83,4%	8.289,55	83,2%				
Aposentadorias, Pensões, Benefícios e Aportes ao Regime de Previdência	-	0,0%	-	0,0%	0,16	0,0%	0,63	0,0%	0,79	0,0%				
Benefícios aos Servidores e Funcionários	-	0,0%	-	0,0%	79,88	4,0%	32,69	0,5%	112,57	1,1%				
Contratação por Tempo Determinado	24,42	7,2%	150,08	12,4%	401,94	20,1%	144,35	2,3%	720,79	7,2%				
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%				
Demais Elementos de Despesa	-	0,0%	-	0,0%	506,00	25,3%	-	0,0%	506,00	5,1%				
Despesas de Exercícios Anteriores	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	5,79	0,1%				
Indenizações e Restituições	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1,73	0,0%				
Obrigações Patronais	53,15	15,8%	114,89	9,5%	-	0,0%	861,54	13,4%	1.029,58	10,3%				
Outras Despesas Variáveis – Pessoal	1,58	0,5%	93,66	7,7%	-	0,0%	147,23	2,3%	242,46	2,4%				
Vencimentos e Vantagens Fixas	219,68	65,2%	759,44	62,7%	541,29	27,0%	4.149,41	64,7%	5.669,82	56,9%				
Outras Despesas Correntes	38,24	11,3%	91,26	7,5%	369,36	18,5%	1.010,10	15,8%	1.508,96	15,1%				
Aposentadorias, Pensões, Benefícios e Aportes ao Regime de Previdência	-	0,0%	2,30	0,2%	-	0,0%	-	0,0%	2,30	0,0%				
Benefícios aos Servidores e Funcionários	-	0,0%	0,38	0,0%	-	0,0%	154,99	2,4%	155,38	1,6%				
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	19,38	5,8%	56,92	4,7%	106,16	5,3%	733,09	11,4%	915,56	9,2%				
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	-	0,0%	4,39	0,4%	104,44	5,2%	72,55	1,1%	181,38	1,8%				
Demais Elementos de Despesa	12,96	3,8%	0,00	0,0%	136,23	6,8%	0,59	0,0%	149,78	1,5%				
Despesas de Exercícios Anteriores	-	0,0%	11,15	0,9%	4,43	0,2%	0,99	0,0%	16,56	0,2%				
Diárias	0,01	0,0%	0,52	0,0%	2,85	0,1%	0,75	0,0%	4,12	0,0%				
Indenizações e Restituições	3,08	0,9%	13,45	1,1%	1,54	0,1%	0,30	0,0%	18,37	0,2%				
Material de Consumo	2,81	0,8%	1,32	0,1%	13,47	0,7%	0,57	0,0%	18,17	0,2%				
Obrigações Patronais	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,16	0,0%	0,16	0,0%				
Obrigações Tributárias e Contributivas	-	0,0%	0,07	0,0%	0,01	0,0%	0,32	0,0%	0,40	0,0%				
Passagens e Despesas com Locomoção	0,01	0,0%	0,75	0,1%	0,23	0,0%	45,80	0,7%	46,78	0,5%				
Juros e Encargos da Dívida	-	0,0%	-	0,0%	42,76	2,1%	-	0,0%	42,76	0,4%				

Continua ▼

▼ Continuação

Tabela 16. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por subfunção “ensino médio”, categoria econômica, grupo e elemento de despesa por região, 2016.

Em milhões R\$

Despesas por categoria econômica, grupo e elemento de despesa	Região												Total	
	CO		N		NE		SE							
	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%
ENSINO MÉDIO	337,09	100,0%	1.211,43	100,0%	2.001,85	100,0%	6.409,89	100,0%	9.960,26	100,0%	9.960,26	100,0%	9.960,26	100,0%
DESPESAS CORRENTES	337,08	100,0%	1.209,32	99,8%	1.941,39	97,0%	6.353,48	99,1%	9.841,27	98,8%	9.841,27	98,8%	9.841,27	98,8%
DESPESAS DE CAPITAL	0,01	0,0%	2,11	0,2%	60,46	3,0%	56,41	0,9%	118,99	1,2%	118,99	1,2%	118,99	1,2%
Investimentos	0,01	0,0%	2,11	0,2%	52,80	2,6%	53,21	0,8%	108,13	1,1%	108,13	1,1%	108,13	1,1%
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	3,01	0,0%	3,01	0,0%	3,01	0,0%	3,01	0,0%
Contribuições, Conv., Transf. a Entidades Sem Fins Lucrativos e a Municípios	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	27,22	0,4%	27,22	0,3%	27,22	0,3%	27,22	0,3%
Demais Elementos de Despesa	-	0,0%	-	0,0%	33,13	1,7%	-	0,0%	33,13	0,3%	33,13	0,3%	33,13	0,3%
Despesas de Exercícios Anteriores	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,56	0,0%	0,56	0,0%	0,56	0,0%	0,56	0,0%
Equipamento e Material Permanente	0,01	0,0%	2,11	0,2%	12,63	0,6%	7,64	0,1%	22,39	0,2%	22,39	0,2%	22,39	0,2%
Obras e Instalações	-	0,0%	-	0,0%	7,04	0,4%	14,76	0,2%	21,81	0,2%	21,81	0,2%	21,81	0,2%
Outras Despesas Correntes	-	0,0%	-	0,0%	7,34	0,4%	-	0,0%	7,34	0,1%	7,34	0,1%	7,34	0,1%
Contratos com Terceiros – Pessoas Física e Jurídica	-	0,0%	-	0,0%	1,75	0,1%	-	0,0%	1,75	0,0%	1,75	0,0%	1,75	0,0%
Demais Elementos de Despesa	-	0,0%	-	0,0%	1,99	0,1%	-	0,0%	1,99	0,0%	1,99	0,0%	1,99	0,0%
Diárias	-	0,0%	-	0,0%	0,04	0,0%	-	0,0%	0,04	0,0%	0,04	0,0%	0,04	0,0%
Equipamento e Material Permanente	-	0,0%	-	0,0%	1,26	0,1%	-	0,0%	1,26	0,0%	1,26	0,0%	1,26	0,0%
Obras e Instalações	-	0,0%	-	0,0%	2,13	0,1%	-	0,0%	2,13	0,0%	2,13	0,0%	2,13	0,0%
Obrigações Tributárias e Contributivas	-	0,0%	-	0,0%	0,03	0,0%	-	0,0%	0,03	0,0%	0,03	0,0%	0,03	0,0%
Passagens e Despesas com Locomoção	-	0,0%	-	0,0%	0,15	0,0%	-	0,0%	0,15	0,0%	0,15	0,0%	0,15	0,0%
Amortização da Dívida	-	0,0%	-	0,0%	0,32	0,0%	-	0,0%	0,32	0,0%	0,32	0,0%	0,32	0,0%
Inversões Financeiras	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	3,21	0,1%	3,21	0,0%	3,21	0,0%	3,21	0,0%
Total Geral	337,09	100,0%	1.211,43	100,0%	2.001,85	100,0%	6.409,89	100,0%	9.960,26	100,0%	9.960,26	100,0%	9.960,26	100,0%

2.6. Análise de despesas por fontes considerando grupo de despesa

Conforme as análises a seguir é possível identificar quais são as principais fontes de despesa das Secretarias Estaduais de Educação a partir do cruzamento destas junto ao grupo de despesa.

De maneira geral é possível identificar que, nos anos de 2015 e 2016, o grupo de despesas correntes é financiado majoritariamente pelos recursos do Tesouro e do Fundeb. Em 2015, essas duas fontes totalizaram 84,4% dos recursos destinados a despesas correntes (50,8% referente ao Tesouro e 33,7% ao Fundeb). Em 2016, o patamar se mantém e as duas fontes somam 83,1% do total de recursos utilizados para financiar as despesas correntes (51,3% Tesouro e 31,9% Fundeb).

Ao analisar a divisão entre os grupos de despesa por fonte nota-se que os recursos do Fundeb são usados quase em sua totalidade

(99,5%, em 2015 e 99,7% em 2016) para financiar as despesas correntes.

O mesmo padrão se repete para as demais fontes que apresentam percentual acima de 90% para as despesas correntes quando analisadas sobre a proporção entre estas e as despesas de capital.

As exceções ficam por conta das transferências voluntárias, que tiveram 75,1% e 71,9% dos seus recursos destinados às despesas correntes, em 2015 e 2016 respectivamente. As operações de crédito também apresentam um percentual abaixo de 90% para as despesas correntes, chegando a 50,2% em 2015 e 68,7% em 2016. Os recursos do FNDE mostram uma proporção de 85,4% em 2015 e 83,5% em 2016 da utilização dos recursos para as despesas correntes. E, por fim, em 2015 foram identificados recursos de outras áreas que não a educação, que foram utilizados na proporção de 84,3% e 15,7% para as despesas correntes e de crédito respectivamente.

As tabelas a seguir apresentam os dados analisados.

Tabela 17. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por fonte e grupo de despesa por região, 2015.

Em milhões R\$

Despesas por grupo de despesa e fonte	Região												Total	
	CO			N			NE			SE			Nom.	%
	Nom.	%		Nom.	%		Nom.	%		Nom.	%			
DESPESAS CORRENTES	7.586,91	98,3%	5.648,67	98,4%	11.264,91	95,8%	42.974,43	97,8%	67.474,92	97,6%				
TESOURO	2.855,94	37,6%	1.729,85	30,6%	1.677,91	14,9%	28.000,72	65,2%	34.264,41	50,8%				
FUNDEB	2.634,06	34,7%	2.390,49	42,3%	7.030,14	62,4%	10.658,32	24,8%	22.713,01	33,7%				
OUTROS	1,56	0,0%	-	0,0%	62,12	0,6%	3.426,90	8,0%	3.490,58	5,2%				
SEM CLASSIFICAÇÃO	1.707,94	22,5%	1.018,71	18,0%	-	0,0%	-	0,0%	2.726,64	4,0%				
RECURSOS DA EDUCAÇÃO A CLASSIFICAR	-	0,0%	-	0,0%	1.940,18	17,2%	153,13	0,4%	2.093,31	3,1%				
QUOTA-PARTE DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO (SEM ESPECIFICAÇÃO DE ESFERA)	-	0,0%	39,73	0,7%	303,33	2,7%	470,18	1,1%	813,25	1,2%				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	18,25	0,2%	326,29	5,8%	162,41	1,4%	3,00	0,0%	509,96	0,8%				
QUOTAS ESTADUAIS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO (QESE)	280,07	3,7%	59,96	1,1%	10,36	0,1%	22,39	0,1%	372,78	0,6%				
RECURSOS DE OUTRAS ÁREAS A CLASSIFICAR	1,26	0,0%	-	0,0%	63,18	0,6%	123,34	0,3%	187,77	0,3%				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5,46	0,1%	41,03	0,7%	12,37	0,1%	116,46	0,3%	175,32	0,3%				
FNDE	17,22	0,2%	42,43	0,8%	-	0,0%	-	0,0%	59,65	0,1%				
QUOTA FEDERAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	37,36	0,5%	0,17	0,0%	2,92	0,0%	-	0,0%	40,45	0,1%				
QUOTAS MUNICIPAIS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	27,80	0,4%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	27,80	0,0%				
DESPESAS DE CAPITAL	132,81	1,7%	92,53	1,6%	497,89	4,2%	948,23	2,2%	1.671,46	2,4%				
TESOURO	13,43	10,1%	47,79	51,6%	127,56	25,6%	611,00	64,4%	799,79	47,8%				
OUTROS	8,70	6,5%	0,01	0,0%	0,26	0,1%	188,54	19,9%	197,50	11,8%				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,0%	5,10	5,5%	119,42	24,0%	49,49	5,2%	174,01	10,4%				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	22,38	16,9%	16,81	18,2%	129,09	25,9%	0,81	0,1%	169,10	10,1%				
FUNDEB	3,04	2,3%	-	0,0%	63,72	12,8%	42,05	4,4%	108,82	6,5%				
SEM CLASSIFICAÇÃO	59,86	45,1%	19,14	20,7%	-	0,0%	-	0,0%	79,01	4,7%				
RECURSOS DA EDUCAÇÃO A CLASSIFICAR	-	0,0%	-	0,0%	38,87	7,8%	19,54	2,1%	58,42	3,5%				
RECURSOS DE OUTRAS ÁREAS A CLASSIFICAR	-	0,0%	-	0,0%	0,23	0,0%	34,85	3,7%	35,08	2,1%				
QUOTAS ESTADUAIS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO (QESE)	15,66	11,8%	3,12	3,4%	0,01	0,0%	1,94	0,2%	20,74	1,2%				
QUOTA-PARTE DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO (SEM ESPECIFICAÇÃO DE ESFERA)	-	0,0%	-	0,0%	18,72	3,8%	-	0,0%	18,72	1,1%				
FNDE	9,74	7,3%	0,44	0,5%	-	0,0%	-	0,0%	10,17	0,6%				
QUOTA FEDERAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	-	0,0%	0,12	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	0,12	0,0%				
Total Geral	7.719,72	100,0%	5.741,20	100,0%	11.762,80	100,0%	43.972,66	100,0%	69.146,38	100,0%				

Tabela 17A. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por fonte e por grupo de despesa por região, 2015.

Em milhões R\$

Despesas por grupo de despesa e fonte	Região												Total	
	CO			N			NE			SE			Nom.	%
	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%		
TESOURO	2.869,37	37,2%	1.777,64	31,0%	1.805,47	15,3%	28.611,72	65,1%	35.064,20	50,7%	34.264,41	97,7%		
DESPESAS CORRENTES	2.855,94	99,5%	1.729,85	97,3%	1.677,91	92,9%	28.000,72	97,9%	34.264,41	97,7%	34.264,41	97,7%		
DESPESAS DE CAPITAL	13,43	0,5%	47,79	2,7%	127,56	7,1%	611,00	2,1%	799,79	2,3%	799,79	2,3%		
FUNDEB	2.637,10	34,2%	2.390,49	41,6%	7.093,85	60,3%	10.700,37	24,4%	22.821,82	33,0%	22.821,82	33,0%		
DESPESAS CORRENTES	2.634,06	99,9%	2.390,49	100,0%	7.030,14	99,1%	10.658,32	99,6%	22.713,01	99,5%	22.713,01	99,5%		
DESPESAS DE CAPITAL	3,04	0,1%	-	0,0%	63,72	0,9%	42,05	0,4%	108,82	0,5%	108,82	0,5%		
OUTROS	10,26	0,1%	0,01	0,0%	62,38	0,5%	3.615,44	8,2%	3.688,08	5,3%	3.688,08	5,3%		
DESPESAS CORRENTES	1,56	15,2%	-	0,0%	62,12	99,6%	3.426,90	94,8%	3.490,58	94,6%	3.490,58	94,6%		
DESPESAS DE CAPITAL	8,70	84,8%	0,01	100,0%	0,26	0,4%	188,54	5,2%	197,50	5,4%	197,50	5,4%		
SEM CLASSIFICAÇÃO	1.767,80	22,9%	1.037,85	18,1%	-	0,0%	-	0,0%	2.805,65	4,1%	2.805,65	4,1%		
DESPESAS CORRENTES	1.707,94	96,6%	1.018,71	98,2%	-	0,0%	-	0,0%	2.726,64	97,2%	2.726,64	97,2%		
DESPESAS DE CAPITAL	59,86	3,4%	19,14	1,8%	-	0,0%	-	0,0%	79,01	2,8%	79,01	2,8%		
RECURSOS DA EDUCAÇÃO A CLASSIFICAR	-	0,0%	-	0,0%	1.979,05	16,8%	172,67	0,4%	2.151,72	3,1%	2.151,72	3,1%		
DESPESAS CORRENTES	-	0,0%	-	0,0%	1.940,18	98,0%	153,13	88,7%	2.093,31	97,3%	2.093,31	97,3%		
DESPESAS DE CAPITAL	-	0,0%	-	0,0%	38,87	2,0%	19,54	11,3%	58,42	2,7%	58,42	2,7%		
QUOTA-PARTE DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO (SEM ESPECIFICAÇÃO DE ESFERA)	-	0,0%	39,73	0,7%	322,05	2,7%	470,18	1,1%	831,97	1,2%	831,97	1,2%		
DESPESAS CORRENTES	-	0,0%	39,73	100,0%	303,33	94,2%	470,18	100,0%	813,25	97,8%	813,25	97,8%		
DESPESAS DE CAPITAL	-	0,0%	-	0,0%	18,72	5,8%	-	0,0%	18,72	2,2%	18,72	2,2%		
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	40,63	0,5%	343,11	6,0%	291,50	2,5%	3,81	0,0%	679,05	1,0%	679,05	1,0%		
DESPESAS CORRENTES	18,25	44,9%	326,29	95,1%	162,41	55,7%	3,00	78,7%	509,96	75,1%	509,96	75,1%		
DESPESAS DE CAPITAL	22,38	55,1%	16,81	4,9%	129,09	44,3%	0,81	21,3%	169,10	24,9%	169,10	24,9%		
QUOTAS ESTADUAIS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO (QESE)	295,73	3,8%	63,08	1,1%	10,37	0,1%	24,33	0,1%	393,52	0,6%	393,52	0,6%		
DESPESAS CORRENTES	280,07	94,7%	59,96	95,1%	10,36	99,9%	22,39	92,0%	372,78	94,7%	372,78	94,7%		
DESPESAS DE CAPITAL	15,66	5,3%	3,12	4,9%	0,01	0,1%	1,94	8,0%	20,74	5,3%	20,74	5,3%		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5,46	0,1%	46,14	0,8%	131,79	1,1%	165,95	0,4%	349,33	0,5%	349,33	0,5%		
DESPESAS CORRENTES	5,46	100,0%	41,03	88,9%	12,37	9,4%	116,46	70,2%	175,32	50,2%	175,32	50,2%		
DESPESAS DE CAPITAL	-	0,0%	5,10	11,1%	119,42	90,6%	49,49	29,8%	174,01	49,8%	174,01	49,8%		
RECURSOS DE OUTRAS ÁREAS A CLASSIFICAR	1,26	0,0%	-	0,0%	63,41	0,5%	158,19	0,4%	222,86	0,3%	222,86	0,3%		
DESPESAS CORRENTES	1,26	100,0%	-	0,0%	63,18	99,6%	123,34	78,0%	187,77	84,3%	187,77	84,3%		
DESPESAS DE CAPITAL	-	0,0%	-	0,0%	0,23	0,4%	34,85	22,0%	35,08	15,7%	35,08	15,7%		
FNDE	26,96	0,3%	42,86	0,7%	-	0,0%	-	0,0%	69,82	0,1%	69,82	0,1%		
DESPESAS CORRENTES	17,22	63,9%	42,43	99,0%	-	0,0%	-	0,0%	59,65	85,4%	59,65	85,4%		
DESPESAS DE CAPITAL	9,74	36,1%	0,44	1,0%	-	0,0%	-	0,0%	10,17	14,6%	10,17	14,6%		
QUOTA FEDERAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	37,36	0,5%	0,29	0,0%	2,92	0,0%	-	0,0%	40,57	0,1%	40,57	0,1%		
DESPESAS CORRENTES	37,36	100,0%	0,17	58,8%	2,92	100,0%	-	0,0%	40,45	99,7%	40,45	99,7%		
DESPESAS DE CAPITAL	-	0,0%	0,12	41,2%	-	0,0%	-	0,0%	0,12	0,3%	0,12	0,3%		
QUOTAS MUNICIPAIS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	27,80	0,4%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	27,80	0,0%	27,80	0,0%		
DESPESAS CORRENTES	27,80	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	27,80	100,0%	27,80	100,0%		
Total Geral	7.719,72	100,0%	5.741,20	100,0%	11.762,80	100,0%	43.922,66	100,0%	69.146,38	100,0%	69.146,38	100,0%		

Tabela 18. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por fonte e grupo de despesa por região, 2016.

Em milhões R\$

Despesas por grupo de despesa e fonte	Região												Total	
	CO			N			NE			SE			Nom.	%
	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%		
DESPESAS CORRENTES	5.693,62	99,2%	6.106,50	98,5%	11.536,29	96,7%	42.872,61	98,7%	66.209,03	98,4%				
TESOURO	2.722,16	47,8%	1.899,27	31,1%	1.804,95	15,6%	27.524,39	64,2%	33.950,78	51,3%				
FUNDEB	823,20	14,5%	2.574,91	42,2%	6.847,92	59,4%	10.847,04	25,3%	21.093,06	31,9%				
OUTROS	0,72	0,0%	0,01	0,0%	101,45	0,9%	3.550,03	8,3%	3.652,22	5,5%				
SEM CLASSIFICAÇÃO	1.917,66	33,7%	1.154,22	18,9%	-	0,0%	-	0,0%	3.071,87	4,6%				
RECURSOS DA EDUCAÇÃO A CLASSIFICAR	-	0,0%	-	0,0%	1.954,44	16,9%	156,73	0,4%	2.111,16	3,2%				
QUOTA-PARTE DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO (SEM ESPECIFICAÇÃO DE ESFERA)	-	0,0%	37,54	0,6%	294,98	2,6%	396,80	0,9%	729,33	1,1%				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	18,56	0,3%	318,27	5,2%	129,03	1,1%	0,70	0,0%	466,57	0,7%				
RECURSOS DE OUTRAS ÁREAS A CLASSIFICAR	1,66	0,0%	-	0,0%	379,56	3,3%	80,38	0,2%	461,60	0,7%				
QUOTAS ESTADUAIS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO (QESE)	163,10	2,9%	55,50	0,9%	17,48	0,2%	173,32	0,4%	409,41	0,6%				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3,30	0,1%	36,97	0,6%	1,96	0,0%	143,21	0,3%	185,44	0,3%				
FNDE	13,48	0,2%	29,60	0,5%	-	0,0%	-	0,0%	43,08	0,1%				
QUOTAS MUNICIPAIS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	29,78	0,5%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	29,78	0,0%				
QUOTA FEDERAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	-	0,0%	0,21	0,0%	4,52	0,0%	-	0,0%	4,73	0,0%				
DESPESAS DE CAPITAL	45,78	0,8%	95,94	1,5%	391,23	3,3%	546,43	1,3%	1.079,38	1,6%				
TESOURO	17,12	37,4%	65,16	67,9%	68,43	17,5%	411,25	75,3%	561,96	52,1%				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	0,0%	7,16	7,5%	175,58	44,9%	-	0,0%	182,74	16,9%				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,0%	3,16	3,3%	68,06	17,4%	13,26	2,4%	84,49	7,8%				
OUTROS	2,54	5,5%	-	0,0%	2,75	0,7%	68,27	12,5%	73,56	6,8%				
FUNDEB	2,19	4,8%	-	0,0%	26,09	6,7%	35,68	6,5%	63,95	5,9%				
RECURSOS DA EDUCAÇÃO A CLASSIFICAR	-	0,0%	-	0,0%	23,79	6,1%	11,11	2,0%	34,89	3,2%				
SEM CLASSIFICAÇÃO	12,73	27,8%	17,90	18,7%	-	0,0%	-	0,0%	30,63	2,8%				
QUOTA-PARTE DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO (SEM ESPECIFICAÇÃO DE ESFERA)	-	0,0%	0,07	0,1%	25,69	6,6%	2,72	0,5%	28,48	2,6%				
FNDE	8,09	17,7%	0,40	0,4%	-	0,0%	-	0,0%	8,50	0,8%				
QUOTAS ESTADUAIS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO (QESE)	3,11	6,8%	2,10	2,2%	0,83	0,2%	2,29	0,4%	8,34	0,8%				
RECURSOS DE OUTRAS ÁREAS A CLASSIFICAR	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1,85	0,3%	1,85	0,2%				
QUOTA FEDERAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%				
Total Geral	5.739,40	100,0%	6.202,45	100,0%	11.927,53	100,0%	43.419,04	100,0%	67.288,41	100,0%				

Tabela 18A. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por fonte e por grupo de despesa por região, 2016.

Em milhões R\$

Despesas por grupo de despesa e fonte	Região												Total	
	CO			N			NE			SE			Nom.	%
	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%	Nom.	%				
TESOURO	2.739,28	47,7%	1.964,43	31,7%	1.873,38	15,7%	27.935,64	64,3%	34.512,73	51,3%				
DESPESAS CORRENTES	2.722,16	99,4%	1.899,27	96,7%	1.804,95	96,3%	27.524,39	98,5%	33.950,78	98,4%				
DESPESAS DE CAPITAL	17,12	0,6%	65,16	3,3%	68,43	3,7%	411,25	1,5%	561,96	1,6%				
FUNDEB	825,39	14,4%	2.574,91	41,5%	6.874,01	57,6%	10.882,71	25,1%	21.157,02	31,4%				
DESPESAS CORRENTES	823,20	99,7%	2.574,91	100,0%	6.847,92	99,6%	10.847,04	99,7%	21.093,06	99,7%				
DESPESAS DE CAPITAL	2,19	0,3%	-	0,0%	26,09	0,4%	35,68	0,3%	63,95	0,3%				
OUTROS	3,26	0,1%	0,01	0,0%	104,21	0,9%	3.618,31	8,3%	3.725,79	5,5%				
DESPESAS CORRENTES	0,72	22,2%	0,01	100,0%	101,45	97,4%	3.550,03	98,1%	3.652,22	98,0%				
DESPESAS DE CAPITAL	2,54	77,8%	-	0,0%	2,75	2,6%	68,27	1,9%	73,56	2,0%				
SEM CLASSIFICAÇÃO	1.930,38	33,6%	1.172,12	18,9%	-	0,0%	-	0,0%	3.102,50	4,6%				
DESPESAS CORRENTES	1.917,66	99,3%	1.154,22	98,5%	-	0,0%	-	0,0%	3.071,87	99,0%				
DESPESAS DE CAPITAL	12,73	0,7%	17,90	1,5%	-	0,0%	-	0,0%	30,63	1,0%				
RECURSOS DA EDUCAÇÃO A CLASSIFICAR	-	0,0%	-	0,0%	1.978,23	16,6%	167,83	0,4%	2.146,06	3,2%				
DESPESAS CORRENTES	-	0,0%	-	0,0%	1.954,44	98,8%	156,73	93,4%	2.111,16	98,4%				
DESPESAS DE CAPITAL	-	0,0%	-	0,0%	23,79	1,2%	11,11	6,6%	34,89	1,6%				
QUOTA-PARTE DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO (SEM ESPECIFICAÇÃO DE ESFERA)	-	0,0%	37,60	0,6%	320,68	2,7%	399,53	0,9%	757,81	1,1%				
DESPESAS CORRENTES	-	0,0%	37,54	99,8%	294,98	92,0%	396,80	99,3%	729,33	96,2%				
DESPESAS DE CAPITAL	-	0,0%	0,07	0,2%	25,69	8,0%	2,72	0,7%	28,48	3,8%				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	18,56	0,3%	325,43	5,2%	304,61	2,6%	0,70	0,0%	649,30	1,0%				
DESPESAS CORRENTES	18,56	100,0%	318,27	97,8%	129,03	42,4%	0,70	100,0%	466,57	71,9%				
DESPESAS DE CAPITAL	-	0,0%	7,16	2,2%	175,58	57,6%	-	0,0%	182,74	28,1%				
RECURSOS DE OUTRAS ÁREAS A CLASSIFICAR	1,66	0,0%	-	0,0%	379,56	3,2%	82,22	0,2%	463,44	0,7%				
DESPESAS CORRENTES	1,66	100,0%	-	0,0%	379,56	100,0%	80,38	97,8%	461,60	99,6%				
DESPESAS DE CAPITAL	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1,85	2,2%	1,85	0,4%				
QUOTAS ESTADUAIS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO (QESE)	166,22	2,9%	57,60	0,9%	18,31	0,2%	175,61	0,4%	417,74	0,6%				
DESPESAS CORRENTES	163,10	98,1%	55,50	96,4%	17,48	95,5%	173,32	98,7%	409,41	98,0%				
DESPESAS DE CAPITAL	3,11	1,9%	2,10	3,6%	0,83	4,5%	2,29	1,3%	8,34	2,0%				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3,30	0,1%	40,13	0,6%	70,02	0,6%	156,48	0,4%	269,92	0,4%				
DESPESAS CORRENTES	3,30	100,0%	36,97	92,1%	1,96	2,8%	143,21	91,5%	185,44	68,7%				
DESPESAS DE CAPITAL	-	0,0%	3,16	7,9%	68,06	97,2%	13,26	8,5%	84,49	31,3%				
FNDE	21,58	0,4%	30,01	0,5%	-	0,0%	-	0,0%	51,58	0,1%				
DESPESAS CORRENTES	13,48	62,5%	29,60	98,7%	-	0,0%	-	0,0%	43,08	83,5%				
DESPESAS DE CAPITAL	8,09	37,5%	0,40	1,3%	-	0,0%	-	0,0%	8,50	16,5%				
QUOTAS MUNICIPAIS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	29,78	0,5%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	29,78	0,0%				
DESPESAS CORRENTES	29,78	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	29,78	100,0%				
QUOTA FEDERAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	-	0,0%	0,21	0,0%	4,52	0,0%	-	0,0%	4,73	0,0%				
DESPESAS CORRENTES	-	0,0%	0,21	100,0%	4,52	100,0%	-	0,0%	4,73	100,0%				
DESPESAS DE CAPITAL	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%				
Total Geral	5.739,40	100,0%	6.202,45	100,0%	11.927,53	100,0%	43.419,04	100,0%	67.288,41	100,0%				

2.7. Análise de despesas por subfunção considerando fontes de recurso

As tabelas a seguir permitem identificar quais as principais subfunções financiadas a partir das duas principais fontes de recursos estaduais; quais sejam, Fundeb e Tesouro Estadual.

Como primeira observação, é possível indicar que a fonte Fundeb financia a maior parte das despesas da subfunção ensino fundamental nas regiões Norte (80,5%, em 2015 e 70,9%, em 2016), Nordeste (91,1%, em 2015 e 85,9%, em 2016) e Sudeste (84%, em 2015 e 73,2%, em 2016).

Percebe-se que há importante redução na fonte Fundeb entre 2015 e 2016, consequência direta da queda de arrecadação de impostos, em especial o ICMS, que é estadual

A Região Centro-Oeste parece ser a exceção ao observado, uma vez que conta com parte considerável das despesas com a fonte do Tesouro Estadual para o financiamento da subfunção ensino fundamental (40%, em 2015 e 88,5%, em 2016). Semelhante análise pode ser apresentada para as despesas na função ensino

médio, uma vez que as regiões Norte (83,8%, em 2015 e 88,5%, em 2016), Nordeste (73,9%, em 2015 e 72,4%, em 2016) e Sudeste (69,7%, em 2015 e 65,4%, em 2016) apresentam preponderância do uso da fonte Fundeb. Novamente, a região Centro-Oeste apresenta menor participação das despesas da subfunção ensino médio na fonte Fundeb (41,6% em 2015 e 0% em 2016).

Em contrapartida, a subfunção educação básica é majoritariamente financiada a partir de recursos da fonte do Tesouro Estadual nos estados do Norte (93,8% em 2015 e 93,3%, em 2016) e Sudeste (84,8% em 2015 e 84,9%, em 2016).

Por fim, destaca-se que, quando existente, a despesa na subfunção educação infantil é financiada, em sua totalidade, pela fonte do Tesouro Estadual em todas as regiões analisadas, exceção à região Centro-Oeste, no ano de 2015, com 0,5% financiado a partir de recursos do Fundeb.

Nas páginas a seguir são apresentadas as tabelas que orientaram as análises aqui descritas.

Tabela 19. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por fonte e por grupo de despesa por região, 2016.

Subfunção	Centro-Oeste				Norte				Nordeste				Sudeste				Total Fundeb + Tesouro	% Total
	FUNDEB		TESOURO		FUNDEB		TESOURO		FUNDEB		TESOURO		FUNDEB		TESOURO			
	Nom.	% Total	Nom.	% Total	Nom.	% Total	Nom.	% Total	Nom.	% Total	Nom.	% Total	Nom.	% Total	Nom.	% Total		
ADMINISTRAÇÃO GERAL	837,23	31,7%	1.016,08	35,4%	82,82	3,5%	341,60	19,2%	173,74	2,4%	693,26	38,4%	988,00	9,2%	5.490,65	19,2%	9.623,38	16,6%
ADMINISTRATIVO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,11	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,11	0,0%
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,45	0,0%	0,40	0,0%	0,26	0,0%	-	0,0%	245,45	0,9%	246,57	0,4%
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,01	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	46,93	0,2%	46,94	0,1%
ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	16,18	0,2%	4,88	0,3%	-	0,0%	-	0,0%	21,06	0,0%
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	81,68	0,3%	81,68	0,1%
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	62,85	0,9%	26,51	1,5%	-	0,0%	-	0,0%	89,36	0,2%
COMUNICAÇÃO SOCIAL	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1,15	0,1%	-	0,0%	24,61	0,1%	25,76	0,0%
CONTROLE EXTERNO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	3,57	0,2%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	3,57	0,0%
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,32	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,32	0,0%
DESPORTO COMUNITÁRIO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	2,57	0,1%	-	0,0%	0,08	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	2,64	0,0%
DIFUSÃO CULTURAL	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,05	0,0%	-	0,0%	3,05	0,2%	-	0,0%	-	0,0%	3,10	0,0%
DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,04	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,04	0,0%
DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,23	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,23	0,0%
EDUCAÇÃO BÁSICA	-	0,0%	128,91	4,5%	-	0,0%	946,68	53,3%	2.957,70	41,7%	512,58	28,4%	-	0,0%	14.494,13	50,7%	19.039,99	32,9%
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	8,59	0,3%	40,90	1,4%	171,57	7,2%	11,56	0,7%	7,20	0,1%	7,52	0,4%	309,42	2,9%	3,98	0,0%	560,74	1,0%
EDUCAÇÃO ESPECIAL	64,16	2,4%	77,12	2,7%	-	0,0%	0,22	0,0%	4,68	0,1%	1,60	0,1%	299,83	2,8%	57,10	0,2%	504,72	0,9%
EDUCAÇÃO INFANTIL	0,90	0,0%	172,39	6,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	12,20	0,0%	185,48	0,3%
ENSINO FUNDAMENTAL	1.482,79	56,2%	1.091,41	38,0%	1.122,79	47,0%	137,91	7,8%	2.058,94	29,0%	33,95	1,9%	5.663,50	52,9%	900,54	3,1%	12.491,83	21,6%
ENSINO MÉDIO	243,43	9,2%	331,82	11,6%	1.012,00	42,3%	137,31	7,7%	1.391,13	19,6%	103,07	5,7%	3.398,39	31,8%	1.286,82	4,5%	7.903,97	13,7%
ENSINO PROFISSIONAL	-	0,0%	10,74	0,4%	-	0,0%	3,04	0,2%	2,14	0,0%	20,05	1,1%	27,05	0,3%	26,41	0,1%	89,43	0,2%
ENSINO SUPERIOR	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	55,42	3,1%	-	0,0%	-	0,0%	55,42	0,1%
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	-	0,0%	0,00	0,0%	-	0,0%	0,08	0,0%	13,44	0,2%	4,30	0,2%	-	0,0%	8,71	0,0%	26,53	0,0%
NÃO IDENTIFICADO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	163,80	9,1%	-	0,0%	-	0,0%	163,80	0,3%
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	8,67	0,0%	8,67	0,0%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,05	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,05	0,0%
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	350,78	4,9%	48,57	2,7%	-	0,0%	-	0,0%	399,35	0,7%

Continua ▼

Tabela 19. Valores liquidados na função educação da Secretaria Estadual da Educação. Estados selecionados por fonte e por grupo de despesa por região, 2016.

Continuação ▼

Subfunção	Centro-Oeste				Norte				Nordeste				Sudeste				Total Fundeb + Tesouro	% Total
	FUNDEB		TESOURO		FUNDEB		TESOURO		FUNDEB		TESOURO		FUNDEB		TESOURO			
	Nom.	% Total	Nom.	% Total	Nom.	% Total												
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	4,42	0,0%	4,42	0,0%
POLICIAMENTO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	-	0,0%	-	0,0%	1,32	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	1,32	0,0%
PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	146,79	8,3%	8,20	0,1%	57,74	3,2%	-	0,0%	-	0,0%	212,73	0,4%
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	-	0,0%	0,00	0,0%	-	0,0%	6,78	0,4%	25,35	0,4%	58,63	3,2%	9,77	0,1%	437,81	1,5%	538,34	0,9%
TELECOMUNICAÇÕES	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,04	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,04	0,0%
TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	5.220,79	18,2%
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	21,14	0,3%	8,26	0,5%	-	0,0%	-	0,0%	294,63	0,5%
TRANSPORTES ESPECIAIS	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	39,01	2,2%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	39,01	0,1%
Total Geral	2.637,10	100,0%	2.869,37	100,0%	2.390,49	100,0%	1.777,64	100,0%	7.093,85	100,0%	1.805,47	100,0%	10.700,37	100,0%	28.611,72	100,0%	57.886,02	100,0%

Tabela 20. Valores liquidados por fontes de recursos pelas Secretarias Estaduais de Educação. Estados selecionados por região 2016.

Subfunção	Centro-Oeste				Norte				Nordeste				Sudeste				Total Fundeb + Tesouro	% Total
	FUNDEB		TESOURO		FUNDEB		TESOURO		FUNDEB		TESOURO		FUNDEB		TESOURO			
	Nom.	% Total	Nom.	% Total	Nom.	% Total	Nom.	% Total	Nom.	% Total	Nom.	% Total	Nom.	% Total	Nom.	% Total		
ADMINISTRAÇÃO GERAL	816,38	98,9%	823,92	30,1%	80,02	3,1%	683,45	34,8%	364,28	5,3%	850,23	45,4%	458,28	4,2%	5.650,89	20,2%	9.727,44	17,5%
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,08	0,0%	0,01	0,0%	0,03	0,0%	-	0,0%	257,32	0,9%	257,43	0,5%
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	20,64	0,3%	0,78	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	21,42	0,0%
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	85,53	0,3%	85,53	0,2%
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	63,60	3,4%	-	0,0%	-	0,0%	63,60	0,1%
COMUNICAÇÃO SOCIAL	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,02	0,0%	-	0,0%	1,15	0,1%	-	0,0%	23,23	0,1%	24,41	0,0%
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,02	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,02	0,0%
DESPORTO COMUNITÁRIO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,86	0,0%	-	0,0%	0,05	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,91	0,0%
DIFUSÃO CULTURAL	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	3,01	0,2%	-	0,0%	-	0,0%	3,01	0,0%
DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,20	0,0%	-	0,0%	0,12	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,32	0,0%
EDUCAÇÃO BÁSICA	-	0,0%	104,43	3,8%	-	0,0%	737,41	37,5%	3.048,62	44,3%	394,46	21,1%	-	0,0%	13.177,93	47,2%	17.462,85	31,4%
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	-	0,0%	72,77	2,7%	173,01	6,7%	7,76	0,4%	17,00	0,2%	9,31	0,5%	285,07	2,6%	-	0,0%	564,92	1,0%
EDUCAÇÃO ESPECIAL	9,01	1,1%	40,03	1,5%	-	0,0%	0,05	0,0%	5,19	0,1%	3,27	0,2%	277,96	2,6%	2,53	0,0%	338,03	0,6%
EDUCAÇÃO INFANTIL	-	0,0%	167,41	6,1%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,00	0,0%	-	0,0%	8,70	0,0%	176,11	0,3%
ENSINO FUNDAMENTAL	-	0,0%	1.166,74	42,6%	1.249,76	48,5%	177,39	9,0%	1.510,25	22,0%	100,13	5,3%	5.031,81	46,2%	1.632,66	5,8%	10.868,73	19,5%
ENSINO MÉDIO	-	0,0%	336,42	12,3%	1.072,12	41,6%	112,54	5,7%	1.448,28	21,1%	139,86	7,5%	4.189,73	38,5%	1.357,78	4,9%	8.656,73	15,6%
ENSINO PROFISSIONAL	-	0,0%	10,46	0,4%	-	0,0%	1,45	0,1%	-	0,0%	19,12	1,0%	17,62	0,2%	25,38	0,1%	74,03	0,1%
ENSINO SUPERIOR	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	46,68	2,5%	-	0,0%	-	0,0%	46,68	0,1%
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	3,76	0,2%	12,45	0,2%	1,60	0,1%	4,00	0,0%	30,80	0,1%	52,61	0,1%
LAZER	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,01	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,01	0,0%
NÃO IDENTIFICADO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	89,58	4,8%	-	0,0%	-	0,0%	89,58	0,2%
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	399,03	5,8%	65,27	3,5%	-	0,0%	-	0,0%	464,30	0,8%
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	614,76	5,6%	-	0,0%	614,76	1,1%
PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	175,00	8,9%	-	0,0%	36,85	2,0%	-	0,0%	-	0,0%	211,85	0,4%
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	-	0,0%	17,11	0,6%	-	0,0%	3,56	0,2%	13,34	0,2%	40,80	2,2%	3,47	0,0%	53,27	0,2%	131,55	0,2%
TELECOMUNICAÇÕES	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,02	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,02	0,0%
TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	5.527,86	9,9%
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	34,90	0,5%	7,46	0,4%	-	0,0%	101,77	0,4%	144,12	0,3%
TRANSPORTES ESPECIAIS	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	60,90	3,1%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	60,90	0,1%
Total Geral	825,39	100,0%	2.739,28	100,0%	2.574,91	100,0%	1.964,43	100,0%	6.874,01	100,0%	1.873,38	100,0%	10.882,71	100,0%	27.935,64	100,0%	55.669,75	100,0%

**B. Análise específica das
despesas liquidadas em
educação a partir dos
Quadros de Detalhamento
de Despesas (QDD):
Cruzamentos analíticos
elaborados para o grupo
de estados**

1. Metodologia de estruturação dos dados

1.1. Base de dados consultada

A base de dados utilizada nesta segunda etapa é composta pelas informações dos estados que enviaram os itens de despesa liquidada referentes ao subelemento, presentes em seus QDD.

No total, 12 (doze) estados enviaram essas informações. São eles: Mato Grosso do Sul, da região Centro-Oeste; Pará, Rondônia e Tocantins, da região Norte; Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte (apenas informações de 2016) e Sergipe, da região Nordeste; e Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, da região Sudeste. Embora o estado de Roraima tenha enviado informações com subelementos de despesa, não foi possível identificar os valores liquidados por despesa, motivo pelo qual estes não foram considerados nas análises realizadas. Dessa forma, a amostra do estudo é composta por, ao menos, um estado por região considerado na análise, com exceção da região Sul.

Considerando o compromisso assumido junto ao Consed de manutenção da confidencialidade dos dados recebidos pela equipe de pesquisa, nas análises apresentadas a seguir os estados foram identificados a partir de letras.

1.2. Metodologia da Análise por Áreas Temáticas

1.2.1. Aspectos gerais

Com base nos subelementos, a análise de despesas para as áreas temáticas teve como base a agregação, proposta pela equipe de pesquisa, considerando os valores liquidados segundo quatro grandes temas: (i) alimentação; (ii) Limpeza; (iii) segurança/vigilância; e, por fim, (iv) transporte escolar. Cabe destacar que a análise objetivou mensurar apenas as despesas da área da educação: alimentação escolar, segurança/vigilância das escolas, limpeza das

escolas e transporte escolar das/os alunas/os. Para tanto, foram utilizados apenas os projetos/atividades, fontes e subelementos ligados às Secretarias Estaduais de Educação. Os projetos/atividades, fontes e subelementos considerados como componentes de cada um dos quatro grandes grupos de despesa encontram-se descritos no Quadro 1 do Anexo.

Cumprir observar também que, ao contrário das análises anteriores, elaboradas a partir das classificações por subfunção, fonte, elemento, grupo de despesa e categoria de despesa, em que foram consideradas as despesas apenas da função educação, nesta segunda parte do relatório foram integradas as despesas ligadas a outras funções orçamentárias realizadas pelas Secretarias Estaduais de Educação no caso de estados em que era disponível esta informação.

Isto se deu porque percebemos que há alguns tipos de despesas de serviços de terceiros associadas à educação que não estão classificadas nesta função, mas em outras, como função transportes, por exemplo, que alguns estados utilizam para classificar as despesas com transporte escolar. Assim, buscando verificar a totalidade das despesas das Secretarias Estaduais de Educação com os quatro temas citados, foi feito um filtro amplo considerando toda e qualquer função informada que pudesse ter relação com os temas selecionados.

Por fim, como última etapa metodológica, com base nos resultados dos cruzamentos a equipe de pesquisa buscou formular hipóteses explicativas para os padrões de gastos observados. Tais hipóteses foram, posteriormente, apresentadas e refletidas em conjunto com as/os técnicas/os das Secretarias Estaduais de Educação.

1.2.2. Composição dos valores de despesas liquidadas a partir dos itens de subelemento

Alimentação escolar

Para a categoria de alimentação foram aplicados filtros com os termos “alim” e “meren” nos campos projeto/atividade, fonte e subelemento, para captar aqueles que

contivessem as palavras “alimentação”, “alimentos”, “alimentícios”, “merenda”, entre outras. Da lista resultante foi realizado um segundo filtro em que foram desconsiderados os itens que não se referiam à alimentação dos alunos, tais como “AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO – RGPS – FOLHA”, “HOSPEDAGEM E OU ALIMENTAÇÃO A PESSOAS SEM VÍNCULO”, “ALIMENTOS PARA ANIMAIS”, entre outros. A seleção de projetos/atividades, fontes e subelementos utilizada para a composição dos gastos com alimentação encontra-se no Quadro 2 do Anexo.

Limpeza escolar

Para a categoria limpeza foram aplicados filtros com os termos “limp”, “hig” e “asseio” nos campos projeto/atividade, fonte e subelemento para captar aqueles que contivessem as palavras “limpeza” e “higiene”, entre outras. Dos termos filtrados, foi realizado um segundo filtro em que foram desconsiderados itens que não se referiam à limpeza nas escolas, tais como “HIGIENE E TRATAMENTO DE ÁGUA”. A seleção de projetos/atividades, fontes e subelementos utilizada para a composição dos gastos com limpeza encontra-se no Quadro 3 do Anexo.

Segurança/Vigilância

Para a categoria segurança/vigilância foram aplicados filtros com os termos “vig”, “segur” e “prote” nos campos projeto/atividade, fonte

e subelemento para captar aqueles que contivessem as palavras “vigilância”, “segurança”, “proteção”, entre outras. Dos termos filtrados foi realizado um segundo filtro em que foram desconsiderados itens que não se referiam a segurança/vigilância nas escolas, tal como “SEGURO FAMÍLIA DOS SEGURANDOS”. A seleção de projetos/atividades, fontes e subelementos utilizada para a composição dos gastos com segurança/vigilância encontra-se no Quadro 4 do Anexo.

Transporte escolar

Para esta categoria foram utilizados filtros com os seguintes termos nos campos projeto/atividade, fonte e subelemento: “combustível”, “loca(ção)”, “seguro”, “trans esco(lar)”, “gastos”, “passagem”, “diesel”, “etanol”, “programa”, “sistema trans”, “manutenção”. Da lista resultante foram selecionados os subelementos que tratavam de transporte escolar de alunos. Na sequência, foram retirados os subelementos que correspondiam a subfunções que não tinham relação com o transporte de alunos, tais como as subfunções relacionadas ao legislativo, alimentação e nutrição, assistência ao idoso, comunicação, benefício ao trabalhador, turismo, relações de trabalho, formação de recursos humanos, entre outros. A seleção de projetos/atividades, fontes e subelementos utilizada para a composição dos gastos com limpeza encontra-se no Quadro 5 do Anexo.

2. Dados incorporados para a construção de cruzamentos analíticos: Receita, matrículas e unidades escolares

Para a composição dos indicadores deste relatório foram utilizados os valores liquidados dos QDD dos estados da amostra e um conjunto de dados de diversas fontes,¹¹ que são: i) receitas correntes; ii) receitas efetivas com despesas educacionais (receitas MDE); iii) matrículas da educação básica; iv) estabelecimentos educacionais; e v) estudantes que utilizam o transporte escolar.

2.1. Indicadores estaduais: Receitas, unidades educacionais e matrículas

Para a composição das análises das despesas liquidadas por setores temáticos de políticas públicas foram levantadas, pela equipe de pesquisa, informações sobre receitas, unidades educacionais e matrículas estaduais na educação básica.

2.1.1. Receitas correntes

Para apurar as receitas correntes das unidades federativas foram selecionadas as Receitas Correntes das tabelas de Receitas Orçamentárias (Anexo I-C) das Contas Anuais publicadas no Siconfi, correspondentes ao período de homologação de 01/01/2015 a 30/05/2018, considerando somente as Receitas Realizadas.

Tabela 21. Receitas correntes. Estados selecionados, 2015-2016

Receitas Correntes, 2015 e 2016						
UF	Ano				Variação 2016/2015	
	2015		2016			
	Nominal	%	Nominal	%	Nominal	%
SP	184.033.812.806	38,4%	184.208.379.552	37,7%	174.566.746	0,1%
MG	72.766.420.236	15,2%	76.620.772.720	15,7%	3.854.352.484	5,3%
RJ	68.867.486.689	14,4%	63.891.144.375	13,1%	-4.976.342.315	-7,2%
BA	39.313.393.688	8,2%	41.698.737.095	8,5%	2.385.343.407	6,1%
PE	27.291.524.860	5,7%	29.035.382.393	5,9%	1.743.857.533	6,4%
PA	22.805.710.111	4,8%	24.149.828.976	4,9%	1.344.118.865	5,9%
ES	16.902.533.200	3,5%	16.590.749.649	3,4%	-311.783.551	-1,8%
MS	12.010.925.696	2,5%	13.484.896.738	2,8%	1.473.971.042	12,3%
RN	11.082.173.781	2,3%	11.805.912.092	2,4%	723.738.311	6,5%
SE	8.537.815.613	1,8%	9.143.992.036	1,9%	606.176.423	7,1%
TO	8.203.317.201	1,7%	9.513.058.364	1,9%	1.309.741.163	16,0%
RO	7.966.029.122	1,7%	8.727.820.718	1,8%	761.791.597	9,6%
Total	479.781.143.003	100,0%	488.870.674.708	100,0%	9.089.531.705	1,9%

Elaborado pelos autores com base em Siconfi (2015 e 2016).

¹¹ As fontes utilizadas foram: Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2015 e 2016), microdados do Censo Escolar (2015 e 2016) e dados do Siconfi – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (2015 e 2016).

Os dados apontam que a capacidade de arrecadação dos estados é muito díspar. A receita corrente do estado de São Paulo equivale a 37,7% do total de receitas do conjunto de estados do estudo. Os quatro primeiros estados detêm 76,2% dos recursos em 2015, e esta posição relativa praticamente permanece em 2016, mesmo com a queda de arrecadação de R\$ 4,9 bilhões do Rio de Janeiro (redução de 7,2%).

No patamar de R\$ 15 a R\$ 30 bilhões estão três estados: Pernambuco, Pará e Espírito Santo. Os dois primeiros apresentaram crescimento nominal da arrecadação de 6,4% e 5,9% respectivamente. Por outro lado, o Espírito Santo registrou uma queda nominal de R\$ 311 milhões (redução de 1,8%).

Com receitas correntes abaixo de R\$ 15 bilhões estão cinco estados: Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Sergipe, Tocantins e Roraima. Apesar de ser o grupo com menor receita, foi o que apresentou o maior crescimento no período, com variação das receitas de 6,5% no Rio Grande do Norte a 16,0% no Tocantins.

2.1.2. Receitas efetivas com despesas educacionais

Para a análise das receitas educacionais dos estados utilizou-se como referência o art. 212 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes dos impostos e transferências dos estados e do Distrito Federal serão destinados para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).¹² Considerou-se a majoração dos percentuais vinculados em MDE promovidos nas Constituições Estaduais do Amapá (com vinculação de 28%, art. 289), Piauí (com vinculação de 30%, art. 223), São Paulo (com vinculação de 30%, art. 255), Paraná (com vinculação de 30%, art. 185), Mato Grosso (com vinculação de 35%, art. 245), Rio de Janeiro (com vinculação de 35%, art. 314) e Rio Grande do Sul (com vinculação de 35%, art. 202). O cálculo ainda considera o resultado líquido com o Fundeb, a receita com o salário-educação e as demais transferências do FNDE.

Tabela 22. Receitas efetivas com despesas educacionais. Estados selecionados, 2015-2016

Receitas efetivas com despesas educacionais, 2015 e 2016						
UF	Ano				Variação 2016/2015	
	2015		2016		Nominal	%
	Nominal	%	Nominal	%		
SP	30.873.164.049	53,6%	31.230.282.919	53,2%	357.118.870	1,2%
RJ	8.544.129.399	14,8%	8.480.405.702	14,5%	-63.723.697	-0,7%
MG	8.709.948.775		-			
BA	4.607.957.878	8,0%	4.728.625.800	8,1%	120.667.922	2,6%
PE	3.176.699.878	5,5%	3.314.671.608	5,6%	137.971.731	4,3%
PA	2.899.367.705	5,0%	3.078.927.123	5,2%	179.559.418	6,2%
ES	1.597.251.087	2,8%	1.548.096.881	2,6%	-49.154.206	-3,1%
MS	1.405.035.648	2,4%	1.524.899.137	2,6%	119.863.489	8,5%
RN	1.405.051.545	2,4%	1.394.359.192	2,4%	-10.692.352	-0,8%
TO	1.090.939.902	1,9%	1.204.524.884	2,1%	113.584.982	10,4%
RO	1.045.791.046	1,8%	1.136.252.602	1,9%	90.461.556	8,7%
SE	960.466.327	1,7%	1.040.334.451	1,8%	79.868.124	8,3%
Total	66.315.803.239		58.681.380.299		-7.634.422.940	-11,5%
Total sem MG	57.605.854.464	100%	58.681.380.299	100%	1.075.525.835	1,9%

Elaborado pelos autores com base em Siconfi (2015 e 2016).

¹² Os artigos 70 e 71 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional definem o que pode ser considerado como gasto com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) para o cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal.

A análise segundo receitas efetivas para despesas educacionais não demonstra uma mudança estrutural na capacidade de financiamento das políticas educacionais. O peso de cada estado permanece similar ao comparativo de receitas correntes. Cabe destacar que o relatório resumido de execução fiscal das despesas em manutenção e desenvolvimento do ensino não foi apresentado ao FNDE pelo estado de Minas Gerais, e, por isso, os dados foram totalizados sem este estado em ambos os anos.

Com exceção do padrão observado nas receitas correntes, a análise segundo receitas efetivas com despesas educacionais permite identificar uma importante variação, relativa à queda de 0,8% da arrecadação no Rio Grande do Norte (redução de R\$ 10,6 milhões). Este estado foi o único que deixou de receber a complementação em 2016, e por isso registra uma variação

negativa. Na Tabela 22, referente às receitas correntes, a Bahia apresentou crescimento de 6,1%, porém, quando se considera apenas as receitas aplicadas em despesas educacionais há o registro de variação de 2,6%.

2.1.3. Matrículas da Educação Básica

Os dados referentes às matrículas na educação básica foram coletados com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica dos anos de 2015 e 2016, Tabela 1.3 – Número de Matrículas na Educação Básica – Ensino Regular, Especial e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município). Dado o escopo da pesquisa, consideraram-se as matrículas da educação básica das redes estaduais de educação da zona rural e urbana.

Tabela 23. Elaborado pelos autores com base em Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2015 e 2016)

Matrículas da Educação Básica em escolas estaduais, 2015–2016				
UF	Ano		Variação 2016/2015	
	2015	2016	Nominal	%
SP	3.953.859	3.982.390	28.531	0,7%
MG	2.087.852	2.137.891	50.039	2,4%
BA	873.565	871.741	-1.824	-0,2%
RJ	772.773	773.443	670	0,1%
PA	621.106	611.508	-9.598	-1,5%
PE	611.860	602.703	-9.157	-1,5%
ES	270.821	266.681	-4.140	-1,5%
MS	249.415	257.923	8.508	3,4%
RN	245.641	240.788	-4.853	-2,0%
RO	228.467	217.077	-11.390	-5,0%
TO	176.083	168.605	-7.478	-4,2%
SE	164.256	159.718	-4.538	-2,8%
Total	10.255.698	10.290.468	34.770	0,3%

Elaborado pelos autores com base em Siconfi (2015 e 2016).

O número total de estudantes matriculados na Educação Básica cresceu em 0,3%, representando aumento de 34,8 mil matrículas. O crescimento foi fruto da expansão de vagas em Minas Gerais (50 mil), São Paulo (28,5 mil), Mato Grosso do Sul (8,5 mil) e Rio de Janeiro (670 matrículas). Os demais estados registraram queda no número de matrículas, com taxas que variaram de -0,2% a -5,0%, uma redução total de 53 mil matrículas.

2.1.4. Estabelecimentos educacionais

Também foram utilizadas as Sinopses Estatísticas da Educação Básica de 2015 e 2016

para apurar o número de equipamentos educacionais nos estados selecionados. Neste caso, foi utilizada a Tabela 3.2 (Número de Estabelecimentos na Educação Básica – Ensino Regular, Especial e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município). Tendo em vista o objetivo da pesquisa, foram selecionados os estabelecimentos de educação básica das redes estaduais de ensino da zona rural e urbana.

Tabela 24. Estabelecimentos de ensino das redes estaduais. Estados selecionados, 2015-2016

Estabelecimentos de ensino das redes estaduais, 2015 - 2016				
UF	Ano		Variação 2016/2015	
	2015	2016	Nominal	%
SP	5.690	5.717	27	0,5%
MG	3.655	3.643	-12	-0,3%
RJ	1.335	1.324	-11	-0,8%
BA	1.320	1.282	-38	-2,9%
PE	1.050	1.057	7	0,7%
PA	875	856	-19	-2,2%
RN	616	607	-9	-1,5%
TO	508	513	5	1,0%
ES	493	481	-12	-2,4%
RO	440	420	-20	-4,5%
MS	364	362	-2	-0,5%
SE	354	354	0	0,0%
Total	16.700	16.616	-84	-0,5%

Elaborado pelos autores com base em Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2015 e 2016)

A expansão de matrículas não guarda correlação com o número de estabelecimentos de ensino, uma vez que entre 2015 e 2016 o número foi reduzido em 84 unidades escolares. Neste sentido, foram identificados cinco movimentos principais: (i) estados que aumentaram matrículas e reduziram estabelecimentos de ensino (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul); (ii) estados que diminuíram matrículas e aumentaram estabelecimentos de ensino (Pernambuco e Tocantins); (iii) estados que diminuíram matrículas e estabelecimentos (Bahia, Pará, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Rondônia); (iv) estado que diminuiu matrículas, mas manteve a quantidade de estabelecimentos de ensino (Sergipe); e, por fim, (v) estado que aumentou matrículas e estabelecimentos de ensino (São Paulo).

2.1.5. Estudantes que utilizam transporte escolar

Para identificar o número de estudantes matriculados nas redes estaduais de ensino que utilizaram o transporte escolar em 2015 e 2016 foram selecionados os microdados do Censo Escolar. Para cada ano e cada base de dados

regional de matrículas foram realizados dois procedimentos. No primeiro, foram selecionadas as matrículas das redes estaduais de ensino (TP_DEPENDENCIA = 2), depois gerada a tabela segundo utilização, ou não, de transporte escolar público (IN_TRANSPORTE_PUBLICO) por dependência administrativa que opera o transporte escolar (TP_RESPONSAVEL_TRANSPORTE). O segundo procedimento retoma a base inicial e seleciona na rede privada (TP_DEPENDENCIA = 4) somente as matrículas de entidades conveniadas com o setor público (IN_CONVENIADA_PP = 1) e, na sequência, era gerada a tabela por utilização, ou não, de transporte escolar público (IN_TRANSPORTE_PUBLICO), considerando a dependência administrativa que opera o transporte escolar (TP_RESPONSAVEL_TRANSPORTE) e a dependência do convênio das entidades com o poder público (TP_CONVENIO_PODER_PUBLICO). Por fim, agregaram-se as tabelas regionais por ano e foi sintetizado o número de estudantes transportados pelo poder público, sendo consideradas, portanto, todas as matrículas da rede estadual de educação e as matrículas de escolas privadas conveniadas com o poder público estadual que utilizaram o transporte escolar público.

Tabela 25. Estudantes que utilizam o transporte escolar público. Estados selecionados, 2015-2016.

Estudantes que utilizam o transporte escolar público, 2015 e 2016				
UF	Ano		Variação 2016/2015	
	2015	2016	Nominal	%
RJ	606.349	517.842	-88.507	-14,6%
SP	460.672	436.153	-24.519	-5,3%
MG	379.728	392.730	13.002	3,4%
BA	178.323	176.668	-1.655	-0,9%
PE	138.962	135.103	-3.859	-2,8%
PA	96.724	90.264	-6.460	-6,7%
RN	61.893	60.233	-1.660	-2,7%
ES	50.261	53.630	3.369	6,7%
SE	43.821	44.086	265	0,6%
MS	43.809	45.467	1.658	3,8%
TO	34.528	31.935	-2.593	-7,5%
RO	30.903	28.896	-2.007	-6,5%
Total	2.125.973	2.013.007	-112.966	-5,3%

Elaborado pelos autores com base em Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2015 e 2016)

Em relação ao número de estudantes transportados pelo poder público, São Paulo e Rio de Janeiro apresentam comportamento diverso do observado no número de unidades, já que é este último que conta com mais estudantes usuários de transporte escolar. Considerando o período de 2015 e 2016, há uma queda de 88 mil matrículas do Rio de

Janeiro em 2016. O conjunto de estados do estudo registrou queda de, aproximadamente, 113 mil estudantes atendidos em 2016. Finalmente, os únicos estados que registraram aumento de estudantes transportados foram Minas Gerais (cerca de 13 mil), Espírito Santo (c. 3,4 mil), Mato Grosso do Sul (c. 1,7 mil) e Sergipe (265).

3. Motivações para a análise das despesas liquidadas por áreas temáticas na Educação Básica

As políticas públicas de educação no Brasil possuem características normativas que garantem especificidades em sua dimensão do financiamento. No marco da Constituição Federal de 1988, a Educação passa a ser definida como um direito público subjetivo, caracterizando-se, portanto, pela oferta de políticas públicas de natureza contínua, articuladas e que, idealmente, atendem aos cidadãos no curso de grande parte de suas trajetórias de vida (CASTRO, 2014; CASTRO; CARVALHO, 2013).

Destaca-se que tais políticas não se apresentam fragmentadas em ações emergenciais ou descontínuas, mas, ao contrário, operam de modo estável e sustentado no tempo, com regras e instituições estabelecidas. Boa parte dos benefícios e serviços tem estatuto de direitos e capacidade instalada, com aplicação diária de recursos materiais, humanos e financeiros na sua produção e provisão, ainda que nem sempre no volume e na qualidade desejados (CASTRO e CARVALHO, 2013, p. 832).

O fluxo de ações necessário para garantir a oferta perene de políticas educacionais demanda a existência de uma capacidade instalada composta pelo fornecimento de bens e serviços. Em virtude desta estrutura de oferta específica, os recursos destinados à educação encontram-se majoritariamente alocados no pagamento de salários e benefícios às/aos servidoras/es públicos da Educação (CASTRO, 2014). Os dados analisados ao longo da pesquisa reforçam este padrão observado, uma vez que os gastos com pessoal e encargos

sociais correspondem à maior parte das despesas correntes nos estados analisados, em alguns casos chegando a 80% do total ou mais, como apresentado na parte A deste relatório de pesquisa.

No entanto, a efetividade das políticas educacionais não está somente baseada na oferta de serviços. Em um país marcado pela existência de profundas desigualdades entre sua população, a existência de benefícios concedidos aos educandos representa uma condição absolutamente necessária e garantidora da adequada permanência e aproveitamento no processo educacional. Tais benefícios consubstanciam-se na oferta, dentre outras ações, de materiais, transporte, alimentação e os distintos programas de assistência social, que juntos representam uma importante faceta da efetivação do papel do Estado na Educação (BRASIL, 1988).

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 59, de 2009).

Estados e municípios cumprem um papel relevante na oferta de programas suplementares para a educação básica e pública, alocando uma parte dos recursos orçamentários para o financiamento de tais despesas. O Governo Federal também exerce importante papel na oferta de programas suplementares de apoio ao educando. Consideradas suas funções redistributiva e supletiva, a União tem aportado recursos financeiros à educação básica de estados e municípios do país por meio da gestão de programas realizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), responsável pela gestão financeira e programática das ações de assistência¹³ à Educação Básica ofertadas pela

¹³ Segundo Cruz (2012), a assistência financeira ofertada pelo FNDE aos estados e municípios pode ser de três naturezas, quais sejam: direta, automática e a decorrente de convênios.

União, que têm como objetivo principal a equalização de oportunidades educacionais e a garantia de um padrão mínimo de qualidade (CRUZ, 2012).

Os programas geridos e financiados pelo FNDE, tendo como principal origem os recursos da quota federal do Salário-Educação, estão relacionados a distintas necessidades das

políticas educacionais; por exemplo, transporte escolar de alunas/os, fornecimento de materiais didáticos, merenda escolar, bem como ações de formação das/os profissionais das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. A Tabela 26 apresenta o conjunto de programas geridos e financiados pelo FNDE e direcionados aos estados e municípios da federação (FNDE, 2018).

Tabela 26. Programas geridos e financiados pelo FNDE – Brasil, 2018.

Programas Geridos e Financiados pelo FNDE
Brasil Carinhoso
Brasil Profissionalizado
Caminho da Escola
Formação pela Escola
Plano de Ações Articuladas (PAR)
Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE)
Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)
Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)
Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate)
Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo)
Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)
Proinfância

Elaborado pelos autores com base em FNDE (2018).

As transferências de recursos realizadas pelo Governo Federal são apresentadas nas tabelas 27 e 28. Os valores compreendem à complementação do Fundeb, assim como os programas suplementares destinados ao apoio para educandas/os no processo educacional. Dentre estes, têm destaque os recursos destinados ao Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE), correspondendo a 16,3% das transferências em 2015 e 12,7% em 2016. O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) representa a terceira maior transferência de recursos realizada pela União, correspondendo a 8,2% do total em 2015 e 7,4% em 2016.

Tabela 27. Transferências de recursos do Governo Federal, educação básica e outros programas, 2015.

Programas	Valor no Ano de 2015	% do total de recursos transferidos
Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)	13.287.697.947,39	57,6%
Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	3.759.789.067,20	16,3%
Programa Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica (PDDE)	1.895.533.125,58	8,2%
Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica	1.402.643.906,20	6,1%
Infraestrutura para a Educação Básica	693.837.550,94	3,0%
Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	573.528.618,29	2,5%
Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares	351.182.414,93	1,5%
Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica – Caminho da Escola	322.516.115,90	1,4%
Implantação de Escolas para Educação Infantil	316.822.929,14	1,4%
Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos	142.298.710,09	0,6%
Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	118.328.880,81	0,5%
Outras transferências	192.858.011,17	0,8%
Valor total transferido em 2015	23.057.037.277,64	100,0%

Tabela 28. Transferências de recursos do Governo Federal, educação básica e outros programas, 2016.

Programas	Valor no Ano de 2016	% do total de recursos transferidos
Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)	13.762.117.351,70	56,7%
Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	3.073.745.108,10	12,7%
Programa Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica (PDDE)	1.794.536.186,37	7,4%
Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica	1.424.992.457,00	5,9%
Infraestrutura para a Educação Básica	1.229.815.194,98	5,1%
Apoio Financeiro Suplementar à Manutenção da Educação Infantil	545.755.258,49	2,2%
Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	510.258.252,87	2,1%
Implantação de Escolas para Educação Infantil	455.263.056,55	1,9%
Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares	380.834.125,95	1,6%
Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola	328.358.696,60	1,4%
Apoio à Alfabetização, à Educação de Jovens e Adultos e a Programas de Elevação de Escolaridade, Com Qualificação Profissional e Participação Cidadã	175.707.597,25	0,7%
Outras transferências	583.273.075,57	2,4%
Valor total transferido em 2016	24.264.656.361,43	100,0%

Elaborado pelos autores com base nos dados do Portal da Transparência nos Recursos Públicos Federais. Foram considerados os valores transferidos nos anos de 2015 e 2016 para os Programas “Educação Básica”, “Educação de Qualidade para Todos” e “Educação Profissional e Tecnológica”. Valores não atualizados.

Dada sua relevância, a compreensão sobre os gastos temáticos das políticas educacionais, para além daqueles relacionados ao pagamento de salário e benefícios, representa uma importante dimensão para a melhoria das despesas desta área. A próxima subseção apresenta os indicadores elaborados pela equipe de pesquisa para os gastos estaduais em quatro principais temáticas desta política pública, a saber, ações de: (i) alimentação escolar; (ii) Limpeza; (iii) Segurança; e, por

fim, (iv) transporte escolar. A análise das despesas com serviços de terceiros justifica-se por dois motivos principais. Primeiro, correspondem aos maiores montantes de gastos depois daqueles destinados ao pagamento de salários dos profissionais de educação. Segundo, dada a relevância dos programas suplementares de atendimento ao educando, importa compreender o padrão e disponibilidade de recursos para tais finalidades.

4. Análises das despesas das áreas temáticas

4.1. Análises sobre as despesas setoriais

Antes de apresentar as análises e tabelas de dados de cada uma das despesas setoriais selecionadas, é relevante mencionar que a equipe identificou no processamento de dados que a estruturação contábil das despesas de serviços de terceiros é bastante diferente considerando os 12 estados analisados.

Isto significa que a forma de contratação das despesas, de repasse de recursos para unidades ou organizações e de registro – considerando ações, elementos e subelementos de despesa – é muito diferente, sendo que por vezes não é possível identificar despesas específicas de transporte escolar ou alimentação, por exemplo, pois alguns estados as classificam com o mesmo subelemento no QDD para transferir recursos aos municípios, e estes é que contratam cada tipo de serviço. A identificação das despesas setoriais neste caso só é possível por meio de relatórios específicos elaborados pelos municípios.

Em outros estados, as despesas setoriais são, em parte, realizadas por servidores do quadro da educação, como merendeiras para serviço de alimentação, ou ainda de outras secretarias estaduais, como no caso da guarda para vigilância dos equipamentos. O volume de serviços contratados pode variar conforme a existência desses quadros estáveis. Há estados que em parte usam os quadros estáveis e em parte contratam serviços. Esta contratação pode ser centralizada na Secretaria da Educação ou descentralizada por diretorias de ensino, ou por repasses a municípios, ou, ainda, diretamente às caixas escolares. Para a identificação de todo o volume de despesas terceirizadas seria necessário, assim, agregar diferentes informações de outros relatórios e bancos de dados para que a comparação fosse fidedigna dos montantes reais despendidos.

Desta forma, a partir do banco de dados que tínhamos disponível ao filtrar as despesas conforme a metodologia já apresentada, para diferentes estados tivemos volumes de recursos gastos muito distintos. O que significa que não conseguimos localizar a totalidade do gasto, mas apenas aquele que é identificado da mesma forma em todos os estados, isto é, pelos subelementos específicos que identificam despesas de alimentação, transporte escolar, limpeza ou vigilância/segurança.

As análises a seguir consideram dados das despesas liquidadas apuradas para cada estado em 2015 e 2016 apresentados nas tabelas 29 e 30, como também os índices calculados levando em consideração a despesa liquidada dividida por número de equipamentos, matrículas ou alunos usuários de transporte escolar, apresentados nas tabelas 33 e 34.

4.1.1. Alimentação escolar

No ano de 2015, a partir dos dados coletados identificamos que as despesas referentes à alimentação escolar variaram de R\$ 1,9 milhões a R\$ 655 milhões, conforme apresentado na **Tabela 29**, mais adiante. O valor zerado na tabela corresponde ao estado H, que não enviou os dados desse ano.

Para melhor análise dessas despesas, dividimos os estados em dois grupos. No primeiro estão os quatro estados que possuem despesas acima de R\$ 100 milhões: estados K, G, F e o C. Embora tenha sido o estado com o maior valor absoluto de despesa com alimentação, o estado K é apenas o quarto quando o valor é ponderado pela quantidade de matrículas, apresentando uma despesa anual per capita de R\$ 165,69, índice apresentado na **Tabela 33**.

É possível que o valor ponderado pelas matrículas no estado K seja mais baixo que os demais em função da grande quantidade de serviço contratado, que permite ganhos de escala na negociação de contratos de grande volume de recursos. Além disso, neste estado

não foi possível a identificação da despesa pelos subelementos específicos.

O estado G também tem um volume importante de despesa com alimentação escolar, com despesa per capita anual de R\$ 373,55, sendo o segundo maior. Neste caso, a Secretaria Estadual de Educação repassa os recursos para contratação de gêneros alimentícios para as escolas estaduais, e estas contratam instituições privadas sem fins lucrativos. A despesa é contabilizada como gasto com essas instituições privadas, mas é possível identificar que se refere à alimentação escolar quando cruzamos o programa de trabalho, que é específico para este fim na classificação orçamentária do estado.

O estado F é o que apresenta o maior gasto per capita anual, com R\$ 424,32. Ele despense realmente um volume importante dos recursos estaduais com merenda escolar, conforme relato técnico da secretaria. Há cinco modalidades diferentes de contratação da merenda escolar neste estado, isto é, a contratação da merendeira, do gênero alimentício, neste caso com recursos de transferência federal (para preparo da merenda pela merendeira), de gêneros alimentícios da agricultura familiar (pão e leite), do serviço de alimentação escolar completo, e por fim, de gás de cozinha.

O estado C, entre os quatro, tem o menor volume de despesa liquidada e per capita anual de R\$ 78,46. Porém, os pesquisadores apuraram que a despesa deste estado é maior que a identificada neste banco de dados, visto que é repassada aos municípios, em conjunto com outros recursos, no subelemento de subvenção, que congrega esta e outros vários tipos de despesa. Desta forma, não nos é possível identificar aqui a totalidade específica da despesa de alimentação escolar do estado C.

No ano de 2016, nesse primeiro grupo de estados, vale apontar que as despesas com alimentação do estado K cresceram 11%, ao passo que as dos estados G e F decrescem 9% e 16%, respectivamente.

Um segundo grupo de estados possui despesas com alimentação entre R\$ 1,9 e R\$ 100 milhões,

conforme a Tabela 29. Este grupo congrega os demais estados, isto é, A, B, D, E, I, J e L.

Neste grupo, o estado A tem o maior valor de despesa liquidada, cerca de R\$ 67 milhões; porém, quando consideramos o gasto per capita, este valor é de R\$ 76,74, inferior a outros vários estados, visto que o estado A tem muitas matrículas. De fato, é provável que o valor identificado de despesas liquidadas esteja subestimado, visto que, apesar de esta despesa ser majoritariamente terceirizada, ou seja, toda identificável nos elementos de serviços de terceiros, a contratação de pessoal terceirizado é feita pela Secretaria Estadual, enquanto a compra dos gêneros alimentícios o é pelas escolas. Além disso, o recurso é repassado a estas no subelemento de transferência a entidades sem fins lucrativos, o que não nos permite perfeita identificação de toda a despesa, pois este subelemento congrega várias outras despesas.

O estado B tem volume de despesa liquidada muito próximo ao A, R\$ 67 milhões; porém, quando consideramos o volume per capita, este é bem maior – R\$ 247,13 em 2015. Isto pode referir-se a duas questões: primeira, o estado B é de menor porte em relação ao A em termos de rede estadual de educação, o número de matrículas é cerca de $\frac{1}{4}$ do outro e o volume de despesas de alimentação escolar está sendo considerado na integralidade, visto que neste estado esta despesa é totalmente terceirizada e contratada pela SEE. Assim, ao filtramos o elemento de serviços de terceiros e os subelementos de alimentação, provavelmente localizamos a despesa, diferente do estado A, cuja despesa está subestimada e tem muito mais matrículas, o que leva artificialmente a um per capita menor em nossa tabela. As despesas do estado B aumentaram cerca de 14% em 2016 neste item, pelo que podemos entender, em função da priorização dessas despesas, já que não houve aumento de matrículas.

O estado D tem uma despesa liquidada de aproximadamente R\$ 17 milhões e um per capita de R\$ 67,88. Este volume é realmente menor que os demais, visto que tem menor

número de matrículas, mas, ainda assim, seu número de matrículas é próximo ao do estado B. O que pudemos identificar em conversas com os técnicos é que também neste estado os recursos são repassados às escolas e possivelmente não há total especificidade nos subelementos utilizados para alimentação escolar.

O estado E apresenta uma despesa liquidada mais baixa, isto é, de R\$ 15,6 milhões, e um per capita de R\$ 25,15; porém, apuramos que o estado faz tanto a contratação direta de merenda quanto a transferência de recursos para as unidades escolares. Portanto, é possível que a despesa de transferência não esteja corretamente captada. Sendo assim, o volume de gastos está possivelmente subestimado. Este estado teve redução importante desses gastos em 2016 em função da menor disponibilidade de recursos.

O estado I é, ainda, aquele com menor valor liquidado per capita, com uma despesa anual de apenas R\$ 8,36. Conforme conversa com técnicos deste estado, os recursos para contratação da merenda são repassados às escolas e aparecem no banco de dados como transferências, sem que seja possível identificar por subelemento. Assim, a despesa aqui identificada é apenas um pequeno extrato de alguns poucos contratos diretos. Este estado também teve retração de recursos, reduzindo a despesa identificada com merenda em 2016.

Já o estado J apresenta uma despesa per capita de R\$ 64,84 em 2015, que é elevada para R\$ 113,67 em 2016, conforme as Tabelas 33 e 34. Neste caso, conforme relatado por técnicos do estado, esta elevação se deu de forma pontual, principalmente porque houve sobra de recursos da fonte FNDE de 2015 que foram utilizados em 2016, e, além disso, houve mudança de gestão da secretaria, com alterações consequentes para esta despesa. O estado J tem merendeiras efetivas, e os contratos de alimentação estão mais voltados aos gêneros alimentícios do que ao serviço de merenda.

Por fim, o estado L apresenta despesas liquidadas de R\$ 24 e R\$ 28 milhões em 2015 e

2016, respectivamente (tabelas 29 e 30) e per capita de R\$ 134,49 e R\$ 166,91 nesses dois anos (tabelas 33 e 34). No entanto, a despesa total com alimentação é maior se consideramos que há ainda mais de 5.400 servidores efetivos alocados nessa função e também para a limpeza escolar e vigilância (merendeiras, auxiliares de serviços gerais e vigias/guarda da escola). Assim, as merendeiras pagas pela folha de pagamento, em conjunto com todos os outros servidores, não estão sendo consideradas quando filtramos os serviços de terceiros.

Em relação às comparações de despesas entre 2015 e 2016, é importante considerar que há grande volatilidade ao considerar apenas dois pontos no tempo, e, assim, para uma análise de trajetória de gastos, serão necessários mais exercícios.

4.1.2. Limpeza escolar

No ano de 2015, os valores aplicados em despesas de limpeza, asseio e higiene variaram de R\$ 554 mil a R\$ 353 milhões, conforme a Tabela 29. O estado H teve valor zero e não integra a base de dados de 2015, uma vez que não foram enviados dados relativos a esse período, assim como o estado I, que não possui nenhum subelemento relacionado às despesas com limpeza para o mesmo ano. A ausência de despesas identificadas com subelementos relacionados à limpeza escolar não indica a inexistência de gastos para este fim, já que estes podem ter sido realizados e classificados de outras maneiras, conforme será discutido na Seção 5.

Há três estados que possuem despesas acima de R\$ 100 milhões, conforme a Tabela 29, sendo estes: K, G e A. Os valores observados parecem respeitar o montante de receitas correntes destes entes federados (**Tabela 21**) e, ademais, estas despesas temáticas ocupam patamares de 3,29%, 12,16% e 10,16%, respectivamente, em relação às outras despesas correntes das Secretarias Estaduais de Educação correspondentes. Ao analisar que a aplicação de R\$ 352 milhões do estado K representa um pequeno percentual em relação às outras despesas correntes, cabe destacar a

possibilidade de que esta ocorrência se dê pela ausência de identificação de parte das despesas com limpeza na execução orçamentária, assim como pela execução de parte desta atividade com servidores de carreira. Este resultado aparece no baixo valor aplicado por equipamento pelo estado K, no montante de R\$ 62 mil, enquanto os dois outros estados aplicam um valor médio acima de 100 mil (**Tabela 32**).

O estado A apresenta uma despesa liquidada de aproximadamente R\$ 153 milhões e R\$ 97 milhões em 2015 e 2016, um dos maiores valores por equipamentos, R\$ 115 mil em 2015 e R\$ 75 mil em 2016. Pelo que pudemos apurar em conversa com o técnico do estado, esta despesa é terceirizada no estado A e o valor de despesa aqui apresentado é fidedigno ao que de fato é gasto.

O estado G tem uma despesa de R\$ 136 milhões em 2015 com limpeza escolar e R\$ 117 milhões em 2016, para cerca de 1.300 equipamentos. O volume de recursos é reduzido de um ano para o outro em função da retração econômica e fiscal do estado, segundo relato técnico. Os valores por equipamento variam de R\$ 100 a R\$ 88 mil e são coerentes com o outro estado do mesmo grupo, A, e inferior ao K. Porém, a despesa do estado G foi identificada em sua totalidade quando cruzamos programa de trabalho e subelemento de despesa, e, como dito, a despesa do estado K está provavelmente subestimada.

No grupo seguinte há três estados – E, B e F – com despesas de R\$ 20 a R\$ 100 milhões. O estado B destaca-se com despesas de R\$ 70,8 milhões, o equivalente a 17,57% das outras despesas correntes da Secretaria Estadual de Educação, o que representa um gasto elevado. Neste caso, há contratos terceirizados de locação de mão de obra para esta despesa, o que está sendo identificado corretamente pelo banco de dados. Por sua vez, os estados E e F aplicam 6,02% e 8,2% das outras despesas correntes¹⁴ em

contratos com limpeza, um gasto por equipamento de R\$ 31 mil e R\$ 76 mil respectivamente, conforme as tabelas 33 e 34. Este padrão observado difere do estado B, que apresenta uma despesa média de R\$ 143,7 mil por equipamento. Com relação ao estado E é possível que isto se explique pelo fato de parte da despesa ser feita ainda por servidores, conforme relatado por técnicos do estado. Já no caso do estado F a despesa de limpeza, assim como no estado B, também é totalmente contratada, a maior parte de forma centralizada e uma menor repassada para contratação das unidades. A diferença de valor por equipamento pode se dar pela forma de contratação, porte e número de empresas prestadoras de serviço em cada um dos dois estados.

Os últimos quatro estados possuem despesas inferiores a R\$ 5 milhões, conforme a Tabela 30. Neste caso, levantam-se hipóteses sobre dificuldades de classificação da despesa, uma vez que o valor médio por equipamento mais alto é do estado D, com R\$ 10,9 mil, enquanto os estados C, L e J registram montantes anuais de R\$ 1,0 mil, R\$ 1,6 mil, e R\$ 1,5 mil respectivamente. A contabilização da despesa não corresponde à receita corrente, a outras despesas correntes das Secretarias Estaduais de Educação ou à quantidade de estabelecimentos de educação.

Buscando entender essas discrepâncias, o grupo apurou com técnicos do estado D que parte da despesa com limpeza escolar é realizada por servidores efetivos do estado; assim, o que estamos identificando neste relatório é uma despesa parcial e subestimada.

Em relação ao estado C, verificou-se com os técnicos que também para este estado não é possível identificar a despesa pelo subelemento específico. Apenas parte do serviço é centralizada, o maior volume é executado pelas regionais e também descentralizada para as escolas, sendo a transferência feita a título de

¹⁴ Este cálculo foi feito com base nos dados de despesas correntes apresentados na parte A deste relatório.

subvenção social. Desta forma não é possível distinguir esta despesa de outras, como merenda escolar, apenas utilizando os dados do QDD.

Já os estados J e L também utilizam servidores efetivos para a limpeza escolar, que estão agregados com os outros servidores na folha de pagamento, e contratam os produtos de limpeza. Desta forma não é possível fazer a identificação por subelemento, conforme relato técnico.

Em 2016 a análise não se altera significativamente. Para além da inclusão dos dados dos estados H e I, há o registro da queda das despesas com limpeza nos estados G e A, com redução de R\$ 18 milhões e R\$ 56 milhões respectivamente. A redução não retira esses estados do grupo com maiores volumes de recursos aplicados, mas o valor aplicado por equipamento do estado K passa a ser mais próximo do aplicado por este grupo. Se em 2015 a diferença era de mais de R\$ 50 mil por equipamento, entre o estado A e o K, por exemplo (**Tabela 33**), em 2016 passa para R\$ 18 mil, entre o estado G e o K, por exemplo, (**Tabela 34**). Segundo relato de técnicos dos dois estados as despesas tiveram que ser realmente reduzidas em função da menor disponibilidade de recursos.

No grupo com despesas entre R\$ 20 e R\$ 100 milhões não houve alteração significativa, uma vez que os três estados – B, E e F – apresentaram uma taxa média de crescimento de 8,3% nas despesas com limpeza escolar.

No último grupo, os estados com aplicação inferior a R\$ 5 milhões, foram incluídos os estados H e I, ambos com valores extremamente baixos, R\$ 360 mil e R\$ 4,4 mil respectivamente, correspondendo a um valor por equipamento de R\$ 594,38 e R\$ 10,53. No caso do estado H esta contratação é feita diretamente pela SEE, já o estado I transfere recursos para contratação pelas escolas, segundo relato dos técnicos. Infelizmente não é possível fazer a identificação total dessas despesas pelo subelemento, assim como no caso da merenda, então isto pode

explicar a diferença de valores. Em relação aos demais estados há a permanência de valores baixos por equipamento; o estado C registrou R\$ 1,1 mil por equipamento e reconheceu que tais despesas não seriam identificadas pela metodologia adotada. Nos estados D, L e J, que registraram 11,5 mil, R\$ 2,4 mil, e R\$ 1,6 mil respectivamente, além da dificuldade de localizar tais despesas com contratos, há também o registro de que parte dos serviços é executada por servidores públicos. Por fim, registra-se que o crescimento de 51% dos recursos contabilizados pelo estado L não foi suficiente para ampliar significativamente o patamar de despesa por equipamento, conforme mostra a Tabela 34.

4.1.3. Segurança/Vigilância

A análise dos índices elaborados a partir das despesas liquidadas e equipamentos escolares para a área temática de segurança aponta informações bastante diversas. A diferença entre o maior valor por equipamento (R\$ 132.146,04, do estado A em 2016, Tabela 30) e o menor valor por equipamento (R\$ 25,20, do estado C em 2015, Tabela 29) é de mais de 72.000%, o que indica provável problema na sistematização e/ou coleta dos dados orçamentários, como já viemos apontando.

Para encontrar algum ponto comum de análise, os estados foram divididos em intervalos de classe, considerando o número médio de matrículas por equipamento. Assim, foram formados quatro grupos:

- 1) De 329 a 425 matrículas por equipamento: estados L e H;
- 2) De 425 a 522 matrículas por equipamento: estados I e J;
- 3) De 522 a 618 matrículas por equipamento: estados B, C, G e F;
- 4) De 618 a 714 matrículas por equipamento: estados A, D, K e E.

Com base nesta divisão, foram levantadas algumas observações. Para o primeiro grupo

não foi possível estabelecer uma comparação, pois não foram identificados gastos na área de segurança e vigilância para o estado H. No que diz respeito ao estado L, temos que a despesa liquidada em 2015 e 2016 foi de R\$ 159 mil e R\$ 184 mil respectivamente. Os índices de despesa de segurança por equipamento são de R\$ 313,44 e R\$ 358,32 em 2015 e 2016. É o terceiro menor índice entre todos os 11 estados apurados para esta despesa; porém, conforme levantado junto aos técnicos da SEE, a segurança das escolas é realizada por servidores efetivos, sendo que os contratos de terceirização são apenas para a sede da secretaria. Assim, este volume apresentado não identifica a totalidade do gasto.

O segundo grupo é composto pelos estados I e J que, em 2015, apresentaram um índice de despesa per capita de R\$ 3.643,24 e R\$ 33.360,64, e, em 2016, de R\$ 3.782,53 e R\$ 53.317,69, representando uma variação no período de 4% para estado I e 60% para o estado J. O estado J apresentou despesa per capita 9 vezes superior à do estado I em 2015 e 14 vezes em 2016. O volume de despesa com segurança do estado J pode ser ainda mais relevante se consideramos que neste ainda há alguns servidores efetivos responsáveis por segurança na folha (apesar de poucos) e o estado I só tem contratos terceirizados para esta finalidade. Além disso, os contratos terceirizados para segurança no estado J são todos centralizados na secretaria, enquanto I transfere recursos para contratação descentralizada pelas escolas. Essas diferenças de modelos de gestão de serviço podem explicar parte da diferença da despesa, além da dificuldade de identificação por subelementos desta despesa no caso de I, que é descentralizado. Assim, o estado I provavelmente apresenta um montante de despesa subestimado, dado que a execução orçamentária é realizada de maneira descentralizada, com a contratação conduzida no âmbito da escola, e uma prestação de contas paralela, não atrelada ao orçamento.

Para o terceiro grupo, composto pelos estados C, B, G e F, é possível apontar discrepâncias em

relação aos valores do estado C (R\$ 18,15 para 2015 e R\$ 25,20 para 2016), independente da comparação com os demais estados do grupo. Se apurado o valor mensal médio, obtém-se a importância de apenas R\$ 1,51 e R\$ 2,10 de valores liquidados por equipamento em 2015 e 2016 respectivamente.

Com relação aos modelos de gestão de segurança neste grupo, é importante mencionar que há diferenças relevantes que podem ajudar a entender as discrepâncias de valores. No estado C tudo é terceirizado. Há três tipos de contratos; nos dois primeiros a contratação é direta pela Secretaria de Educação: um modelo contrata empresas especializadas para atuar com equipes fixas em escolas mais vulneráveis, enquanto o outro é um contrato de monitoramento de um grupo de escolas em que uma equipe é acionada em caso de ocorrência, e há também transferência de recursos, como subvenção social, às caixas escolares para que as unidades façam a contratação diretamente. Como já indicado nos outros casos, não conseguimos identificar este valor no atual banco de dados.

Ainda neste terceiro grupo, outro valor que chama a atenção refere-se ao montante gasto por equipamento no estado B, em comparação com os gastos por equipamento do estado F, os quais chegam a ser mais que o triplo em 2015 (R\$ 122 mil, estado B; R\$ 38 mil, estado F). Quanto a esta questão, é possível que parte da diferença resida no fato de que o estado B não tem nenhum convênio com a Secretaria de Segurança ou com a guarda patrimonial, e contrata todo o serviço de vigilância, seja por locação de mão de obra ou equipamentos de videomonitoramento para as escolas. Já o estado F, além da despesa com contratos de terceirização da vigilância, tem convênio com a guarda patrimonial, que não está alocado orçamentariamente na Secretaria de Educação do estado.

Por fim, ainda em relação a esse grupo, no estado G vale destacar a queda de 87% dessa despesa, que passou de R\$ 64,5 em 2015 para R\$ 8 milhões em 2016. Segundo relato técnico,

os serviços terceirizados de segurança tiveram que ser quase completamente rescindidos em função da grande queda de arrecadação em 2016. Há fora da SEE outros programas que preveem apoio à segurança escolar (convênio com as Secretarias de Segurança Pública – SSP); no entanto, os recursos para este programa não estão alocados no orçamento da Secretaria.

O quarto grupo, formado pelos estados A, D, K e E, também apresenta dados bem diversos, compreendendo valores por unidade anual de R\$ 48,18 do estado D em 2016 a R\$ 132.146,04 do estado A, também em 2016, contabilizando uma diferença de mais de 27.000%. Neste caso, pesa o fato de que o estado A terceiriza toda a segurança das escolas, e o estado D tem convênio com a Guarda Patrimonial, com alocação orçamentária na Secretaria de Administração. Além das consideráveis disparidades encontradas entre os estados, também foram identificadas grandes variações de um ano para outro para o mesmo estado, o que pode ser explicado por conta da crise econômica observada no período analisado, a saber: -84% para o estado D; -52% para o estado E; e -50% para o estado K. A única exceção é o estado A, que teve uma variação positiva de 0,3%.

Em todos os grupos, à exceção dos estados C, J e L, a despesa com contratos de vigilância e segurança caiu ou se manteve equivalente, pressionada pela queda de arrecadação, o que levou ao aumento de convênios com guardas patrimoniais ou policiamento do estado (gastos fora da Secretaria de Educação), ou ainda à própria redução do serviço.

4.1.4. Transporte escolar

A despesa com transporte escolar representa o maior valor liquidado dentre as quatro áreas temáticas se consideradas as despesas liquidadas em cada um dos 12 estados analisados, tanto em 2015 quanto em 2016, o mesmo aplicando-se à merenda escolar. Para o transporte parte dos recursos é transferida pelo governo federal via FNDE.

Analisando as tabelas 33 e 34 com os índices de despesa liquidada em transporte escolar por

usuário poderíamos dividir os estados em três grupos, considerando os valores de 2016:

- 1) Estados B, J, K e L de R\$ 1.698,19 a R\$ 2.808,08;
- 2) Estados A, C, E e F de R\$ 265,39 a R\$ 713,66;
- 3) Estados D, G, H e I de R\$ 12,03 a R\$ 196,35.

Quando analisamos o transporte escolar, é importante destacar que não necessariamente maior número de usuários determina maior investimento. O estado K é o que possui maior volume de despesa liquidada com transporte escolar, e também conta com grande número de usuários; no entanto, esta relação não se mantém quando consideramos a comparação de despesas com o estado G, que tem o maior número de usuários de transporte escolar entre todos os estados mas baixo valor investido por estudante. Assim, vemos que em K a diferença é quase 16 vezes maior, variando de R\$ 2.686,21 em K (2015) a R\$ 169,69 (2015) em G. Possivelmente, isto se dá pelo maior número de regras de atendimento especial de transporte de alunos em K, além do próprio custo superior do transporte neste estado. O estado G tem atendimento de transporte urbano e transporte rural; no primeiro caso a despesa é majoritariamente com concessionários para pagamento de vale-transporte; já no transporte rural as despesas são descentralizadas e cada escola faz seus próprios contratos, e a transferência é, então, para instituições privadas sem fins lucrativos. No banco de dados é possível identificá-las, pois há um programa de trabalho específico para esse transporte no estado.

Ainda no primeiro grupo, o estado B tem uma despesa bastante relevante, considerando ser ele o 8º estado em número de usuários, apresentando um gasto per capita de R\$ 1.786,90 em 2015. Os contratos deste programa são descentralizados e realizados pelos municípios. Nesses casos, o estado transfere os recursos por meio do Programa Estadual de Transporte Escolar – Pete.

Os estados J e L apresentaram em 2015 despesa per capita de R\$ 2.238,46 e R\$ 1.735,56 respectivamente, sendo que J tem 43,8 mil usuários e L, 34,5 mil. Segundo relato técnico, o estado J faz uma grande licitação para transporte, isto é, o estado contrata diretamente, que é a preferência dos prefeitos municipais neste estado. Apesar disso, há uma expectativa de que a partir de 2019 isto mude para conveniamento. Já o estado L transfere recursos para os municípios fazerem a contratação.

No segundo grupo, o estado de maior despesa per capita é o C, com valor anual de R\$ 704,70. É também o estado que tem o maior número de usuários dentre os quatro do grupo. As despesas per capita dos outros três estados são mais próximas, sendo em 2015 os valores de R\$ 443,26, para o estado A, R\$ 438,01 para o estado E, e R\$ 344,98 para o estado F. No entanto, o estado A tem quase o dobro de usuários de E e cerca de 30% a mais que F (178 mil em A e 97 mil em E, e 139 mil usuários em F). Os modelos de contratação de transporte escolar dos três estados são distintos. Enquanto o estado A tem duas modalidades de contratação (núcleos que contratam empresas, na SEE; e convênios com municípios para contratação), o estado E tem uma, que é o convênio com municípios para que estes contratem, e o estado F tem várias modalidades de contratação, isto é, direta pelo estado, pelas caixas escolares dos municípios,

transporte indígena (dentro do programa Pete), transporte rural, quilombola, e repasse de recursos para transporte para escolas profissionalizantes.

O terceiro grupo apresenta valores de despesa per capita substancialmente inferiores aos do primeiro. Neste grupo as despesas per capita dos estados H e I, cujos valores são inferiores a R\$ 20,00, estão provavelmente subestimados, visto que estes estados realizam transferências para municípios e escolas para a contratação do transporte e o subelemento não permite a identificação adequada. O estado G, conforme já comentado, tem o maior número de usuários, mas baixo gasto per capita, utilizando modalidades distintas de transporte urbano e rural.

4.2. Resultados das áreas temáticas

Nas tabelas a seguir são apresentadas informações sobre despesas liquidadas pelas áreas temáticas utilizadas em toda a análise anterior.

4.2.1. Despesas liquidadas

As tabelas 29 e 30 a seguir apresentam as despesas liquidadas pela amostra de estados, por áreas temáticas, nos anos de 2015 e 2016. Estas tabelas foram comentadas nas análises do item 4.1.

Tabela 29. Despesas liquidadas por área temática. Estados selecionados, 2015.

Áreas temáticas – Liquidado (em R\$)				
Ano/Estado	Segurança/Vigilância	Limpeza	Alimentação	Transporte
	2015			
	378.663.251,90	828.908.827,98	1.569.957.943,78	2.033.676.736,90
A	173.947.269,07	152.812.984,65	67.037.231,06	79.043.760,86
B	60.622.836,00	70.863.490,00	66.929.035,00	89.811.257,00
C	66.326,41	3.840.167,96	163.811.737,70	267.595.777,58
D	110.779,48	3.974.130,59	16.930.971,07	8.005.726,21
E	6.021.202,01	27.152.128,79	15.619.904,58	42.365.836,63
F	39.920.852,83	80.254.825,99	259.622.952,67	47.939.132,52
G	64.544.398,98	135.718.016,03	288.666.050,46	102.893.901,84
H	-	-	-	-
I	1.603.026,88	-	1.910.550,13	540.547,36
J	11.809.667,68	554.150,84	10.651.046,62	98.091.603,35
K	31.667.331,14	352.909.696,23	655.097.616,04	1.237.463.823,28
L	159.229,10	829.236,90	23.680.848,45	59.925.370,27

Elaborado pelos autores com base no banco de dados composto a partir dos QDD estaduais. O estado H só apresenta dados liquidados para o ano de 2016.

Tabela 30. Despesas liquidadas por área temática. Estados selecionados, 2016.

Áreas temáticas – Liquidado (em R\$)				
Ano/Estado	Segurança/Vigilância	Limpeza	Alimentação	Transporte
	2016			
	302.529.663,57	820.121.262,62	1.736.636.003,97	1.762.492.833,52
A	169.411.221,98	96.700.794,52	75.239.063,04	66.842.946,83
B	47.982.713,00	74.210.629,00	75.280.116,00	91.073.960,00
C	91.819,75	4.115.311,69	280.499.020,22	104.227.669,28
D	17.440,83	4.198.448,42	20.004.302,24	7.339.029,01
E	2.847.925,29	27.490.320,47	9.983.551,04	64.417.480,07
F	37.586.450,01	92.578.364,64	214.776.586,97	59.954.982,88
G	8.046.118,56	116.848.648,38	264.292.620,27	101.675.881,99
H	-	360.789,51	19.761.776,30	724.334,01
I	1.588.660,95	4.423,79	1.384.415,74	572.225,69
J	18.874.463,92	592.262,65	18.155.062,42	123.797.189,87
K	15.899.033,03	401.757.585,77	729.117.859,63	1.066.651.299,25
L	183.816,25	1.263.683,78	28.141.630,10	75.215.834,64

Elaborado pelos autores com base no banco de dados composto a partir dos QDD estaduais.

4.2.2. Unidades escolares e público das políticas educacionais (em unidades)

Nas tabelas 31 e 32 são apresentados os quantitativos de público utilizados para a

construção dos indicadores síntese a partir das despesas liquidadas. Estes correspondem ao número de equipamentos escolares, total de matrículas e, por fim, ao número de alunos usuários de transporte escolar.

Tabela 31. Unidades escolares e público das políticas educacionais. Estados selecionados, 2015

Estado	Público das políticas educacionais (em unidades)		
	Equipamentos	Matrículas	Alunos usuários Transporte
	16.700	10.255.698	2.125.973
A	1.320	873.565	178.323
B	493	270.821	50.261
C	3.655	2.087.852	379.728
D	364	249.415	43.809
E	875	621.106	96.724
F	1.050	611.860	138.962
G	1.335	772.773	606.349
H	616	245.641	61.893
I	440	228.467	30.903
J	354	164.256	43.821
K	5.690	3.953.859	460.672
L	508	176.083	34.528

Elaborado pelos autores com base no Censo Escolar da Educação Básica (2015).

Tabela 32. Unidades escolares e público das políticas educacionais. Estados selecionados, 2016.

Estado	Público das políticas educacionais (em unidades)		
	Equipamentos	Matrículas	Alunos usuários Transporte
	16.616	10.290.468	2.013.007
A	1.282	871.741	176.668
B	481	266.681	53.630
C	3.643	2.137.891	392.730
D	362	257.923	45.467
E	856	611.508	90.264
F	1.057	602.703	135.103
G	1.324	773.443	517.842
H	607	240.788	60.233
I	420	217.077	28.896
J	354	159.718	44.086
K	5.717	3.982.390	436.153
L	513	168.605	31.935

Elaborado pelos autores com base no Censo Escolar da Educação Básica (2016).

4.2.3. Índices elaborados a partir dos dados de unidades escolares, público e despesa liquidada

Nas tabelas 33 e 34 são apresentados os índices sintéticos elaborados a partir da razão entre a despesa total liquidada anual e o quantitativo de unidades escolares e público beneficiado

por ano. Os valores finais representam a despesa liquidada em cada área temática por unidade beneficiada (escola ou aluno/o). Essas duas tabelas foram utilizadas nas análises apresentadas no item 4.1. A Tabela 35 apresenta o comparativo com a variação anual dos índices encontrados.

Tabela 33. Índice de despesa liquidada. Estados selecionados, 2015.

Ano/ Estado	Índices = Liquidado/Indicadores (em R\$)			
	Segurança-Vigilância/ Qtde. Equipamentos	Limpeza/ Qtde. Equipamentos	Alimentação/ Qtde. Total de Matrículas	Transporte/ Qtde. Alunos Usuários Transporte
	2015			
	22.674,45	49.635,26	153,08	956,59
A	131.778,23	115.767,41	76,74	443,26
B	122.967,21	143.739,33	247,13	1.786,90
C	18,15	1.050,66	78,46	704,70
D	304,34	10.917,94	67,88	182,74
E	6.881,37	31.031,00	25,15	438,01
F	38.019,86	76.433,17	424,32	344,98
G	48.347,86	101.661,44	373,55	169,69
H	-	-	-	-
I	3.643,24	-	8,36	17,49
J	33.360,64	1.565,40	64,84	2.238,46
K	5.565,44	62.022,79	165,69	2.686,21
L	313,44	1.632,36	134,49	1.735,56

Elaborado pelos autores com base no banco de dados composto a partir dos QDD estaduais. O estado H só apresenta dados liquidados para o ano de 2016.

Tabela 34. Índice de despesa liquidada. Estados selecionados, 2016.

Ano/ Estado	Índices = Liquidado/Indicadores (em R\$)			
	Segurança-Vigilância/ Qtde. Equipamentos	Limpeza/ Qtde. Equipamentos	Alimentação/ Qtde. Total de Matrículas	Transporte/ Qtde. Alunos Usuários Transporte
	2015			
	18.207,13	49.357,32	168,76	875,55
A	132.146,04	75.429,64	86,31	378,35
B	99.756,16	154.284,05	282,29	1.698,19
C	25,20	1.129,65	131,20	265,39
D	48,18	11.597,92	77,56	161,41
E	3.327,02	32.114,86	16,33	713,66
F	35.559,56	87.585,96	356,36	443,77
G	6.077,13	88.254,27	341,71	196,35
H	--	594,38	82,07	12,03
I	3.782,53	10,53	6,38	19,80
J	53.317,69	1.673,06	113,67	2.808,08
K	2.781,01	70.274,20	183,09	2.445,59
L	358,32	2.463,32	166,91	2.355,28

Elaborado pelos autores com base no banco de dados composto a partir dos QDD estaduais.

Tabela 34. Análise comparativa dos índices de despesa liquidada. Estados selecionados, 2016/2015

Ano/ Estado	Variação Índices = Liquidado/Indicadores (em R\$)			
	Segurança-Vigilância/ Qtde. Equipamentos	Limpeza/ Qtde. Equipamentos	Alimentação/ Qtde. Total de Matrículas	Transporte/ Qtde. Alunos Usuários Transporte
	2016/2015			
	-19,7%	-0,6%	10,2%	-8,5%
A	0,03	-0,35	0,12	-0,15
B	-0,19	0,07	0,14	-0,05
C	0,39	0,08	0,67	-0,62
D	-0,84	0,06	0,14	-0,12
E	-0,52	0,03	-0,35	0,63
F	-0,06	0,15	-0,16	0,29
G	-0,87	-0,13	-0,09	0,16
H	-	-	-	-
I	0,04	-	-0,24	0,13
J	0,60	0,07	0,75	0,25
K	-0,50	0,13	0,11	-0,09
L	0,14	0,51	0,24	0,36

Elaborado pelos autores com base no banco de dados composto a partir dos QDD estaduais.

Nas próximas subseções serão apresentadas reflexões sobre as despesas setoriais mapeadas em cada um dos estados.

5. Reflexões sobre as despesas setoriais mapeadas

Os dados de despesas liquidadas obtidos para cada uma das áreas temáticas, assim como os índices elaborados (despesa total anual/número de equipamentos ou usuários), apontam para a existência de grandes discrepâncias no padrão de gastos, exemplificadas pela existência de estados com grande número de beneficiários e baixo investimento anual, como é o caso do estado G, nos gastos relativos ao transporte escolar, em razão do abismo existente entre as despesas realizadas pelo estado K, que lidera os gastos em todas as áreas no período analisado, com exceção de segurança/vigilância, e as demais unidades federativas; e, por fim, profundas diferenças também na aplicação de recursos, dado que os estados que possuem os maiores montantes de recursos orçamentários – notadamente os estados K, G, C e B – não correspondem, necessariamente, ao maior aporte de recursos per capita nas despesas específicas das políticas públicas analisadas.

Os dados disponíveis por meio do banco de informações, conforme apresentado na análise de cada despesa, têm limitações para que se possa avançar analiticamente em cruzamentos que expliquem tais padrões de gastos observados. Ao analisar esses dados, a equipe de pesquisa realizou o esforço de levantar um conjunto de hipóteses explicativas para as discrepâncias observadas nas despesas dos estados. Depois, buscamos dialogar com técnicos dos estados pesquisados sobre a pertinência das hipóteses formuladas. A maioria foi confirmada, ainda que em alguns casos parcialmente, durante as videoconferências realizadas em fins de julho de 2018. O que percebemos é que as hipóteses a seguir relatadas podem não ocorrer para todas as despesas em todos os estados, mas ocorrem

pelo menos para alguns estados nos quatro tipos de despesas.

A **primeira hipótese** é a de que os distintos padrões e montantes de recursos aplicados pela amostra de estados sejam motivados pela existência de múltiplas formas de contratação dos bens e serviços de alimentação escolar, limpeza, segurança/vigilância e transporte escolar. Como apresentado nas análises, esta hipótese foi totalmente confirmada. Dentre os 12 estados analisados é possível identificar variados tipos e modalidades de contratações para o mesmo serviço, seja alimentação escolar, transporte, limpeza ou vigilância. Há contratações centralizadas de um único tipo de serviço (contrato do serviço completo de limpeza das escolas), ou centralizadas, pela Secretaria Estadual de Educação, de dois tipos de serviço (contratos da locação de mão de obra e dos produtos de limpeza), ou contratações mistas, isto é, parte centralizada e parte do recurso transferido para contratação pelos municípios. Ainda, no caso de alguns estados, o serviço é totalmente descentralizado para contratação por regionais ou pelas caixas escolares dos municípios.

Além disso, ocorre também em alguns estados que parte das despesas é absorvida por servidoras e servidores de carreira já existentes nos estados. Assim, por exemplo, tem-se que alguns serviços, como a ronda escolar, no caso das despesas com segurança/vigilância, são absorvidos pelo efetivo de servidores já incorporado pelo estado, como a guarda patrimonial, alocada orçamentariamente na Secretaria de Administração ou Segurança Pública, não resultando, portanto, na contratação de vigilância privada. No âmbito dos municípios há também a possibilidade de que esta absorção esteja sendo realizada, sobretudo, com o trabalho desenvolvido por guardas civis metropolitanos ou Municipais.

Esta alocação de gastos em outra secretaria condiciona a **segunda hipótese**, formulada pelo grupo, de que haveria a possibilidade de que parte das despesas realizadas para a

contratação de bens ou serviços das quatro áreas destacadas possa estar sendo gerida e contabilizada por outra secretaria nos estados (por exemplo, Secretarias de Gestão, Administração, Abastecimento, Planejamento, entre outras). Considerando a impossibilidade de obtenção dos gastos de toda a função educação executada pelos estados pela equipe de pesquisa, a análise realizada concentra-se somente nas despesas liquidadas em todas as funções pelas Secretarias Estaduais de Educação, estando, portanto, subestimadas. Pelo que pudemos perceber nos diálogos das videoconferências, ainda que seja o menor número de casos, há sim despesas realizadas por outras secretarias estaduais para serviços como o de vigilância e segurança. Assim, será preciso futuramente apurar para este grupo e outros agrupamentos de estados ainda não pesquisados quanto está sendo investido em educação pelas outras secretarias estaduais. Ainda sobre esta hipótese, considera-se importante o entendimento, com o apoio de técnicos estaduais, em relação aos critérios adotados para as classificações de despesas em funções e subfunções realizadas pelos órgãos.

O grupo formulou como **terceira hipótese** a possibilidade de que a contabilização de subelementos para a composição dos gastos por área não tenha sido realizada plenamente pela equipe de pesquisa. Ainda que tenha sido feita uma leitura cuidadosa e a validação compartilhada entre todos os integrantes da pesquisa sobre valores utilizados, muitos subelementos presentes na base podem não guardar semelhança com as palavras-chave utilizadas para sua seleção. No caso específico de transporte escolar houve ocorrências como esta, dentre as quais destacamos, a título de exemplo: a existência do subelemento denominado “A MUNICÍPIOS DO ESTADO”, o qual, ainda que não tenha o termo chave da busca, está relacionado ao transporte escolar. Sua inclusão só foi possível após uma leitura

atenta sobre as subfunções relacionadas aos subelementos que, neste caso específico, era a subfunção “transportes especiais”. De fato, durante a videoconferência ficou patente que muitas das despesas são contabilizadas com um único subelemento, como “transferências a instituições privadas sem fins lucrativos” ou “subvenções sociais”, e neste subelemento podem estar despesas de transporte escolar, alimentação e limpeza, que serão contratados por unidades descentralizadas. Assim, ao filtrar os subelementos não temos como aferir cada despesa específica. No caso de alguns estados isto é possível se há programa de trabalho específico para transporte escolar e as outras despesas. Mas quando não há, a única possibilidade é pedir relatórios complementares para cada estado, relatórios estes com diversos padrões de registro segundo o controle de cada estado.¹⁵

A **quarta e última hipótese** é a de que há despesas que não foram identificadas pela equipe de pesquisa, uma que vez que foram padronizadas a partir de nomenclaturas genéricas por parte das Secretarias Estaduais. Como exemplo, despesas realizadas para limpeza e manutenção de escolas podem ter sido classificadas como “serviços de terceiros” ou “locação de mão de obra”, o que impossibilita a identificação da área temática a que, de fato, se referem. Esta hipótese se sobrepõe à anterior, que trata do uso não identificado dos subelementos.

Como já comentado, as hipóteses foram, regra geral, confirmadas em diferentes casos para alguns estados. É relevante mencionar que os registros das despesas considerados em cada uma das hipóteses não estão de forma alguma equivocados, e que, dentro das regras de contabilidade pública nacional, são corretos e legítimos. O ponto que nos concerne é que esta forma de contabilização dificulta a comparação interestadual a partir de um banco de dados nacional, ou mesmo de um banco de dado

¹⁵ É relevante destacar neste ponto que não constitui escopo da presente pesquisa a análise de outros bancos de dados estaduais além dos QDD.

global, a partir dos dados de QDD estaduais, que foi o que fizemos.

A confirmação parcial das hipóteses para este subgrupo de estados leva a crer que, para os demais 15 estados não constantes desta amostra, também pode haver a incidência de registros não identificáveis de serviços de terceiros. Para que possamos ter uma avaliação adequada de validade global destas hipóteses regional e temporalmente são necessárias algumas medidas nas futuras pesquisas.

Primeiro, ampliar a amostra de estados analisados e igualmente a base de dados utilizada na pesquisa de modo a contemplar todas as despesas liquidadas na função educação das demais Secretarias Estaduais (haja vista que nem todas as despesas são alocadas nas SEEs).

Ademais, considera-se como relevante medida ampliar a compreensão sobre os dados gerados, o que inclui investigação sobre quais os sistemas utilizados para o registro, sistematização e compartilhamento de dados, eventuais regras de padronização da execução orçamentária, a composição de cada um dos elementos, dentre outros aspectos. As

videoconferências realizadas com os estados foram fundamentais para perceber as especificidades locais, os diferentes modelos de gestão de contratos e inclusive disponibilidades distintas de pessoal e sistemas de informação.

No entanto, se nosso objetivo é construir parâmetros de comparação de despesas para tomada de decisão e buscar a identificação de custos por equipamentos, torna-se fundamental a análise coletiva e o debate junto aos estados participantes da pesquisa de forma continuada, em grupo permanente, sobretudo para que estes possam refletir sobre a confiabilidade, coerência e pertinência das informações apresentadas, bem como sinalizar e compartilhar a necessidade de ajustes de natureza metodológica ou da revisão das informações primárias recebidas a partir do banco de dados.

Para além disso, acreditamos que a inteligência coletiva, sobretudo relacionada à experiência e vivência destes atores na gestão destas informações, pode ajudar no levantamento de questões, hipóteses e caminhos analíticos que não puderam ser mapeados nem propostos por esta equipe de pesquisadores.

6. Oportunidades de aprimoramento da gestão financeira estadual

A análise das informações sobre gestão e execução orçamentária dos estados participantes da pesquisa permite o compartilhamento de reflexões preliminares sobre aprendizados e possíveis oportunidades de aprimoramento dos processos. Tais aprendizados podem estar relacionados ao trabalho cotidiano interno às Secretarias Estaduais de Educação, e, portanto, restritos ao nível estadual, mas também podem apontar medidas frutíferas que consolidem avanços futuros em prol da padronização nacional de informações orçamentárias com vistas à definição do custo real das políticas de educação no Brasil.

Como primeiro ponto, o estudo tem demonstrado a profunda necessidade de que haja avanços na sistematização e consolidação de dados orçamentários no país. Deste modo, pesquisadoras/es que se dedicam à tarefa de compreender a execução orçamentária de entes federados devem ser cautelosas/os no sentido de checar a confiabilidade dos dados, não os adotando como “bases consolidadas” sobre as despesas.

Para além das diferenças estruturais do volume de receitas e despesas efetivamente aplicadas em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), que variam em função das características econômicas e tributárias de cada estado, há diferentes opções contratuais, portanto, relacionadas à gestão financeira das políticas públicas que tendem a gerar impactos na gestão orçamentária das Secretarias Estaduais de Educação. Tal descompasso pode vir a gerar diversos efeitos no cotidiano orçamentário da política, dentre os quais destacam-se alguns dos observados no âmbito desta pesquisa: ausência de critérios para o

agrupamento de despesas, contabilização de gastos de uma mesma natureza de forma distinta, impossibilidade de proceder ao rateio de despesas para cada etapa educacional, dentre outras dinâmicas. Neste sentido foram identificados desafios analíticos centrais, sobretudo relacionados à adoção de subfunções para a alocação de despesas educacionais nomeadas como “administração geral” ou “educação básica”. Ainda que tais terminologias possam ser úteis para a resolução do desafio de rateio de gastos contratuais, elas acabam por impossibilitar a análise pormenorizada sobre a composição das despesas que estão sob estas classificações. Para além dos prejuízos analíticos identificados no âmbito deste estudo, cabe ressaltar que este tipo de classificação torna extremamente árduo qualquer esforço que vise à transparência e publicidade sobre os atos do governo para as cidadãs e os cidadãos do país. As tendências atuais, sobretudo relacionadas ao governo aberto, indicam que a informação objetiva é um recurso primordial para a participação. É preciso, portanto, caminhar neste sentido.

Para além, os avanços necessários e desejados para que sejam possíveis análises e definições sobre o custo educacional dependem da implementação de critérios que sejam integralmente adotados e partilhados pelos gestores estaduais. Tais critérios devem estar relacionados à adoção de nomenclaturas comuns entre todos os entes para as distintas classificações de despesa – por fonte, natureza, função e institucional – desde o macronível das despesas até seus dados mais granulares, ou seja, os subelementos. É preciso investir também em métodos eficazes de coleta e registro das informações, buscando que estas sejam confiáveis, pertinentes e suficientes. Esta padronização permitirá não somente uma gestão mais precisa das despesas no orçamento, mas também possibilitará a produção de informações relevantes que possam ser compartilhadas e analisadas, vindo a contribuir para a decisão informada nas políticas públicas.

Essas mudanças, no entanto, só se consolidam e perduram pela ação cotidiana das técnicas e técnicos das Secretarias Estaduais de Educação. Sendo assim, consideramos que estes atores devem ser envolvidos, escutados e considerados desde o início. As mudanças propostas devem ser construídas junto a este público em um processo que estimule o compartilhamento de ideias, o mapeamento de entraves, bem como a formulação de possíveis estratégias para o enfrentamento do problema. Para além da realização de oficinas de trabalho, reconhece-se como possibilidade a criação e a manutenção de redes de contato entre representantes estaduais que possibilitem o compartilhamento de práticas implementadas nos contextos estaduais.

Por fim, ainda em relação ao papel dos atores, considera-se como relevante o envolvimento de representantes das Secretarias Estaduais de Finanças, Gestão e Planejamento Econômico dos estados ao longo da implementação dos processos de mudança propostos. A governança vivenciada por membros da equipe de pesquisa

em outros espaços similares demonstra que tais estruturas são centrais na gestão financeira e orçamentária dos entes, sobretudo porque são elas as responsáveis por editar normas, definir sistemáticas de operação, ofertar formação técnica, entre outras dinâmicas locais. Ainda que os processos de mudança tenham como foco central o orçamento da Educação, e, portanto, das Secretarias Estaduais de Educação, qualquer medida não pode se furtar do diálogo e construção conjunta com esses atores no nível estadual. Também é visto como possível o diálogo junto ao MEC, buscando comunicar a importância das medidas como passo indispensável para a análise e melhoria do gasto público em Educação Básica.

O envolvimento dos atores representa uma condição primordial para que o orçamento público possa ser promovido de um mecanismo burocrático, exclusivamente utilizado para fiscalização e prestação de contas, para um instrumento que possibilite o monitoramento e a gestão para tomada de decisão informada, coerente e efetiva em educação pública.

Considerações finais

Neste relatório foram apresentados resultados finais da primeira etapa da pesquisa sobre despesas em educação nos estados brasileiros entre os anos de 2015 e 2016. Tendo por base os QDD de estados participantes do estudo, foram apresentadas, na parte inicial (A) as despesas globais liquidadas pelas Secretarias Estaduais de Educação, considerando as classificações por fonte, categoria econômica, grupo e elementos de despesa, função e subfunção. Na segunda parte (B) foram desenvolvidas análises específicas para quatro áreas temáticas da política educacional, quais sejam: (i) alimentação escolar; (ii) Limpeza; (iii) segurança/vigilância; e (iv) transporte escolar.

O processo de elaboração da pesquisa foi marcado por dificuldades para a obtenção das informações demandadas. Estas se deram em função de múltiplas causas, mas, sobretudo, pela inexistência de dados no formato, periodicidade e nível de detalhamento requeridos pelo estudo.

Os resultados obtidos em parte refletem tais dificuldades. Os cruzamentos analíticos propostos indicam padrões díspares e com baixa possibilidade de explicação, mesmo quando comparados a informações de outras fontes oficiais, como as apresentadas ao longo deste documento. Pelo que pudemos apurar, os padrões são díspares porque a realidade da governança educacional, das fontes de recursos, da alocação orçamentária e dos modelos e possibilidades de contratação de serviços é muito distinta regionalmente. Por consequência, a forma de registro contábil dessa despesa também é diferenciada de forma interestadual. Em função das discrepâncias informacionais, sabemos que as despesas consideradas são parâmetros apenas parciais dos gastos de cada estado, e, assim, consideramos que os múltiplos indicadores e cruzamentos apresentados *não podem ainda ser usados como instrumentos de tomada de decisão*, seja para fornecer padrões de

previsibilidade de gastos ou como diagnóstico para a implementação de medidas de aperfeiçoamento das despesas com educação.

No entanto, o estudo tem o mérito de apontar a existência de um problema e de uma lacuna de informação gerencial sobre os orçamentos estaduais. Assim, torna-se possível a formulação de medidas de enfrentamento agora pautadas em um reconhecimento claro sobre os desafios existentes: os problemas e sua real dimensão.

O documento caminha no sentido desta proposição, tanto ao apontar um conjunto de hipóteses que ajudam a explicar as discrepâncias encontradas, mas também, e sobretudo, pelo levantamento preliminar sobre possibilidades de aprimoramento para a gestão financeira e orçamentária da educação pública. Dentre tais apontamentos destacamos a importância de que quaisquer medidas sejam implementadas **com as técnicas e técnicos** das Secretarias Estaduais de Educação, e **não para estes atores**. Dado o desafio que se coloca para o futuro – a definição de custos em educação –, o trabalho não pode se furtar a envolver as/os principais implementadoras/es da gestão do financiamento educacional nos estados.

Esses atores, técnicas e técnicos das áreas orçamentárias, têm um profundo conhecimento das atividades em que atuam e dos registros que realizam a respeito dos orçamentos. O desafio é trabalharmos um padrão contábil que permita *a flexibilidade necessária para retratar as diferenças regionais e, ao mesmo tempo, a padronização fundamental para a comparação interestadual*. Este não é um desafio trivial. É complexo e de longo prazo, e apenas com a participação do grupo de técnicas e técnicos dos estados será possível.

Assim posto, como próximos passos do estudo propomos a realização de diálogos periódicos junto às/aos representantes estaduais buscando ampliar e qualificar a base de dados, possibilitando assim a realização de análises mais robustas sobre os dados de execução orçamentária em educação.

Anexo

Quadro 1. De-Para Órgão – Secretarias de Educação

Órgão Original	Órgão Consolidado
160001 – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	OUTROS
ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	OUTROS
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIAO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	OUTROS
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIAO METROPOLITANA DO VALE DO ACO	OUTROS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ-AGEM/VRC	OUTROS
AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS	OUTROS
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE MT	OUTROS
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO	OUTROS
AGENCIA REGULADORA DE SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA E DE ESGOTAMENTO SANITARIO DE MINAS GERAIS	OUTROS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	OUTROS
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – BDMG	OUTROS
CASA CIVIL	OUTROS
CASA MILITAR	OUTROS
CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO	OUTROS
CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO	OUTROS
CIDADE ADMINISTRATIVA	OUTROS
COMPANHIA DE HABITACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – COHAB	OUTROS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO-SANEMAT	OUTROS
COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS	OUTROS
COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE MINERAÇÃO	OUTROS
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO	OUTROS
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	OUTROS
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS	OUTROS
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	OUTROS
DEPART. EST. DE TELECOMUNICACOES DE MINAS GERAIS – DETEL/MG	OUTROS
DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DEOP	OUTROS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	OUTROS
DEPARTAMENTO ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS-DER/MG	OUTROS
EMP. DE ASSIST. TECNICA E EXTENSAO RURAL DO ESTADO DE M.G. – EMATER	OUTROS
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA DE MINAS GERAIS – EPAMIG	OUTROS
EMPRESA MATO-GROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL	OUTROS

EMPRESA MATO-GROSSENSE DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO -MTI	OUTROS
ENCARGOS GERAIS DO EST REC SOB SUPER DA SEFAZ	OUTROS
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GES	OUTROS
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO- SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	OUTROS
ESC.DE REPRESENTACAO DO GOVERNO DO EST. DE M.GERAIS NO RIO DE JANEIRO	OUTROS
ESC.DE REPRESENTACAO DO GOVERNO DO EST.DE M.GERAIS EM SAO PAULO	OUTROS
ESC.DE REPRESENTACAO DO GOVERNO DO ESTADO DE M.GERAIS EM BRASILIA	OUTROS
ESCOLA DE SAUDE PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	OUTROS
ESCRITORIO DE PRIORIDADES ESTRATEGICAS	OUTROS
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MG-HEMOMINAS	OUTROS
FUNDAÇÃO CENTRO INTERNACIONAL DE EDUCACAO, CAPACITACAO E PESQUISA APLICADA	OUTROS
FUNDAÇÃO CLOVIS SALGADO	OUTROS
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MATO GROSSO	OUTROS
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS-FAPEMIG	OUTROS
FUNDAÇÃO DE ARTE DE OURO PRETO-FAOP	OUTROS
FUNDAÇÃO DE EDUCACAO PARA O TRABALHO DE MINAS GERAIS – UTRAMIG	OUTROS
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CAIO MARTINS – FUCAM	OUTROS
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -FEAM	OUTROS
FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS – FUNED	OUTROS
FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	OUTROS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FHEMIG	OUTROS
FUNDAÇÃO JOAO PINHEIRO-FJP	OUTROS
FUNDAÇÃO NOVA CHANCE	OUTROS
FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA – RURALMINAS	OUTROS
FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	OUTROS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	OUTROS
FUNDO DE APOIO HABITACIONAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS	OUTROS
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO	OUTROS
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PESSOAL DO ESTADO DE MATO GROSSO	OUTROS
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL	OUTROS
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO	OUTROS
FUNDO ESTADUAL DE AMPARO AO TRABALHADOR	OUTROS
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	OUTROS
FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	OUTROS
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	OUTROS
FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLÉSCENCIA	OUTROS
GABINETE DA VICE GOVERNADORIA	OUTROS
GABINETE DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	OUTROS

GABINETE DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	OUTROS
GABINETE DE COMUNICAÇÃO	OUTROS
GABINETE DE GOVERNO	OUTROS
GABINETE DE TRANSPARÊNCIA E COMBATE A CORRUPÇÃO	OUTROS
GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	OUTROS
GOVERNADORIA DO ESTADO	OUTROS
IMPrensa OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – IO-MG	OUTROS
INST. DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO EST. DE M.G.-IPSM	OUTROS
INST. ESTADUAL DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO MG – IEPHA	OUTROS
INST.DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE M.GERAIS – IPSEMG	OUTROS
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO	OUTROS
INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO	OUTROS
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS	OUTROS
INSTITUTO DE GEOCIENCIAS APLICADAS IGA	OUTROS
INSTITUTO DE METROLOGIA E QUALIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	OUTROS
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DE MATO GROSSO	OUTROS
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO LEGISLATIVO DO EST. DE M.G.-IPLEMG	OUTROS
INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MATO GROSSO	OUTROS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS-IEF	OUTROS
INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUARIA – IMA	OUTROS
INSTITUTO MINEIRO DE GESTAO DAS AGUAS – IGAM	OUTROS
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO	OUTROS
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – JUCEMG	OUTROS
LOTERIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	OUTROS
LOTERIA DO ESTADO MATO GROSSO	OUTROS
MATO GROSSO PREVIDÊNCIA	OUTROS
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	OUTROS
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.	OUTROS
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A. – MT – PAR	OUTROS
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	OUTROS
POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	OUTROS
POLICIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	OUTROS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	OUTROS
RADIO INCONFIDENCIA LTDA.	OUTROS
RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEFAZ	OUTROS
RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEGES	OUTROS
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	OUTROS
SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	OUTROS
SEC.DESENV. ECONOMICO, CIENCIA,TECN. INOVACA	OUTROS

SECRETARIA DA EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Secretaria da Educação	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Secretaria da Educação, Juventude e Esportes	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA SAUDE	OUTROS
Secretaria de Educação	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação de Pernambuco	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Secretaria de Eestado da Educação, Cultura e Esporte	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	OUTROS
SECRETARIA DE EST. DE TRANSPORTES E OBRAS PUBLICAS	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA PECUARIA E ABASTECIMENTO	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Secretaria de Estado da Educação de Sergipe	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE CASA CIVIL E DE RELACOES INSTITUCIONAIS	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO JEQUITINHONHA EMUCURI E DO NORTE DE MINAS	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLITICA URBANA	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS PARTICIPACAO SOCIAL E CIDADANIA	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Secretaria de Estado de Educação	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Secretaria de Estado de Educação do DF	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIM.SUSTENTAVEL	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	OUTROS
SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINARIA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E FORUNS REGIONAIS	OUTROS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	OUTROS
SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	OUTROS
Secretaria Estadual de Educação e da Cultura	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	OUTROS
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	OUTROS
TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	OUTROS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	OUTROS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG	OUTROS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS	OUTROS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIA DA SAÚDE DE ALAGOAS	OUTROS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	OUTROS

Projetos/Atividades, Fontes e Subelementos utilizados para o cálculo de despesas setoriais

Quadro 2. Projetos/Atividades, Fontes e Subelementos de Alimentação Escolar

Projetos/Atividades, Fontes e Subelementos de Alimentação Escolar
Projeto
ALIMENTACAO DO ALFABETIZANDO
ALIMENTACAO ESCOLAR
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Alimentação Escolar do Ensino Fundamental
Alimentação Escolar do Ensino Fundamental Via Agricultura Familiar
Alimentação Escolar do Ensino Médio
Alimentação Escolar do Ensino Médio Via Agricultura Familiar
ALIMENTACAO NA ESCOLA
COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
DISTRIBUICAO DA MERENDA ESCOLAR
EDUCACAO EM TEMPO INTEGRAL – ALIMENTACAO ESCOLAR
FORNEC. ALIMENTACAO P/ALUNOS EDUCACAO BASICA
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AO ALFABETIZANDO DO PROGRAMA TODOS PELA ALFABETIZAÇÃO
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DO ENSINO FUND/MÉD/ESPECIAL/EJA
IMPLEMENTACAO DA ALIMENTACAO ESCOLAR
Implementação e Fortalecimento do Programa de Alimentação Escolar
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ¿ALIMENTAÇÃO E SAÚDE DO ESCOLAR¿
MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO ESCOLAR
MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO ESCOLAR
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ¿ALIMENTAÇÃO ESCOLAR¿- MEC/ FNDE
MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ¿ALIMENTAÇÃO E SAÚDE DO ESCOLAR¿
MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ¿ALIMENTAÇÃO E SAÚDE DO ESCOLAR¿- MEC/ FNDE.
Nutrição Escolar
Oferta de Nutrição Escolar
Fonte
112260002-Programa Nacional De Alimentação Escolar - Mp 2100
112260002-Programa Nacional De Alimentação Escolar - Mp 2100
Subelemento
ALIMENTAÇÃO E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
ALIMENTACAO PREPARADA
Alimentos e Bebidas

FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO
Fornecimento de Alimentação (despesas com aquisição de refeições preparadas, inclusive buffet's, lanches e similares)
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO EM GERAL
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Fornecimento de Alimentação Preparad
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PREPARADA
GENEROS ALIMENTICIOS
GÊNEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS
GENEROS ALIMENTICIOS PPAIS - LEI 14.591/11
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, ÁGUA MINERAL
GENEROS DE ALIMENTACAO
GENEROS DE ALIMENTAÇÃO
Gêneros de Alimentação
GÊNEROS PARA MERENDA ESCOLAR
Preparo e Distrib. de Aliment. e Bebidas
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS E/OU BEBIDAS
PRODUTOS ALIMENTICIOS
Produtos Alimentícios e Bebidas
SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO
SERVIÇOS DE PREPARO/FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS - SUBVENÇÕES SOCIAIS - Alimentação

Quadro 3. Projetos/Atividades, Fontes e Subelementos de Limpeza Escolar

Projetos/Atividades, Fontes e Subelementos de Limpeza Escolar
Subelementos
ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL
ARTIGOS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO
ARTIGOS PARA LIMPEZA E HIGIENE
Artigos Para Limpeza e Prod de Higienização
LIMPEZA
LIMPEZA E CONSERVACAO
LIMPEZA E CONSERVACAO
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
LOCACAO DE SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA
LOCACAO DE SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA REALIZADOS PELA MGS
MATERIAL DE LIMPEZA
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD DE HIGIENIZACAO

MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZACAO
Material de Limpeza e Produtos de Higienização
Material para Limpeza, Conservação e Higiene
SERVIÇO DE ASSEIO E HIGIENIZAÇÃO NÃO CARACTERIZADO COMO LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA
Serviços de Asseio e Higiene
SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA
SERVICOS DE LIMPEZA
Serviços de Limpeza e Conservação
SUBSTITUIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA (§ 1º DO ART. 18 DA LC Nº 101/00) - SERVIÇOS DE LIMPEZA

Quadro 4. Projetos/Atividades, Fontes e Subelementos de Segurança/Vigilância

Projetos/Atividades, Fontes e Subelementos de Segurança/Vigilância
Subelementos
EQUIP. DE PROTECAO SEGURANCA E SOCORRO
EQUIPAMENTO DE PROTECAO SEGURANCA E SOCORRO
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO
EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA ELETRONICA
Locação Sistema Segurança Eletrônica
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANÇA
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA
MATERIAL DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA, SOCORRO E SOBREVIVÊNCIA
MATERIAL DE SEGURANCA, APETRECHOS OPERACIONAIS E POLICIAIS
MATERIAL PROT.SEGUR.SOCORRO E SOBREVIVENCIA
SEGURANÇA E VIGILÂNCIA
SERVICOS DE VIGILANCIA
SERVIÇOS DE VIGILANCIA E POLICIAMENTO
Serviços de Vigilância e Policiamento
SERVICOS DE VIGILANCIA OSTENSIVA
SISTEMA DE SEGURANÇA
VIGILANCIA
Vigilância Monitorada
VIGILANCIA OSTENSIVA
VIGILÂNCIA OSTENSIVA
VIGILÂNCIA OSTENSIVA / MONITORADA

Quadro 5. Projetos/Atividades, Fontes e Subelementos de Transporte Escolar

Projetos/Atividades, Fontes e Subelementos de Transporte Escolar
Projeto
A CAMINHO DA ESCOLA/ PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR
Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar Ensino Fundamental
Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar Ensino Médio
ATENDIMENTO E MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
FORNECIMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
FORNECIMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA ZONA RURAL DO ENSINO FUNDAMENTAL
FORNECIMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA ZONA RURAL DO ENSINO MÉDIO
Implementação do Programa Transporte Escolar
IMPLEMENTACAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
MANUTENCAO DE SERVICOS DE TRANSPORTE
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA "NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR" - MEC/FNDE
MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR.
MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
OFERTA DE TRANSPORTE AO ALFABETIZANDO DO PROGRAMA TODOS PELA ALFABETIZAÇÃO - TOPA
OFERTA DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO
PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA ZONA RURAL
SERVIÇO DE TRANSPORTE ADMINISTRATIVO
TRANSPORTE DE ALUNOS DA EDUCACAO BASICA
TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL
TRANSPORTE ESCOLAR
TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL
TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO
Transporte Escolar do Ensino Fundamental
Transporte Escolar do Ensino Médio
TRANSPORTE ESCOLAR -TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS ÀS PREFEITURAS E PAGAMENTO A
Fonte
112260007-Fnde - Convênio Nº 656520/2009 - Par/Transporte Escolar
Subelemento
A MUNICIPIOS DO ESTADO DO PARA
ADIANTAMENTO PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS - GASOLINA
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS - GNV/DIESEL

COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES P/ EQUIP. E OUTROS MAT. PERMANENTES
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS AUTOMOTORES
Desp Exerc Ant - Pas e Desp com Locomoção
DESPESAS COM TRANSP. E LOCOMOCAO - SUP. FUNDO
DIESEL AUTOMOTIVO
ETANOL AUTOMOTIVO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A MUNICÍPIOS - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - PROGRAMA PETE/ES
Fornecimento de Combustível com Gerenciamento
GASOLINA AUTOMOTIVA
GASTOS COM TRANSLADO
GASTOS COM USO DE VEICULOS EM VIAGENS
GASTOS COM USO DE VEÍCULOS EM VIAGENS
GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTIVE
GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS - EXECUÇÃO PELA SAEB
LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE
LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE
LOCACAO DE VEICULOS
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE
LOCOMOCAO URBANA
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
Manutenção e Conservação de Veículos e Máquinas Pesadas
MATERIAL P/MANUTENCAO DE VEICULOS
MATERIAL PARA MANUTENCAO DE VEICULOS
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS
MATERIAL PARA MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTORES
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
OUTROS COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES
PASSAGENS E DESP COM LOCOMOÇÃO - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES
PASSAGENS E DESP.C/LOCOMOCAO
PASSAGENS E DESP.C/LOCOMOCAO-PAGTO.ANTECIPADO
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - SUPRIMENTO DE FUNDOS
PASSAGENS FLUVIAIS PARA O PAIS
Passagens para o País
PASSAGENS TERRESTRES PARA O PAIS

PEÇAS E MATERIAIS SUJEITOS AO ICMS: VEÍCULOS; MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO
PEDÁGIOS
PROGRAMA EST. DE TRANSP ESCOLAR MUNICÍPIOS - PET/BA
REPARO E MANUTENCAO DE VEICULOS
REPARO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS
REPARO, ADAPTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS
REPAROS DE VEICULOS
RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM PASSAGENS E LOCOMOÇÃO
SEGURO DE VEICULO
SEGURO DPVAT - CONTRIBUIÇÃO PARAFISCAL
SEGUROS DE VEÍCULOS
SEGUROS EM GERAL, INCLUSIVE SEGURO DPVAT
SERVICO DE ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO DE FROTA DE VEICULOS
SERVICOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS, FRETAMENTO E LOCACAO PES JURID
SISTEMA DE TRANSPORTES
TRANSFERENCIA A TRANSPORTE ESCOLAR - SEC. EDUCAÇÃO
TRANSFERENCIA PARA FINANCIAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR
TRANSPORTE DE PESSOAS SEM VÍNCULO
TRANSPORTE ESCOLAR
TRANSPORTE ESCOLAR - FDE
VEICULOS
VEICULOS DIVERSOS
VEÍCULOS DIVERSOS
Veículos e Equipamentos para Veículos

Referências bibliográficas consultadas

BRASIL. Câmara dos Deputados. CONSTITUIÇÃO DE 1988, publicada em 1988. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

BRASIL. Portal da Transparência nos Recursos Públicos Federais. Transferências do Governo Federal por Programas, 2015 e 2016. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaTRProgramaPesquisaPrograma.asp?Exercicio=2015&Pagina=4>> e <<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaTRProgramaPesquisaPrograma.asp?Exercicio=2016&Pagina=4>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

CASTRO, J. A.. Dilemas para o financiamento da educação. In: CUNHA, DA. C.; GADOTTI, M.; BORDIGNON, G.; NOGUEIRA, F. (Orgs.). *O Sistema Nacional de Educação, diversos olhares 80 anos após o Manifesto*. Brasília: MEC/SASE, 2014, p. 178-96.

CASTRO, J. A. e CARVALHO, C. H. A. Necessidades e possibilidades para o financiamento da educação brasileira. *Revista Educação e Sociedade*, v. 34, p. 637/829, 850-1.010, 2013.

CRUZ, R. E.. Os recursos federais para o financiamento da educação básica. *Fineduca – Revista de Financiamento da Educação*, vol. 2, n. 7, p. 1-15, 2012.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programas. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas>>. Acesso em: 13 jun. 2018.